

**Plano de Acção para o Desenvolvimento da  
Agricultura na Ilha do Fogo  
PADA-Fogo – 2009 a 2012**

# INDICE

<b>SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS .....</b>	<b>6</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
1.1 - O País.....	8
1.2 - Contexto.....	9
1.3 – Estrutura do documento.....	10
<b>2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ILHA DO FOGO .....</b>	<b>11</b>
2.1 – Caracterização Física.....	11
2.2 – Caracterização Sócio-económica.....	13
2.3 - Caracterização das zonas agro – ecológicas.....	14
2.3.1 - Zona árida e semi-árida	14
2.3.2 - Zonas Sub húmidas /Húmidas	15
2.3.3 - Zonas Húmidas em terras altas	15
2.3.4 - Comunidades dos Cones Vulcânicos	16
<b>3 - METODOLOGIA .....</b>	<b>17</b>
3.1 - Definição da metodologia “Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado – DTPN”.....	17
3.2. Etapas da metodologia.....	18
3.3 - Critérios de selecção das zonas de amostragem.....	20
3.4 - Instâncias de concertação, socialização, discussão pública e divulgação.....	21
3.5 - Mecanismos de seguimento e avaliação .....	22

<b>4 – RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO TERRITORIAL PARTICIPATIVO E NEGOCIADO (DTPN) .....</b>	<b>22</b>
4.1 - Caracterização dos grupos de actores.....	22
4.2 – Produtores primários .....	22
4.2.1 - Agricultores .....	23
4.2.2 - Criadores .....	25
4.2.3 - Pescadores .....	25
4.3 - Câmaras Municipais.....	26
4.4 - Cooperativas .....	27
4.5 - Associações comunitárias.....	28
4.6 - ONG´s.....	29
4.7 - Instituições Públicas.....	30
4.9 - Instituições privadas.....	30
<b>5 – OPORTUNIDADES E POTENCIALIDADES DA ILHA (POR DESCREVER)? .ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.</b>	
<b>6. PROBLEMAS IDENTIFICADOS, CAUSAS, EFEITOS, NÍVEIS E ACTORES IMPLICADOS .....</b>	<b>32</b>
6.1. Identificação dos problemas.....	32
6.2. Descrição dos problemas .....	35
6.3 – Priorização dos problemas .....	35
6.4 - Análise descritiva das FOFA.....	36
<b>7. PROJECTOS EM CURSO NA ILHA .....</b>	<b>44</b>
7.1 Resumo dos projectos em curso .....	44

<b>7.2 - Resumo sumário do impacto dos projectos em curso .....</b>	<b>44</b>
<b>7.3 - Análise do impacto dos projectos em curso .....</b>	<b>49</b>
7.3.1 - Agricultura de sequeiro	49
7.3.2 - Fruticultura e Horticultura	49
7.3.3 - Pecuária	52
7.3.4 - Engenharia Rural e Silvicultura	53
7.3.5 - Recursos hídricos subterrâneas	54
7.3.6 - Ambiente	55
7.3.7 - Credito agro-pecuário	55
7.3.8 - Avaliação Global dos investimentos	56
<b>8 - PLANO DE ACÇÃO .....</b>	<b>59</b>
8.1 - Contexto .....	59
8.2 - Visão.....	60
8.3 - Objectivos e eixos estratégicos no horizonte 2009-2011	60
8.3.1 - Objectivos	60
8.3.2 - Eixos estratégicos de intervenção	66
8.4 - Prioridades e Actores implicados	68
8.4.1 - Prioridade1 “Aumento da Disponibilidade de Água”	69
8.4.2 - Prioridade 2 “Aumento da Produção Agro-pecuária e Silvícola”	71
8.4.3. – Melhoramento do sector pesqueiro e valorização dos recursos haliêuticos	74
8.5 - Metas	75
8.6 – Programas e projectos prioritários.....	80
8.7 - Medidas de Acompanhamento .....	81
8.8 – Critérios de Escolha dos Projectos .....	82
8.9 – Estimativas das necessidades financeiras.....	82
8.9.1 – Em Funcionamento	82
8.9.2 – Em Investimento (2009 a 2012)	83
8.9.3 – Fontes de Financiamento	86
8.10 – Responsabilidades institucionais	86

<b>9- RISCOS E CONDIÇÕES DE ÊXITO DO PLANO DE ACÇÃO.....</b>	<b>87</b>
<b>10 - MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO .....</b>	<b>89</b>
10.1 - Enquadramento .....	89
10.2 - Estratégia de Implementação.....	89
10.3 - Planificação da Implementação .....	90
10.4 - Estratégia de monitorização e avaliação .....	90
10.4.1- Monitorização	90
10.4.2 - Avaliação	91
<b>11 – CONCLUSÕES .....</b>	<b>92</b>

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

AGR	Actividades Geradoras de Rendimentos
CSA	Conservação Solos e Agua
DECRP	Documento da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza.
DTPN	Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado
ETMA	Equipa Técnica Municipal Ambiental
FAIMO	Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura
FOFA	Forças Oportunidades Fraquezas Ameaças
INDP	Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INGRH	Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos
ISVAF	Inquérito de Seguimento da Vulnerabilidade Alimentar das Famílias
MADRRM	Ministério do Ambiente Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos
MCA	Milenium Challenge Account
ONGs	Organizações não Governamentais
PANA II	II Plano de Acção Nacional para o Ambiente
PEDA	Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Agricultura
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLP	Programa Nacional de Luta contra Pobreza
RGA	Recenseamento Geral de Agricultura
ZAE	Zona Agro Ecológica
ZEE	Zona Económica Exclusiva
GOP	Grandes Opções do Plano
S & A	Seguimento e Avaliação
IEC	Informação, Educação e Comunicação

## LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Nº	Titulo	página
<b>Quadros</b>		
1	Matriz de problemas	
2	Priorização de problemas	
3	Matriz de análise FOFA	
4	Resumo sumário dos projectos em curso	
5	Variação das superfícies e explorações agrícolas no Fogo	
6	Plantas fruteiras fixadas, 2001-2007	
7	Evolução da agricultura irrigada – gota a gota	
8	Evolução dos investimentos no domínio da pecuária	
9	Principais realizações 2001-2007	
10	Balanço da análise dos investimentos no sector da agricultura e ambiente	
11	Enquadramento dos projectos no Plano de Acção	
12	Quadro lógico do PADA-Fogo	
13	Metas do PADA-Fogo	
14	Proposta orçamental dos Programas e Projectos	

<b>Gráficos</b>		
1	Variação dos investimentos 2001-2007 no Fogo	
2	Evolução da área irrigada na ilha do Fogo	
3	Prioridade 1- Aumento da disponibilidade de água	
4	Prioridade 2 – Aumento da produção agro-pecuária e silvícola	
5	Prioridade 3 – Melhoramento do sector pesqueiro e valorização dos recursos haliêuticos	

## AGRADECIMENTOS

Concluindo esta fase do processo da elaboração do Plano Regional do Desenvolvimento Agrícola, da ilha do Fogo, a Delegação do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos quer exprimir os seus profundos agradecimentos a todos quantos contribuíram e apoiaram na finalização deste documento.

Em primeiro lugar, a todos os actores / parceiros locais e nacionais que participaram activamente e de uma forma dinâmica no processo.

Em segundo lugar, ao Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, a DGPOG-MADRRM, e a FAO em Cabo Verde os melhores agradecimentos pela colaboração e apoio técnico/financeiro dispensado.

O Delegado do MADRRM-Fogo

*/Engenheiro João dos Santos Gonçalves/*



# Plano de Acção para o Desenvolvimento da Agricultura na Ilha do Fogo

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 - O País

A República de Cabo Verde é um arquipélago saheliano de 10 ilhas, do qual 9 são habitadas, com uma superfície de 4.033 Km<sup>2</sup>, situada no Oceano Atlântico a cerca de 500 Km a Oeste da costa do Senegal. O arquipélago é caracterizado por factores de vulnerabilidade estrutural: insularidade, descontinuidade do território, persistência da seca, fragilidade dos ecossistemas e escassez de recursos naturais nomeadamente água e terra arável.

Do ponto de vista demográfico e segundo o INE - Resumo dos Principais Indicadores Demográficos 2000-2020, para 2008 a população foi estimada em 499.796, sendo 51,7% mulheres e 60% com idade inferior a 25 anos. A taxa média de crescimento anual natural é de 1,97 e a densidade populacional média é de 124 hab/Km<sup>2</sup> (108.0 hab/Km<sup>2</sup> em 2000). O índice de fecundidade de é 2,88 crianças por mulher.

Cabo Verde é tradicionalmente um país de emigração, verificando-se contudo uma diminuição dos fluxos, devido às restrições impostas pelos países de acolhimento tradicionais.

A taxa de desemprego em 2007 é de 21,7% contra 24,0% em 2005. De realçar a taxa de desemprego entre as mulheres ser expressamente maior que os homens, 25,7% e 18% respectivamente e 41,8% dos desempregados são jovens com idade compreendida entre os 15-24 anos (QUIBB 2007).

De notar que, Cabo Verde tem tido um crescimento económico anual médio de 5,7% no período 2000-2005, atingindo 10,8% em 2006 e 7% para 2007. O crescimento económico é particularmente provocado pelo forte crescimento nos sectores do turismo, telecomunicações, serviços financeiros, construção civil e no sector das pescas.

Inquéritos realizados pelo Banco Mundial, INE, DGP (pobreza baseada nos bens/posses) apontam para uma diminuição 11,7 percentuais passando de 36,5% em 2001-02 para 24,9% em 2006. Contudo a situação de pobreza em Cabo Verde continua significativa e decorre essencialmente da fragilidade do tecido produtivo e da sua fraca capacidade de gerar emprego, rendimentos e bem-estar às populações.

## 1.2 - Contexto

Visando cumprir as orientações das Grandes Opções do Plano, do Plano Nacional de Desenvolvimento, da Estratégia da Luta Contra a Pobreza, do Plano de Acção Nacional para o Ambiente, dos Objectivos do Milénio e outras determinações do Governo, das Conferências, dos Acordos e Tratados, supervisionados pelas Organizações Internacionais, o Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos – MADRM, aprovou e adoptou, em 2004, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Agricultura – PEDA, como instrumento de trabalho de capital importância para a aplicação da política governamental para o sector agrícola, de modo a combater a pobreza no meio rural, melhorar as condições de vida dos que vivem da agricultura, sem descoroar a protecção do meio ambiente, a sustentabilidade e a utilização sustentável dos recursos naturais disponíveis.

O país dispõe de poucos recursos naturais e as precipitações anuais são aleatórias e irregulares, em termos de frequência, espaçamento e distribuição. O acesso aos recursos naturais (água e terra, etc.) está relacionado com a fragilidade do ambiente e a precaridade do ecossistema árido, o crescimento da população e forte pressão sobre os recursos naturais e à insularidade acarretando custos elevados dos factores de produção.

A redução da pobreza rural e a melhoria das condições de vida da população estão no centro do processo de desenvolvimento de Cabo Verde que devem ser atingidos através do aceleramento do crescimento económico, da diversificação das fontes de criação do valor acrescentado nacional, do aumento de níveis de rendimento e de emprego dos pobres e grupos vulneráveis, nomeadamente nas zonas rurais, da promoção de desenvolvimento equilibrado, participativo e que respeite o ambiente.

A produção alimentar de base é estruturalmente deficitária (5 a 20% das necessidades de base em cereais consoante os anos) e as medidas estratégicas nos sectores de agricultura e pesca, devem ser orientados em direcção as zonas agro-ecológicas - ZAE e aos grupos de população mais vulneráveis.

É com base nessas opções que o Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos, decidiu para a regionalização do Plano Estratégico do Desenvolvimento Agrícola – PEDA, que será implementado através dos Planos de Acção trianuais, por ilha ou concelho.

A ilha do Fogo como parte integrante do território nacional é considerada uma das ilhas agrícolas do país, sendo assim não podia e nem pode ficar à margem desse quadro de desenvolvimento económico, social e ambiental que se quer imprimir no sector agrícola, daí a razão da identificação e a previsão para a implementação de importantes programas e projectos para o triénio 2009 a 2011, enquadrados no Plano de Acção para o Desenvolvimento Agrícola do Fogo – PADA-Fogo.

Este Plano de Acção, baseado na metodologia “Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado – DTPN” foi preparado com uma ampla participação dos técnicos da Delegação do MADRRM-Fogo, sendo esta o seu principal executor, em parceria com outras instituições da sociedade civil, das estruturas municipais descentralizadas e desconcentradas e do sector privado.

A elaboração deste Plano de Acção contou com apoio financeiro e assistência técnica da Agência da FAO em Cabo Verde, através do Programa TCP Facility 120071.

### **1.3 – Estrutura do documento**

Para além da introdução o Documento do Plano está dividido em seis capítulos. O primeiro está relacionado com a apresentação da ilha do Fogo, onde se mostra as suas particularidades locais.

O segundo capítulo, refere-se à descrição da metodologia “Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado- DTPN”. Esta metodologia fundamenta-se nos princípios de planeamento participativo e negociado, os quais permitem estabelecer um diálogo claro e compreensível com os diferentes actores da população, instituições públicas e privadas. Este facto facilita o incremento do capital social, chave para assumir o caminho de construir a sua própria proposta de desenvolvimento, mediante o aumento dos espaços de participação, concertação e negociação quer através de entrevistas com os diferentes actores, mesas de negociação e espaços de discussão pública, quer através da realização de “ateliers” regionais e nacional.

No terceiro capítulo mostram-se os resultados do DTPN, que traduzem o resultado do trabalho de terreno desenvolvido nas zonas identificadas e seleccionadas para constituir à amostra representativa da ilha do Fogo. Apresenta-se para cada uma delas sua respectiva caracterização, assim como a tipificação e caracterização dos actores que participarão no processo. Conseguiu-se que eles mesmos identificassem seus problemas, determinando suas prioridades e visualizando as soluções, para permitir

transformar e/ou melhorar a realidade actual e alcançar o futuro desejado, tendo em conta as potencialidades humanas, institucionais, técnicas, territoriais e financeiras entre outras.

No quarto capítulo, apresentam-se os projectos em curso na ilha, que são uma componente fundamental para as propostas do Plano de Acção, os ganhos conseguidos bem como os principais constrangimentos deparados com a sua implementação.

O Plano de Acção formulado no quinto capítulo, constitui um instrumento básico e apropriado para uma melhor gestão do desenvolvimento. Isto facilita o governo central, as autoridades locais e os demais actores, orientar e racionalizar a acção do Estado e estabelecer sinergias institucionais públicas e privadas, para aproveitar de forma eficiente os recursos públicos e os recursos provenientes das diferentes parcerias.

O propósito do Plano, é alcançar um desenvolvimento rural sustentável, através de estratégias que valorizem os recursos humanos e económicos, de uma gestão sustentável dos recursos naturais e do melhoramento da produção dos sectores agrícola e pesqueiro. De evidenciar o enfoque para a promoção de actividades geradoras de rendimentos, incluindo o turismo rural de forma a contribuir para a garantia do bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

O capítulo sexto, refere-se à implementação e a monitorização deste plano, utilizando para isso, indicadores que permitem constatar os objectivos alcançados em relação à situação inicialmente encontrada e averiguar se se cumpriram ou não os objectivos e as metas fixadas.

Por fim, apresentam-se as conclusões consideradas pertinentes ao Plano de Acção.

## **2 - CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ILHA DO FOGO**

### **2.1 – Caracterização Física**

Localizada na zona sul do arquipélago de Cabo Verde, a Ilha do Fogo pertence ao grupo das quatro ilhas de Sotavento, situado entre os paralelos de 15° 3' e 14° 48'N e os meridianos 24° 18' e 24° e 31'W, com uma superfície de 476 km<sup>2</sup>, equivalente a 12% da superfície total do país, detendo o Concelho de S. Filipe uma área de 236 Km<sup>2</sup>, equivalente a 49,4% da área total da ilha do Fogo, seguido de Santa Catarina com 154 km<sup>2</sup> e Mosteiros com 87 km<sup>2</sup>.

O relevo é acidentado sendo o ponto mais alto da ilha o Vulcão do Fogo com cerca de 2.829 metros de altitude.

A ilha possui actualmente uma disponibilidade hídrica, através da exploração de 12 furos, de 2.650 m<sup>3</sup>/dia, sendo 1.630 m<sup>3</sup> destinados ao consumo doméstico e 1.020 m<sup>3</sup> para rega. Esses valores apresentam oscilações consideráveis dependendo do período do ano.

O clima da ilha do Fogo é suave, não se afastando das características gerais do clima de Cabo Verde, que é essencialmente árido. A pluviosidade é muito variável de ano para ano e em regra as precipitações têm carácter torrencial, sendo a média anual de 344 mm. As temperaturas são amenas não ultrapassando a média mensal máxima de 30°C.

Tendo por base as especificidades orográficas e da vegetação, podem ser identificadas na ilha as seguintes zonas climáticas:

- Zona muito árida que abrange a plataforma baixa litorânea, em altitudes que chegam aos 200/250 metros, e com orientações Este, Sul e Oeste;
- Zona árida da plataforma baixa litorânea e com orientações Norte e Nordeste a qual, se desenvolve em altitudes não superiores a 200/250 metros, e a do relevo intermediário do acidentado dorsal Este-Oeste que se desenvolve em altitudes superiores a 100 metros;
- Zona semi-árida da plataforma baixa litorânea e que se desenvolve em altitudes inferiores a 250 metros e a dos relevos culminantes e escarpas orientadas a Norte-Nordeste do acidentado dorsal Este-Oeste; cobre a maior superfície da ilha;
- Zona sub-húmida dos relevos intermédios da fachada montanhosa de Nordeste, a qual se desenvolve em altitudes de 200/300-600/700 metros;
- Zona húmida dos relevos culminantes da fachada montanhosa de Nordeste, entre as altitudes de 600/700 e 1100/1200 metros.

## 2.2 – Caracterização Sócio-económica

Segundo o Censo 2000, a ilha alberga cerca de 37.355 habitantes, distribuídos por 7.521 agregados familiares. Cerca de 78% da população vive no campo, com uma economia frágil, dependendo essencialmente das actividades agro-pecuárias de subsistência, das frentes de trabalhos públicos (FAIMO) e da remessa dos emigrantes.

A população rural encontra-se concentrada em cerca de 305 localidades rurais dispersas, agrupadas em 45 zonas. A população é maioritariamente jovem, representando esta franja cerca de 60.6% do estrato populacional com idade inferior a 25 anos. Segundo o QUIBB 2007, cerca de 41,8% dos agregados familiares são chefiados por mulheres, o que demonstra a fragilidade do sistema familiar, com todas as consequências sociais daí advenientes.

Segundo o RGA 2004, a área cultivável do Fogo, totaliza cerca de 70.145 litros, correspondendo a 15,8% do total nacional e cerca 14,7% da superfície total da ilha. Os Concelhos de S.Filipe e Santa Catarina detêm cerca 82,6% da área cultivável do Fogo. Em relação ao estado do solo, cerca 3,9% encontra-se fortemente erodido e 31,19% é pedregoso. A área cultivável de sequeiro e regadio corresponde a 69.857 litros e 278 litros, respectivamente.

Segundo o QUIBB 2007, o analfabetismo abarca cerca de 24,7% da população. A classe feminina é a mais atingida, com cerca de 33%, contra 15% na dos homens. A taxa de alfabetização juvenil é satisfatória, representando cerca de 95%.

A população agrícola, segundo o RGA 2004, é de 28.691 pessoas, das quais 51,8% são do sexo feminino. Das 5.726 explorações agrícolas existentes na ilha, 88,9% estão ligadas às actividades de sequeiro e 1,5% ao regadio. Cerca de 2.607 dessas explorações são chefiadas por mulheres (45,6%). Quanto ao nível de instrução, cerca de 30,5% dos chefes das explorações agrícolas são analfabetos e 41,8% tem idade superior a 50 anos, demonstrando assim o grau de dificuldades subjacente em termos de adopção de novas tecnologias agrícolas. As actividades pecuárias têm uma importância particular na ilha, evidenciando que cerca de 94,1 das explorações agrícolas dedicam a esta actividade, com uma média de 7,1 animais por exploração entre os bovinos, caprinos e suínos, média essa superior à media nacional que é de 3,8 animais. A caprinicultura é a actividade pecuária mais importante, ocupando cerca

de 75,4% das explorações pecuárias, com uma média de 6,5 animais por exploração, valor superior à média nacional que é de 5,8 animais.

Segundo o QUIBB 2007, a taxa do desemprego na ilha foi de 45,1%, sendo de 32,5% entre as mulheres e 12,6% para os homens. Esta taxa representa a 4ª mais baixa do país.

A pobreza constitui ainda um fenómeno preocupante para a ilha, atingindo cerca de 41,8% da população. A população rural, destacando as mulheres chefes de família e as famílias numerosas são as mais atingidas por este fenómeno. A elevada taxa da pobreza associada à fragilidade do tecido económico no meio rural e a deficiente cobertura de alguns serviços básicos, designadamente o abastecimento de água e saneamento básico constituem prioridades emergentes, as quais decem merecer uma particular atenção no conjunto dos programas de intervenção que integram as grandes opções de desenvolvimento nacional.

O abastecimento de água continua ainda precário. Segundo o QUIBB 2007, apenas 37% dos agregados familiares têm acesso à água através da rede pública domiciliária. Os restantes 63% dos agregados familiares abastecem a partir de chafarizes, água auto-transportada, cisternas familiares e públicas, ou ainda através de água canalizada a partir das moradias dos vizinhos. No meio rural a situação é mais crítica, pois apenas 19,7% das famílias tinham água canalizada em casa no ano de 2000. Considera-se ainda muito preocupante e com reflexos altamente nefastos para a saúde pública, o consumo de águas de duvidosa potabilidade por cerca de 42,4% das famílias rurais da ilha. A facilidade no acesso à água pelas famílias sem ligação domiciliária constitui também uma preocupação, visto que os pontos de água se situam a cerca de 15 minutos das residências para 81% das famílias e superior a 30 minutos para 8,6 % das famílias.

## **2.3 - Caracterização das zonas agro – ecológicas**

Com base no uso do solo e características da vegetação, o território da ilha do Fogo encontra-se distribuído por quatro zonas agro-ecológicas, nomeadamente:

### **2.3.1 - Zona árida e semi-árida**

Situada nas zonas do litoral entre 0 a 400 m de altitude, com uma pluviometria anual que oscila entre 200 a 400 mm e situados a sul e sudoeste da ilha, caracterizada pela fraca quantidade das chuvas e por temperaturas elevadas.

Esta zona é constituída por espécies bem adaptadas às condições xirofíticas, isto é, relativamente altas e pluviosidade exígua (0 mm a 220 mm), m com oscilações anuais de mais de 40%, apresentando um aspecto fisionómico estépico. É também a partir destas zonas que começam a surgir as culturas tradicionais e abundam as espécies arbóreo-arbustivas, e uma grande proliferação de tamarindos e anacardium, particularmente nas localidades de S. Lourenço e S. Domingos, e ainda em Pico Lopes e Coxo. Nas zonas altas a mais de 1000 metros, a temperatura média é de 14° a 23°. Tratam-se de regiões usadas mais intensamente para a prática da agricultura de sequeiro e para pastagens, apesar das grandes oscilações das precipitações (200 mm a 500 mm). Estas zonas são caracterizadas por erosões de nível médio e forte, causadas por plantios nas encostas e grande abundância de pastagens (pastoreio descontrolado). Nesta zona vem se desenvolvendo também a prática da agricultura de regadio.

### **2.3.2 - Zonas Sub húmidas /Húmidas**

As comunidades vegetais características destes estratos agro-ecológicos circundam superfícies de encostas com vertentes expostas a N-NE profundamente entalhadas por vales surgindo ainda uma mancha expressiva próximo de Cova Matinho. A vegetação que se desenvolve ao longo das ribeiras, para além dos biótipos, é ainda caracterizada por povoamentos de *Furcraea gigante* e *Lantuna*, ressaltando também culturas de sequeiro, nomeadamente: milho, feijões, batata, mandioca e fruteiras. Na área de Monte Velha, acima da zona do café, encontra-se o maior povoamento florestal da ilha, constituído por diversas espécies de *Eucaliptos*, de *Cupressus*, e ainda *Grevilha robusta*, *Casuarina* e outras. Essas espécies beneficiam das precipitações abundantes, que em alguns anos podem durar até Fevereiro e ainda, mesmo no período seco, da humidade proveniente da formação de nevoeiro.

### **2.3.3 - Zonas Húmidas em terras altas**

As zonas húmidas em terras altas localizam-se a mais de 1000 metros de altitude, apresentando uma temperatura média entre 16° e 23° centígrados e são praticamente uma prolongação das regiões mais elevadas. Elas são menos húmidas e caracterizadas por menos chuvas, sendo as temperaturas registadas mais baixas, esfriando-se, no entanto, consideravelmente durante a noite (ex: Monte Velha). Na



localidade de Coxo, situada entre Monte Velha e Pai António, pode-se encontrar culturas de fruteiras, tais como: Citrinos (Laranja, Limão, Tangerina, etc.), Cafeeiros, Goiabeiras, abacateiros entre outras espécies de fruteiras.

#### **2.3.4 - Comunidades dos Cones Vulcânicos**

Dado as condições edáficas dos cones vulcânicos, as comunidades vegetais que aí se desenvolvem, diferem das restantes, quer na sua composição quer quanto ao porte e distribuição dos seus elementos. Os cones recentes situados na sua quase totalidade na grande aplanção de Chã das Caldeiras apresentam-se aparentemente despidos de vegetação.

O grande cone ou Pico apresenta a mesma composição florística da dos cones recentes. Nesta localidade podemos encontrar espécies de fruteiras tropicais característicos do clima temperado, como Videiras, Macieiras, Romanzeiras, Figueiras, etc., e em pequena escala, Nêspira e Litchi. Pratica-se também nesta região climática, a agricultura de sequeiro, designadamente o cultivo de milho, feijões, (este em grande escala e quase durante todo o ano), batata comum, batata-doce, etc.

## 3 - METODOLOGIA

### 3.1 - Definição da metodologia “Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado – DTPN”

O DTPN é uma abordagem metodológica orientada para uma estratégia de desenvolvimento territorial a partir de uma visão sistémica, ascendente e negociada. Baseada no diálogo e na participação, o DTPN busca estimular mudanças para que as populações rurais tenham acesso aos recursos e meios adequados, com o objectivo de melhorar a sua qualidade de vida. A estratégia estimula o fortalecimento dos actores locais para que possam usar de forma racional e sustentável os recursos disponíveis.

Entende-se pelo conceito de território um espaço geográfico sobre o qual diferentes actores realizam uma construção social. Estes actores operam sob suas próprias lógicas que correspondem aos seus interesses particulares, seus valores culturais, suas condições sociais, económicas, políticas e tecnológicas. A partir destes elementos transformam progressivamente o seu ambiente envolvente e o seu modo de vida.

Os grupos sociais e indivíduos que integram um território, por mais diversos que sejam possuem laços de proximidade, de reciprocidade, etc., que podem dar sustentação a um sentimento colectivo de pertença.

Com esta metodologia procura-se contrapor a tendência de elaboração de Diagnósticos e Planos que não contemplam a realidade dos actores e fazendo com que as políticas e programas adoptados não consigam solucionar de forma durável as reais necessidades das populações alvo.

A implementação desta metodologia contou com um trabalho articulado entre diferentes facilitadores (consultores, técnicos das Delegações do MADRRM, Câmaras Municipais, Departamentos do MADRRM vocacionados pela matéria e actores implicados na consulta).

### 3.2. Etapas da metodologia

A metodologia inclui seis etapas.

#### **Etapa 1 - Recolha de informação secundária disponível**

O conhecimento do território e da sua população nas diferentes dimensões, económica, social, cultural, política, territorial e institucional constituiu um factor fundamental para uma melhor compreensão do processo pelos facilitadores.

**Etapa 2 - Constituída por duas componentes.** Uma faz referência à identificação das zonas para realizar o diagnóstico e a outra à identificação dos actores prioritários intervenientes no processo.

##### a) Identificação das zonas para o diagnóstico

Tendo em conta que se trata de um diagnóstico participativo e negociado num território amplo, foi necessário estabelecer espaços territoriais que serviram como amostra. Neste sentido, a equipa do MADRRM, constituída pelo Delegado e técnicos, mediante a aplicação dos critérios abaixo discriminados, definiram as zonas objecto de estudo, não significando com isso que sejam obrigatoriamente zonas de implementação dos programas e projectos.

Os critérios tidos em conta, foram:

- ✓ Sistemas agrários representativos de cada zona agro-ecológica da ilha;
- ✓ Zonas com potencialidades específicas para o desenvolvimento de projectos (agrícolas, de transformação e comercialização, turismo e outras actividades geradoras de rendimentos);
- ✓ Zonas com limites territoriais representativos na ilha.

##### b) Identificação dos actores sociais prioritários

A equipa acima mencionada identificou e estabeleceu os diversos actores com os quais se realizaram as entrevistas no quadro do diagnóstico.

- ✓ Actores produtores representativos dos sistemas agrários nas zonas seleccionadas,
- ✓ Actores que de alguma forma se relacionam com os produtores;

- ✓ Actores da área governamental (Presidente e equipa técnica das Câmaras Municipais, instituições desconcentradas);
- ✓ Actores do sector privado empresarial;
- ✓ Actuais parceiros e/ou possíveis parceiros para uma acção territorial.

As entrevistas foram realizadas em grupos e individualmente, mediante a aplicação de inquéritos, cujos guiões foram concebidos especificamente para cada tipo de actor.

### **Etapa 3 – Evolução histórica do território e das dinâmicas agrárias**

As informações provenientes de fontes secundárias acrescidas com as entrevistas de informantes chaves, identificados em função do conhecimento da zona e a evolução da mesma, contribuem para que os facilitadores tivessem um melhor conhecimento tanto histórico, cultural, como das dinâmicas agrárias.

### **Etapa 4 – Quem são os actores relacionados com o território objecto do estudo**

Foi necessário compreender a lógica de actuação destes actores, seus interesses, assim como as relações existentes entre os actores presentes no território e destes com o território, para se conseguir a sua caracterização.

### **Etapa 5 - Quem são os produtores primários**

À semelhança dos actores anteriormente referidos foi necessário entender sua lógica de actuação, seus interesses e as relações existentes entre eles e com os actores directos ou indirectos do território, para o procedimento da sua caracterização.

### **Etapa 6 - Encontro de negociação com os principais actores representativos da ilha**

Realizaram-se encontros de negociação, onde foram apresentados os resultados dos diagnósticos participativos, para que os actores presentes concertassem e negociassem, definindo os problemas prioritários e estruturantes, estabelecendo as oportunidades existentes e as soluções possíveis para resolvê-los, para o qual se realizaram as seguintes actividades:

- ✓ Visualização conjunta da problemática do desenvolvimento agrícola da ilha;

- ✓ Análise e priorização de cada um dos factores que perturba o desenvolvimento rural na Ilha;
- ✓ Construção colectiva de uma visão preliminar da ilha;
- ✓ Fomento de uma consciência colectiva para estabelecer os níveis de compromissos e responsabilidades.

Com a informação fez-se uma análise descritiva da situação actual da zona, em relação à dinâmica das actividades produtivas e a inter-relação entre os diferentes actores, e destes no contexto, local, regional e nacional.

O passo seguinte consistiu na análise da informação recolhida facilitando de forma participativa a priorização das necessidades identificadas, e tendo em consideração os factores subjacentes aos problemas e o seu grau de impacto (positivo ou negativo) face aos diferentes problemas identificados. Uma vez priorizado os problemas, procedeu-se à análise das relações causa – efeito, recorrendo à elaboração das árvores de problemas (em anexo) na qual se encontram também espelhadas algumas propostas de solução.

Por último, e com o objectivo de visualizar estratégias de solução dos problemas, através do aproveitamento das forças e das oportunidades e da minimização das debilidades e ameaças, elaborou-se a matriz de análise FOFA.

### **3.3 - Critérios de selecção das zonas de amostragem**

Para a definição das zonas de amostragem, serviram de base de referência os seguintes critérios:

- Representatividade das diferentes zonas agro-ecológicas da ilha;
- Densidade populacional;
- Sistemas de exploração agrários e pesqueiros existentes;
- Grau de potencialidades das zonas;
- Natureza dos problemas;
- Representatividade dos actores (actores primários, associações comunitárias, instituições, sector privado).

Com base nos critérios estabelecidos, foram seleccionadas nos diferentes concelhos da ilha, as seguintes zonas abaixo apresentadas:

Como zona de amostragem representativa das **zonas agro-ecológicas semi-árida e árida** escolheu-se a **localidade de Patim** e arredores, considerando que a actividade agrícola predominante nestas zonas agro-ecológicas é a agricultura de sequeiro entrada na produção de milho e feijões, apesar do facto da agricultura ter vindo a ganhar gradualmente alguma expressão nestes estratos.

Os resultados das entrevistas desenvolvidas junto dos actores locais apontam para o destaque e priorização do sector pecuário reconhecendo o papel relevante que este sub-sector poderá desempenhar na economia das famílias desta localidade e o contributo que poderá vir a ter para o desenvolvimento da pecuária na ilha.

Para a **zona agro-ecológica sub-húmida**, em que a actividade agrícola predominante é a agricultura de sequeiro foram escolhidas as zonas de **Campanas de Cima e Cabeça Monte** pelas seguintes razões:

- **Campanas de Cima** por apresentar um forte potencial no domínio da produção agrícola que para além do milho e feijões assumem importância particular a produção da batata-doce, da mandioca entre outras culturas alimentares. A pecuária constitui um sub-sector, que sem negligenciar o seu contributo para a segurança alimentar, possui relativamente menor expressão nesta zona.
- **Cabeça de Monte** com uma actividade pecuária com maior expressão do que Campanas de Cima e na qual a agricultura de sequeiro é menos relevante, baseada essencialmente no cultivo de milho e feijões.

Para as **zonas sub-húmidas e húmidas** onde se pratica essencialmente a agricultura de sequeiro orientada essencialmente para o cultivo de milho, feijões, batata doce e mandioca, com uma forte componente de fruticultura e cultivo do café, escolheu-se como zonas de amostragem as **zonas altas dos Mosteiros** considerando que os problemas aí identificados podem ser representativos dessa zona agro-ecológica da ilha, bem como **Chã das Caldeiras** (comunidade dos cones vulcânicos conforme descrito na Carta de Zonagem Agro-ecológica) pela particularidade de estarem inseridas dentro do Parque Natural e pela importância que Chã das Caldeiras tem no desenvolvimento do turismo rural e de montanha, para além do papel relevante da viticultura e de outras actividades agrícolas aí desenvolvidas.

#### **3.4 - Instâncias de concertação, socialização, discussão pública e divulgação**

A realização dos “ateliers” regionais servirão para a concertação, socialização e discussão do plano com os diferentes actores públicos e privados, tendo em consideração a sua representatividade, possibilitando assim a troca e a socialização de ideias visando a apresentação de sugestões e recomendações bem como a gestão de consensos em torno do conteúdo do Plano.

O atelier nacional tem como objectivo a socialização do plano e a sua institucionalização, aos níveis nacional e regional.

### **3.5 - Mecanismos de seguimento e avaliação**

O Plano integra uma componente de seguimento e avaliação que inclui indicadores de gestão e monitorização do processo de implementação do plano, os quais facilitam a medição da evolução do cumprimento das metas e objectivos traçados e em função das necessidades constatadas, proporcionar a reorientação das medidas e estratégias para o alcance dos objectivos fixados.

## **4 – RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO TERRITORIAL PARTICIPATIVO E NEGOCIADO (DTPN)**

### **4.1 - Caracterização dos grupos de actores**

Na elaboração deste plano de acção foram contactados os principais actores que se encontram implicados de forma directa ou indirecta no processo de desenvolvimento agrícola e pesqueiro da ilha, entre os quais se destacam: os produtores primários (agricultores, pescadores e criadores), as Câmaras Municipais, as cooperativas, as associações comunitárias, as ONG’s, instituições públicas e privados.

### **4.2 – Produtores primários**

Os produtores primários são ao mesmo tempo agricultores, criadores e pescadores consoante a época do ano. Na época das chuvas, isto é, de Julho a Outubro dedicam-se à agricultura de sequeiro e regadio.

Durante o resto do ano, os produtores primários das zonas áridas e semi-áridas dedicam-se à criação de gado e/ou à pesca, enquanto que os produtores primários das zonas húmidas e sub-húmidas ocupam-se na agricultura de sequeiro e regadio (zona sul), na actividade pecuária e no turismo rural.

Os criadores dedicam-se na sua maioria à criação de caprinos e bovinos, essencialmente para a produção de leite, carne, queijo e manteiga. A actividade pesqueira no meio rural não é muito expressiva, uma vez que as actividades agro-pecuárias assumem maior expressão nas comunidades rurais. Para além disso, os rendimentos gerados através da actividade pesqueira são relativamente baixos, devido ao deficiente apoio institucional para a obtenção de factores de produção e para o subsequente incremento do sector.

Merece focalizar, os actores residentes das zonas húmidas e sub-húmidas pelas especificidades agro-ecológicas que estas zonas encerram, evidenciando os recursos naturais de suporte ao desenvolvimento da actividade agro-pecuária, designadamente as grandes potencialidades para o incremento de fileiras de produção agrícola, isto é da fileira da cafeicultura e da fileira da vinicultura, assim como do potencial para a transformação e a valorização dos produtos agrícolas.

É neste contexto, importante realçar, a vocação e a longa tradição já existente na ilha ao longo das décadas para a produção do café e da uva, traduzido nas plantações existentes, sua manutenção e exploração. Tal facto demonstra de forma evidente a prioridade que a potencialização do sector agro-pecuário através do aproveitamento sustentável e cada vez maior das potencialidades para o fomento da produção do café e da uva e dos respectivos produtos transformados (vinho, café, queijo, doces, licores, etc.) deve constituir.

#### **4.2.1 - Agricultores**

Os agricultores da ilha, em função da sua forma de acesso às terras e dimensão da exploração agrícola, podem constituir dois grupos distintos:

**Agricultores proprietários** que são os verdadeiros donos das terras e chefes das explorações, que recorrem normalmente à mão-de-obra assalariada para a execução das tarefas agrícolas. Este grupo de actores representa um grupo de grande



importância, tendo em conta a dimensão da área que ocupam no contexto geral da ilha e do volume de produção assegurado através deste tipo de exploração.

Há ainda que distinguir no grupo dos agricultores proprietários, entre médios e pequenos agricultores assumindo obviamente este último sub-grupo uma menor expressão em relação ao primeiro. É de particular interesse referir que os médios proprietários ocupam um lugar de destaque no quadro do desenvolvimento do sector agrícola na ilha, na medida em que possuem maior capacidade para a realização de investimentos capazes de prestar uma contribuição mais significativa para o incremento e a dinâmica do sector agrícola.

A produção conseguida destina-se essencialmente ao abastecimento do mercado local e nacional. Pela sua natureza, demonstram maior espírito de empreendedorismo no domínio da produção e da valorização da produção agrícola, com enfoque para a transformação de produtos agro-pecuários.

A visão de desenvolvimento deste grupo consiste no reforço da intervenção institucional e num maior nível de extensão das novas tecnologias visando um melhor aproveitamento das potencialidades e oportunidades, particularmente em termos de mercado.

**Pequenos agricultores** são regra geral agricultores que exploram terras de outrem em regime de parceria, arrendamento ou outras formas de exploração indirecta da terra ou também terras pertencentes ao Estado.

Este grupo de actores está normalmente associado às explorações agrícolas do tipo familiar, utilizando neste sentido, essencialmente mão-de-obra familiar. A produção destina-se para o mercado em menor escala e para o auto-consumo.

Factores limitantes como as dificuldades de acesso à terra aliado às formas de exploração que não estimulam o investimento e a outros factores de produção, nomeadamente água, sementes e material vegetal, adubos, pesticidas entre outros têm dificultado o desenvolvimento da actividade agrícola a nível deste tipo de exploração. Para além disso, o acesso ao capital financeiro continua a consituir um grande constrangimento.

Os agricultores aspiram poder ter no futuro um melhor acesso aos factores de produção, melhor apoio institucional e ver a produção agrícola aumentada e valorizada através de um melhor aproveitamento das potencialidades.

#### 4.2.2 - Criadores

Os criadores são também na sua maioria agricultores. Dedicam-se à criação de animais, utilizando como suporte recursos ambientais, designadamente, solos, água e recursos forrageiros. Em função das condições naturais, condição financeira e valores culturais, os criadores adoptam estratégias diferenciadas de criação de animais. Neste sentido, encontram-se diferentes modalidades de exploração pecuária, associadas a grupos de criadores com características próprias a especificar:

**Criadores associados à exploração tradicional** - dedicam-se à criação essencialmente de caprinos e ovinos em regime semi-extensivo. Utilizam raças locais e tecnologias tradicionais. Este sistema de exploração pecuária caracteriza-se pela exploração de animais de raça local com elevada rusticidade e fraca produtividade. Normalmente os animais são conduzidos aos campos de pastagem, pastando durante o dia e reconduzidos no fim do dia aos currais.

Estes criadores manifestam a sua preocupação relativamente à necessidade de aumento da produção de pasto, de introdução de raças melhoradas e de espécies forrageiras adaptadas ao clima e de maior qualidade nutritiva e esperam o reforço do apoio institucional na construção de estruturas de confinamento do gado.

**Criadores associados à exploração melhorada** - estes criadores dedicam-se à criação de animais de raça local/melhorada, em regime semi-estabulado e estabulado. Utilizam melhores tecnologias em termos de manejo, alimentação e cuidados sanitários.

Os animais de raça melhorada são mais produtivos em condições ideais, embora com fraca resistência às condições adversas do clima.

Os criadores almejam o aumento sistemático da produção e da produtividade pecuária, com recurso à introdução e fomento de animais de raça melhorada, novas tecnologias de exploração animal, melhoramento na alimentação animal através de um programa sustentável de melhoria da produção de pasto. Esperam o reforço do apoio institucional, visando promover a melhoria da qualidade das rações e a redução do seu preço.

#### 4.2.3 - Pescadores

Os pescadores constituem um grupo de actores que se dedica à exploração dos recursos haliêuticos na zona costeira da ilha, sendo por isso pescadores artesanais. Este grupo de pescadores opera com pequenas embarcações de 5 a 6 metros, atingindo apenas as pescarias localizadas em sítios relativamente próximos da zona costeira. As capturas destinam-se ao abastecimento do mercado e ao consumo familiar.

A comercialização do pescado é feita em colaboração com as peixeiras que fazem a ponte entre os pescadores e o mercado.

Devido à falta de condições de conservação e transformação do pescado, os pescadores artesanais são obrigados a vender o pescado a um preço nem sempre rentável, dependendo a fixação do preço quase que exclusivamente dos intermediários.

Esta classe anseia adquirir embarcações de maior alcance, dotadas de unidades de conservação, que facilitam uma melhor exploração do potencial pesqueiro existente, podendo ver assim as suas capturas e rendimentos aumentados, bem como o apoio institucional necessário para o reforço das suas capacidades nos diversos domínios ligados à pesca, conservação e transformação do pescado.

#### **4.3 - Câmaras Municipais**

Os Presidentes ou representantes das Câmaras Municipais de São Filipe, Santa Catarina e Mosteiros foram contactados numa perspectiva de auscultação desses actores, ciente do papel crucial que detêm em matéria de desenvolvimento local e regional.

As Câmaras Municipais são serviços descentralizados do Estado com atribuições específicas no domínio do desenvolvimento local e sendo assim com implicação directa na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento regional, rural e comunitário em particular.

Não obstante, ter-se vindo a proceder gradualmente à transferência de determinadas competências e responsabilidades do Poder Central para os Municípios, na medida em que estes se encontram melhor posicionados e mais próximo das populações, possuindo assim melhor vocação para a resolução dos seus problemas, não foram criadas até então as reais condições para que os mesmos assumam plenamente o seu papel podendo assim cumprir cabalmente e com eficiência as suas

responsabilidades. Constatam-se ainda algumas fraquezas no domínio da coordenação do planeamento entre os Municípios e os Serviços Desconcentrados do Estado, limitando assim uma actuação conjunta na resolução dos problemas. Por outro lado, a carência em termos de quadros qualificados, a inexistência de mecanismos que possibilitem o fluxo de informação e a fraca participação das comunidades na tomada das decisões sobre questões relevantes para a ilha, constituem um factor bloqueador para a eficácia do planeamento, coordenação e mobilização de recursos públicos e privados.

Para a promoção do desenvolvimento da agropecuária e da pesca, as Câmaras Municipais têm vindo particularmente através da cooperação descentralizada, a financiar projectos geradores de rendimento nas áreas de agricultura (apoio a horticultores e fruticultores), no domínio da pecuária (construção de currais e melhoria de raças), que para além de criar alguns empregos contribuem em função da sua natureza para o desenvolvimento rural e comunitário.

Este grupo de actores tem como aspiração uma melhor participação no processo de desenvolvimento agrícola e pesqueiro da ilha, evidenciando para tal a necessidade de uma melhor articulação com outras instituições sedeadas no território, criando assim as condições para o reforço das parcerias e o alargamento dos domínios de intervenção e colaboração institucional.

#### **4.4 - Cooperativas**

O cooperativismo é um dos instrumentos de auto-promoção de extrema importância na resolução de vários problemas socio-económicos de Cabo Verde. Este sistema de organização teve alguma dinâmica no passado, tendo vindo, no entanto, a reduzir a sua expressão nos últimos anos no contexto do desenvolvimento agrícola e pesqueiro.

As cooperativas contactadas (cooperativas de produção de vinho Agro-Coop de Chã das Caldeiras, Sodade de Achada Grande e Cooperativa Paladar, de transformação e conservação de produtos agrícolas) têm como objectivo principal prestar serviços aos operários e aos camponeses, bem como dinamizar e desenvolver a fileira do vinho na ilha.

Toda a produção de uva conseguida pelos agricultores sócios é entregue às cooperativas na época da vindima para ser transformada em vinho. Estas Cooperativas desempenham um papel relevante no domínio social uma vez que,

prestam apoios financeiros e materiais às comunidades para minimizar algumas necessidades existentes tanto a nível habitacional como educacional.

Estas organizações aproveitam também a disponibilidade dos recursos, principalmente excedentes da produção de frutas e legumes para transformação e conservação. Estes produtos são posteriormente colocados na rede de comercialização, evitando assim perdas por deteriorização e constituindo uma importante actividade geradora de rendimentos.

As cooperativas locais aspiram a reactivação de mais cooperativas de consumo e de produção e comercialização na ilha, e que alguns áreas de produção (transformação, comercialização, marketing) seja dinamizada, mercado mercado abastecido com factores produção agro-pecuária, bem como a melhoria do processo de importação de produtos.

#### **4.5 - Associações comunitárias**

As Associações Comunitárias tem como objectivos a promoção do desenvolvimento das comunidades locais, principalmente nas áreas da agricultura, pecuária e pescas, da coesão comunitária e redução do desemprego e consequentemente da redução da pobreza no meio rural;

Para alcançar estes objectivos as Associações comunitárias necessitam de reestruturação e organização interna para além do reforço das suas capacidades financeiras e materiais. Apesar dessas limitações elas vêm participando na implementação de projectos em parceria com outros actores institucionais, nomeadamente a Delegação do MADRRM, as Câmaras Municipais, as ONGs, entre outros.

Actualmente, a questão essencial que se coloca às associações, é a fraca participação dos associados na organização do seu funcionamento. A presença das mulheres integradas nas associações e a sua representação nos órgãos de decisão é muito incipiente, situação que merece ser revista e alterada, atendendo ao papel que desempenham na família bem na vida económica e social da comunidade.

As associações vêm procurando diversificar as suas parcerias, para assim poderem alargar os seus domínios de intervenção e poderem melhor cumprir os objectivos fixados no quadro dos seus estatutos. Demonstam-se abertas ao conhecimento, troca

de experiências e de um modo geral reconhecem a pertinência da necessidade de reforço gradual das suas capacidades, especificamente em termos de:

- Mobilização de parceiros e de financiamentos para um melhor desenvolvimento das actividades agro-pecuárias e da pesca no seio das comunidades;
- Promoção da coesão comunitária.

#### **4.6 - ONG's**

As ONGs são organizações da sociedade civil com finalidades públicas e sem fins lucrativos que desenvolvem acções em diferentes áreas de desenvolvimento e que geralmente mobilizam a opinião pública e o apoio da população no sentido de se conseguir determinadas mudanças na sociedade.

Estas organizações desenvolvem um trabalho complementar ao Estado, realizando acções que este por sua natureza teria maiores dificuldades em realizar. Para financiar as suas actividades, a maior parte das ONGs recorre aos parceiros externos através da cooperação multilateral e bilateral. As instituições estatais apoiam também as actividades das ONGs. Importa ainda referir, que as actividades destas instituições são também financiadas através de fundos que provêm de donativos de empresas privadas cabo-verdianas e estrangeiras, de recursos próprios e beneficiam ainda do apoio das Igrejas.

As ONGs intervêm nos domínios da cultura, da educação, da saúde, da promoção social, do fomento do crédito às micro-empresas, do desenvolvimento rural e da formação profissional, incidindo a sua actuação nas áreas da formação assim como da informação e da comunicação, juventude e educação, acções de solidariedade, desenvolvimento comunitário, protecção do meio ambiente, saúde, actividades culturais e desportivas, entre outras.

As ONGs têm tido um papel criativo e importante na mobilização e construção de parcerias com outras organizações da sociedade civil visando a promoção do desenvolvimento agrícola e comunitário com particular enfoque para a luta contra a pobreza e o combate à exclusão social.

Os resultados da consulta levada a cabo junto da representatividade das ONGs apontam para a necessidade de um melhor apoio institucional para que possam

assumir um papel mais forte na promoção do desenvolvimento comunitário. Para além disso, o reforço da sua articulação com outras instituições com intervenção no território é indispensável.

#### **4.7 - Instituições Públicas**

As instituições públicas contactadas têm por objectivo implementar projectos e programas de investimento financiados através de fundos disponibilizados pelo Governo e pela Cooperação Internacional para o desenvolvimento socio-económico das zonas rurais da ilha.

No conjunto das actividades desenvolvidas pelas instituições públicas, evidenciam-se as seguintes: identificação, formulação e execução de projectos, colaboração na concepção e implementação de planos e programas, assistência técnica, actividades orçamentais, gestão administrativa e financeira dos fundos disponibilizados, urbanização, implementação de obras, entre outras. É de interesse focalizar, as parcerias construídas entre as instituições públicas para se atingir determinados objectivos de desenvolvimento local e comunitário.

Para um desenvolvimento sustentado da ilha, este grupo anseia o reforço das capacidades para uma intervenção cada vez mais eficaz no domínio das suas atribuições funcionais, bem como uma melhor articulação e colaboração com outras instituições públicas sediadas no território.

#### **4.9 - Instituições privadas**

No conjunto das instituições privadas, foram contactadas alguns pequenos comerciantes e operadores turísticos em São Filipe e Chã das Caldeiras.

Estas instituições têm como principal objectivo o desenvolvimento de actividades económicas através da realização de investimentos e normalmente pela via da produção de bens e prestação de serviços importantes para a ilha, colocando deste modo à disposição da sociedade local uma gama de produtos e serviços. De forma directa ou indirecta o desenvolvimento do meio rural está intimamente ligado às intervenções das instituições privadas, enquanto instâncias impulsionadoras do desenvolvimento económico.

Os pequenos comerciantes contactados são comerciantes retalhistas e à semelhança do que acontece em toda a ilha, abastecem através dos grandes comerciantes na cidade de São Filipe e vendem posteriormente e a retalho os produtos adquiridos a nível das suas localidades. Comercializam basicamente produtos de primeira necessidade.

## **5. Oportunidades e potencialidade da ilha**

A ilha do Fogo, dado a sua orografia e presença duma paisagem natural única em Cabo Verde, que abrange o vulcão, a bordeira, o perímetro florestal de Monte Velha, a cratera, as colunas de lávas vulcânicas, a espécies endémicas, o Parque Natural, aleados às ricas manifestações culturais, à história, à música, aos aspectos arquitetónicos das construções históricas urbanas, o artesanato, oferecem condições excepcionais para o desenvolvimento de turismo sustentável, baseando no ecoturismo, turismo cultural, científico, etc. Nas áreas agrícolas predominam terras férteis de origem vulcânica, com presença de micro-climas e pluviosidade satisfatória no contexto nacional, oferecendo oportunidades para o aumento da produção de determinados produtos típicos da ilha no regime pluvial ou irrigado (café, uva, vinho, maçã, entre outras frutas diversas, feijões, hortícolas, etc). A existência de áreas significativas com vocação silvo-pastoril, a vocação das actividades pecuárias, o desenvolvimento normal de espécies forrageiras, constituem igualmente oportunidades e potencialidade para a modernização pecuária e desenvolvimento de certas fileiras promissoras (caprina, laticíneos, etc.). Estas potencialidades permitem melhorar o abastecimento do mercado local, nacional e turístico e, criar novas oportunidades económicas.

Os investimentos previstos na infraestruturização da ilha, designadamente a modernização rodoviária, o porto, o aeroporto, a eletrificação rural, a melhoria de abastecimento de água, a formação profissional, bem como os projectos interligados de desenvolvimento agro-pecuário em curso, conjugado com a forte dinâmica associativa e cooperativa da ilha, a motivação dos actores públicos, económicos, sociais, produtivos, constituem oportunidades claras para o aproveitamento das potencialidades da ilha e incremento de iniciativas empresariais e geradoras de rendimento.



## **6. Problemas identificados, causas, efeitos, níveis e actores implicados**

### **6.1. Identificação dos problemas**

Como resultado da pesquisa assente na abordagem do Desenvolvimento Territorial Participativo e Negociado (DTPN) levada a cabo junto dos diferentes actores consultados e tendo por base os critérios utilizados para a identificação dos actores e selecção das zonas de amostragem representativas da ilha, a escassez de água, a baixa produtividade agro-pecuária, a baixa produção haliêutica, a degradação ambiental, o difícil acesso à terra e a deficiente prestação de serviços no domínio do sector do turismo, constituem os principais problemas do território em estudo, em torno dos quais giram um conjunto de outros factores subjacentes e que enformam a raiz dos problemas elencados.

Um conjunto de actores encontram-se associados às causas dos diferentes problemas existentes e a sua implicação opera-se a níveis diferenciados, isto é, local, regional, nacional e internacional.

Os problemas constatados têm obviamente efeitos negativos sobre o processo de desenvolvimento agrícola e pesqueiro e numa perspectiva holística e sistémica sobre a sustentabilidade ambiental bem como sobre a durabilidade do desenvolvimento sócio-económico da ilha.

O conteúdo da análise dos principais problemas identificados, suas causas e efeitos bem com os níveis e actores implicados, encontra-se sistematizado na Matriz de Análise de Problemas, a seguir apresentada.

Quadro 1 – Matriz de análise de Problemas

Problemas identificados, causas, níveis, actores implicados				
Problema	Cause	Efeitos	Nível (local, regional, nacional)	Actores implicados
Escassez de água	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fracas Precipitações;</li> <li>- Insuficientes infra-estruturas de captação e armazenamento de águas pluviais;</li> <li>- Preço de água para rega</li> </ul>	<p>Fraca Produção</p> <p>Perda de água para o mar;</p> <p>Dificuldades para empresa;</p> <p>Dificuldades para os Agricultores;</p>	<p>Nacional</p> <p>Regional</p> <p>Regional</p>	<p>...</p> <p>DMADRRM, CM, Associações;</p> <p>AGUABRAVA, Governo,</p>
Baixa produtividade agrícola	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escoamento superficial e degradação dos solos;</li> <li>- Falta Acesso a factores de produção (Pesticidas, fertilizantes, sementes etc.) para Agricultura;</li> <li>- Perda de produtos pós-colheita;</li> <li>- Deficiente Assistência técnica /sensibilização</li> </ul>	<p>- Fraco rendimento das famílias o que implica aumento da pobreza e insegurança alimentar.</p>	<p>Regional</p> <p>Nacional</p> <p>Regional</p> <p>Nacional</p>	<p>Agricultores, Proprietários, DMADRRM, Comerciantes, Privados, Governo.</p>
Baixa produtividade pecuária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de modernização do sector pecuário</li> <li>- Deficiente acesso aos factores de produção</li> <li>- Deficiente assistência</li> </ul>	<p>Fraco rendimento das famílias o que implica aumento da pobreza e insegurança alimentar.</p>		<p>Criadores, Proprietários, DMADRRM, Comerciantes, Privados, Governo.</p>

	técnica /sensibilização			
Fraca produção haliéutica	-Falta de equipamentos de pesca no mercado ; - Condições deficientes de conservação de pescado ; - Capacidade financeira limitada ; -Exploração descontrolada de recursos	-Capacidade limitada para a pescaria ; - Captura limitada, qualidade deficiente do pescado ; - Dificuldades em investimento em embarcações de maior porte ; - diminuição de recursos resqueiros.	-Local, regional;  -Local, regional ;  -Local, regional ;  nacional  - Local, regional	Pescadores, operadores de pesca, peixeiras, MADRRM, Câmara Municipais.
Degradação ambiental	-Pastoreio Livre -Perda de Solos -Apanha de inertes -Degradação da cobertura vegetal	Degradação dos solos Diminuição da Produção Incidência da pobreza		Criadores, Agricultores, CM, População, Proprietários, MADRRM,
Prevalência da propriedade privada da terra	- Ocupação indevida dos terrenos pertencente ao Estado; - Maioria dos agricultores não tem terra;	Pessoas intitulam-se como proprietários Agricultores não investem na Agricultura	Local  Regional	Estado; CM; Agricultores  Agricultor; Proprietário; DMADRRM, CM, Governo
Deficiente prestação de serviços no domínio do turismo	Falta de infra-estruturas Turística (alojamento e restauração); Falta de formação dos Guias e servidores turísticos (línguas, Boas maneiras etc;	Diminuição do turismo e perdas económicas para o País.	Regional	Governo, DGT, Operadores Turísticos,

## 6.2. Descrição dos problemas

.....

## 6.3 – Priorização dos problemas

Do leque de actores contactados a nível de toda a ilha fez-se uma listagem dos problemas, tendo-se chegado à seguinte ordem de priorização:

Quadro 2 – Priorização de problemas

Ordem	Designação	% de referências explícitas
1º	Escassez de água	
2º	Baixa produtividade agrícola e silvícola	
2º	Baixa produtividade pecuária	
3º	Fraca produção haliêutica	
4º	Prevalência da propriedade privada da terra	
5º	Fraca prestação de serviços turísticos (turismo rural)	

Na óptica dos actores, a “*Escassez de Água*” com. ...% de referências explícitas aparece para a ilha, como o problema prioritário, sendo seguido pela “*Baixa produtividade agrícola e silvícola*” e da “*Baixa produtividade pecuária*”. A pesca aparece neste caso com menor pontuação o que em parte deverá ser explicado pelo facto de não se ter entrevistado grande número de actores proveniente de comunidades piscatórias.

#### **6.4 - Análise descritiva das FOFA**

A avaliação estratégica através da análise FOFA, nos permite identificar internamente um conjunto de potencialidades internas (forças) e debilidades (Fraquezas) e externamente um conjunto de oportunidades e ameaças.

No quadro da análise FOFA, identificam-se por um lado um conjunto de oportunidades e forças enquanto que por outro lado evidencia-se um leque de debilidades e constata-se a existência de algumas ameaças. A partir dos resultados desta análise torna-se possível fazer o devido entrosamento e a articulação entre as componentes da matriz (níveis interno e externo/aspectos positivos e negativos), através da construção de cenários que poderão contribuir para a resolução gradual dos principais problemas identificados, isto é, aproveitando as forças e as oportunidades para minimizar gradualmente as debilidades e facilitar a gestão das ameaças.

Quadro 3 - Matriz de análise FOFA

	<b>Positivo</b>	<b>Negativo</b>
<b>Interno</b>	<b>Forças</b>	<b>Debilidade</b>
	<p>Grandes potencialidades agrícolas</p> <p>Terras férteis</p> <p>Fruteiras e cultivos de café existentes</p> <p>Potencial frutícola expressivo</p> <p>Potencial agro-ecológico para a produção do café e da uva</p> <p>Prática da transformação e valorização agro-alimentar (vinho, café, queijo, licores, etc.)</p> <p>Potencialidade viti-vinícola</p> <p>Base forrageira</p> <p>Potencial turístico (ecoturismo e turismo de montanha)</p> <p>Parque Natural de Chã das Caldeiras</p> <p>Águas pluviais e de escoamento superficial</p> <p>ONG com intervenção no domínio do desenvolvimento rural</p> <p>Boa dinâmica do sector privado/parcerias público-privado</p> <p><a href="#">Boas experiências existentes no domínio da prestação de serviços turísticos a nível nacional</a></p>	<p>Escassez de água</p> <p>Prevalência da propriedade privada da terra</p> <p>Baixa produtividade agrícola</p> <p>Baixa produtividade pecuária</p> <p>Deficiente abastecimento de factores de produção</p> <p>Fraca produção haliêutica</p> <p>Degradação ambiental</p> <p>Práticas culturais inadequadas</p> <p>Deficiente organização das associações</p> <p>Fraca valorização de produtos agro-pecuários (tratamento pós-colheita, transformação, comercialização e marketing)</p> <p>Potencial turístico não devidamente valorizado (insuficiência de infra-estruturas turísticas, capacitação, etc.)</p> <p>Deficiente ligação inter-ilhas</p>
<b>Externo</b>	<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
	<p>Engajamento da Cooperação Internacional</p> <p>Investimento de Emigrantes</p> <p>Fileira do vinho existente</p> <p>Valorização de produtos locais típicos da ilha (queijo, café, artesanato, conservas de frutas e legumes, etc.).</p> <p>Programa de Investimento do MADRRM</p> <p>Capacidade institucional existente</p> <p><a href="#">Projecto das áreas protegidas</a></p>	<p>Forte dependência do apoio externo</p> <p>Deficiente condução das actividades produtivas no interior do Parque Natural de Chã das Caldeiras pelas populações que exploram os recursos naturais no interior do parque.</p> <p>Degradação de Recursos Ambientais</p> <p>Fuga de quadros qualificados.</p>

## 6.5 - Integração das componentes da análise FOFA para a resolução gradual e minimização dos principais problemas identificados

**Escassez de água** – A escassez de água decorrente particularmente dos efeitos negativos da seca prolongada sobre o meio ambiente aparece como o problema com um maior nível de prioridade tendo em conta a importância que este recurso ambiental tem para o desenvolvimento agrícola, rural e comunitário.

Se por um lado a fraca disponibilidade de água constitui um grande problema, por outro lado existem forças e oportunidades que se bem geridas poderão vir a contribuir gradualmente para a minimização deste problema, nomeadamente as águas pluviais e de escoamento superficial que perdem devido à insuficiência de infra-estruturas de captação e armazenamento. Aliado a esta força é também de particular relevo a existência de um programa de investimento do MADRRM que integra projectos anuais e, sobretudo de carácter plurianual no nível dos diferentes sectores do desenvolvimento rural e agrícola, dentro dos quais os Sectores da Engenharia Rural e Florestação assumem tradicionalmente um lugar de destaque na afectação das verbas do PI.

A partir do que foi atrás dito, torna-se evidente que os projectos de CSA do MADRRM figuram como uma oportunidade efectiva a qual pode ser potencializada e maximizada através do aumento gradual, na medida da conjuntura financeira e com base nas metas e objectivos fixados para o Plano numa óptica de se conseguir nos próximos anos ganhos expressivos e duráveis em matéria de aproveitamento e gestão sustentável dos recursos hídricos.

Paralelamente a intervenção do MADRRM considera-se também uma oportunidade de primeira linha o engajamento actual da Cooperação Internacional e as tendências futuras nesta matéria, o que significa a criação e a maximização de sinergias neste sentido.

**Baixa produtividade agrícola e silvícola** – A baixa produtividade agrícola e silvícola decorrente essencialmente de factores de ordem natural designadamente da seca prolongada, da insuficiência de água e da degradação dos solos é um problema que deve ocupar uma posição de elevada prioridade tendo em conta a importância deste sector para a segurança alimentar e para a economia da ilha. Para além dos factores atrás apontados os constrangimentos inerentes ao acesso aos factores de produção são de ter em devida conta no equacionamento deste problema. As perdas da pós-colheita e a deficiente

assistência e sensibilização dos agricultores são também factores que contribuem para a configuração deste problema.

Perante a realidade traçada e na óptica de contornar o problema as forças e as oportunidades afins devem ser devidamente integradas, aproveitadas e maximizadas através de metas e resultados que podem ser alcançados a curto, médio e longo prazo.

Sendo o sistema ambiental o suporte da actividade agrícola, o aumento da produtividade agrícola e silvícola deve passar obrigatoriamente por uma melhor exploração, gestão e conservação dos recursos ambientais, nomeadamente, solo, água e biodiversidade, o que significa reforçar e promover medidas e acções de conservação do solo, da água e da biodiversidade. As forças identificadas neste contexto, isto é, as águas pluviais e de escoamento superficial, as terras férteis e o potencial em termos de biodiversidade, evidenciando as particularidades da biodiversidade agrícola existente na ilha devem ser devidamente aproveitadas e integradas para se conseguir atingir níveis cada vez mais elevados de produtividade e produção agrícola e silvícola.

As debilidades existentes no que concerne o abastecimento regular e eficaz em factores de produção é uma dimensão que pode ser melhorada através do reforço das capacidades dos intervenientes nesta matéria (sector privado, Delegação do MADRRM, ONGs, associações comunitárias, cooperativas ...).

A melhoria da assistência técnica e do acompanhamento bem como da capacitação dos agricultores como um pressuposto fundamental ao aumento da produtividade agrícola e silvícola pode ser conseguida pela via do reforço gradual da capacidade institucional, isto, de acordo com a situação real existente, promover e afectar, na medida das possibilidades, mais meios humanos, materiais e financeiros à Delegação do MADRRM na ilha e às ONGs vocacionadas para o efeito. A capacidade dos técnicos é também uma condicionante visando à multiplicação do conhecimento, condição essencial à modernização do sector agrícola e o subsequente aumento da produtividade e da produção.

**Baixa produtividade pecuária** – A baixa produtividade pecuária em resultado do baixo nível de modernização do sector através da introdução e alargamento de técnicas e tecnologias melhoradas de produção animal é um problema não de menos importância em relação à situação da produção agrícola, entendendo-se que os sectores da agricultura e da pecuária são sectores complementares e que como tal devem funcionar de forma



integrada, contribuindo não só para a criação de auto-emprego e rendimento, mas também para a segurança alimentar e o equilíbrio nutricional das famílias.

O predomínio ainda do sistema de exploração pecuária tradicional não encerra as condições para a potencialização deste sector, dificultando o aproveitamento das reais potencialidades existentes no domínio da pecuária.

À semelhança do sector agrícola o sector da pecuária depara também com grandes constrangimentos em matéria do abastecimento em factores de produção capazes de contribuir para imprimir uma nova dinâmica ao sector e impulsionar a produtividade e a produção. A base forrageira deve ser mais bem aproveitada e valorizada, enquanto factor de produção pecuária de particular valor para a alimentação animal.

A deficiente assistência técnica e acompanhamento sistemático dos criadores é também um elemento que dificulta o alcance de melhores níveis de produtividade pecuária.

O aumento da produtividade pecuária exige necessariamente o reforço do apoio institucional para o fomento e desenvolvimento do sector. Forças e oportunidades institucionais atrás mencionadas aplicam-se também a este problema.

A troca e a capitalização de experiências de sucesso já existentes a nível nacional no domínio da introdução das novas tecnologias de produção animal assemelham-se de interesse perante os objectivos fixados para a gestão do problema e o alcance do aumento da produtividade e da produção pecuária.

**Fraca produção haliêutica** – A fraca produção haliêutica advém do deficiente acesso aos factores de produção, nomeadamente oferta de materiais e equipamentos de pesca no mercado local, da falta de condições de conservação do pescado, da fraca capacidade financeira dos actores implicados na pesca para a aquisição de barcos de pesca no alto mar e ainda particularmente decorrente da utilização e exploração descontrolada dos recursos haliêuticos.

O aumento sustentável da produção haliêutica tem como condição básica a gestão e exploração racional dos recursos utilizando tecnologias adequadas e respeitando os limites e normas de exploração. Isto implica a o reforço das capacidades das instituições ao nível regional e nacional evidenciando a formação contínua dos pescadores, a monitorização sistemática dos bancos de pesca bem como a disponibilização oportuna de informações sobre o estado das pescarias e estratégias de captura criando assim um quadro favorável a prática de uma pesca sustentável.

Neste contexto a dimensão institucional, ou seja, a capacidade institucional já instalada é uma força que deve ser reforçada e potencializada para a gestão em diferentes horizontes temporais das metas e objectivos fixados e aliados ao aumento da produtividade da produção pesqueira.

A melhoria do abastecimento em factores de produção pode ser paulatinamente atingida através do reforço do envolvimento do sector privado nesta vertente, das ONGs e das associações comunitárias.

O fomento durável da produção e da produtividade pesqueira tem também como um pressuposto básico a auto-promoção da actividade piscatória transformando a pesca num sector rentável e gerador de rendimento e emprego sustentável. Isto exige por um lado a acapitação contínua dos pescadores particularmente no domínio da gestão de negócios criando assim a prazo as condições económicas para o auto-financiamento da actividade e de uma base financeira para a retro-alimentação desta actividade produtiva reduzindo assim a dependência da actividade pesqueira do apoio interno ou externo.

**Degradação ambiental** – A degradação ambiental aparece como um dos problemas prioritários da ilha, cujos efeitos altamente negativos se fazem sentir face aos desafios do desenvolvimento rural e agrícola. Ciente que a base dos recursos ambientais, designadamente solo, água e biodiversidade constituem o suporte das actividades agro-pecuária e pesqueira, a utilização e exploração descontroladas destes recursos podem constituir uma séria ameaça para a continuidade e a sustentabilidade destas actividades económicas, pondo em perigo a segurança alimentar e a sobrevivência futura das populações.

A escassez de água, a perda de solos, a degradação da biodiversidade e a degradação da orla marítima provocada pela exploração descontrolada de inertes nas praias são as principais causas da degradação do sistema ambiental na ilha.

Para a gestão e minimização gradual e a termo deste problema crucial, um aproveitamento e a potencialização cada vez maiores da capacidade institucional já instalada na ilha, traduzida na integração das capacidades já existentes a nível das diferentes instituições públicas com intervenção no domínio ambiental e vocacionadas para a matéria. Neste contexto, convém destacar o papel que as ONGs podem desempenhar em matéria de informação, sensibilização e educação das comunidades rurais e sociedade civil de um modo geral, numa perspectiva de levar gradualmente à mudança de atitudes e práticas capazes de garantir a utilização, exploração e gestão durável dos recursos ambientais da ilha e inverter o quadro actual que se constata no domínio ambiental.

A construção de parcerias e o reforço de parcerias institucionais já existentes representam por um lado uma força e por outro uma oportunidade a valorizar visando o aproveitamento e a maximização das capacidades institucionais.

O engajamento e a vontade dos parceiros internacionais é um elemento de particular valor, que para além dos engajamentos financeiros, poderá facilitar a troca de idéias e estratégias de actuação bem como a introdução de inovações no domínio da educação ambiental a partir da capitalização e da adaptação, na medida do possível, à realidade local de experiências bem sucedidas noutros países e contextos.

O sector privado representa também um parceiro importante face aos desafios em matérias de informação, comunicação e educação ambiental. As potencialidades deste sector devem ser devidamente aproveitadas paralelamente às intervenções do sector público. Parcerias público-privado podem ser construídas e reforçadas.

O reforço da capacidade institucional nos domínios da formação, assistência e acompanhamento técnico, bem como fiscalização/punição dos infractores, enquanto medidas imprescindíveis e complementares à educação ambiental são um imperativo. Esta dimensão pode ser equacionada através da priorização de medidas que visam o reforço global das capacidades institucionais, o que significa o reforço das capacidades humanas, materiais e financeiras e ainda necessariamente através da melhoria da articulação e da colaboração institucional a vários níveis, designadamente local, regional e nacional, bem como entre os níveis descentralizado e desconcentrado.

**Prevalência da propriedade privada da terra** – A problemática fundiária especificamente a prevalência da propriedade privada da terra representa um grande problema do sector agrícola na ilha, dificultando a realização de investimentos a nível das explorações, inibindo assim o desenvolvimento do sector e proporcionando o deficiente aproveitamento das reais potencialidades agrícolas existentes na ilha.

Os constrangimentos existentes em matéria fundiária prendem por um lado com a ocupação indevida dos terrenos pertencentes ao Estado pelos privados e ao facto de existirem pessoas que se intitulam como proprietárias destas terras. A maioria dos agricultores não possui terras encontrando-se em situação de vinculação precária em relação aos terrenos que exploram. Pela natureza e complexidade desta problemática, esta questão torna-se um problema estruturante que requer a realização de estudos para o seu aprofundamento e real conhecimento.

A introdução de melhorias, ainda que modestas a respeito desta matéria deve passar necessariamente por medidas de reforma e produção legislativa, incluindo a regulamentação, divulgação e aplicação da Lei de Solos.

**Deficiente prestação de serviços no domínio do turismo** – A ilha possui grandes potencialidades turísticas particularmente para o ecoturismo e o turismo de montanha. Apesar dos ganhos registados até então no domínio do sector turístico a prestação de serviços ligados ao turismo continua a ser deficiente o que constitui uma grande fraqueza face aos desafios do desenvolvimento sustentável e estratégico do sector.

A situação existente em termos da qualidade de prestação de serviços de suporte ao turismo tem como causas fundamentais a falta de infra-estruturas turísticas (alojamento e restauração), o défice de capacidade de prestação de serviços dos guias e servidores turísticos bem como o deficiente sistema de transporte turístico.

O sector turístico constitui um sector que contribui conjuntamente com a agro-pecuária e a pesca para a criação de emprego e rendimento nas áreas rurais e para a ilha de um modo geral, sendo neste sentido uma actividade económica conexas e complementar a estes sectores tradicionais de desenvolvimento económico.

A existência de parceiros de desenvolvimento já engajados em termos efectivos e ainda de oportunidades de mobilização de parcerias externas é um elemento a ter em devida conta para se conseguir aproveitar cada vez mais as potencialidades no domínio do sector turístico e transformar o sector numa alavanca fundamental de desenvolvimento rural e agrícola e capaz de gerar riquezas para a ilha e para o país.

As experiências de sucesso já evidentes a nível nacional devem ser cada vez mais valorizadas visando a potencialização dos ganhos conseguidos através da sua possível capitalização para o incrementado turismo na ilha com enfoque para o turismo ecológico, de observação/científica.

## 7. PROJECTOS EM CURSO NA ILHA

### 7.1 Resumo dos projectos em curso

Os projectos em curso na ilha do Fogo compreendem os projectos inscritos no quadro do Programa de Investimento (PI) do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos e os projectos com financiamento externo executados de forma directa em termos de afectação de recursos financeiros.

Os projectos inscritos no PI são geralmente anuais e agrupados por sector de actividade agrícola/pesqueira, designadamente, agricultura, pecuária, agro-silvo-pastoralismo, floresta, engenharia rural, extensão rural e pesca.

No domínio agrícola, os projectos em curso são especificamente: Massificação de rega, Desenvolvimento da cultura do café, Campanha agrícola e fitossanitária e gestão de pesticidas e ainda Diversificação de culturas. Para a vertente pecuária encontram-se geralmente inscritos os projectos de “Melhoramento de raças”, “Produção forrageira” e “Transformação e conservação de produtos agro-alimentares”. Os domínios agro-silvo-pastoril, florestais e engenharia rural integram os seguintes projectos: “Projecto integrado de desenvolvimento agro-silvo-pastoril (PIDAS)”, “Mobilização de água e reservatórios (MAR)” e “Ordenamento Florestal”. No domínio da extensão rural constam os projectos ligados à capacitação das associações e formações diversas.

Para os projectos com financiamento externo com execução directa, em termos de afectação de recursos, destacam-se os projectos assentes na abordagem integrada, designadamente: “Protecção dos recursos naturais na ilha do Fogo – PRNF”; “Gestão de Bacias hidrográfica e apoio à Agricultura – MCA ”; Contribuição para o melhoramento e diversificação dos sistemas de produção dos produtores de Cabo Verde – SPA e também alguns projectos **sectoriais**: “Apoio à produção de vinho na ilha do Fogo”; “Intensificação e diversificação da produção hortícola em Cabo Verde”; “Apoio às associações e cooperativas locais no desenvolvimento de fileiras sustentáveis e melhoramento da segurança alimentar na ilha do Fogo”.

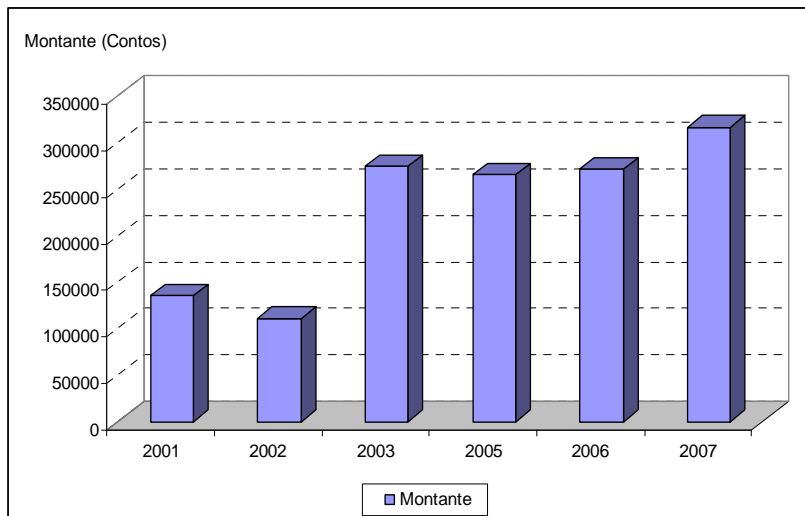
### 7.2 - Resumo sumário do impacto dos projectos em curso

Os projectos do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos em curso na ilha do Fogo de 2001 a 2008 (quadro n..) abarcam domínios de actividade que visam o aumento e a diversificação da produção agro-pecuária, o melhoramento do

coberto vegetal, a conservação do solo e da água, a protecção e conservação dos recursos naturais bem como a melhoria da qualidade do Ambiente, visando o desenvolvimento rural e agrícola traduzido na melhoria das condições de vida das populações com enfoque para a redução da pobreza. A maioria dos projectos em curso não integra a componente “Seguimento e Avaliação” o que dificulta a realização duma avaliação criteriosa e comparativa em matéria de ganhos aos níveis socio-económico, ambiental, etc. No entanto, os resultados conseguidos em termos do volume das realizações físicas atingidas nos diferentes projectos durante o período 2001 a 2007 demonstram avanços significativos nos domínios de actividade agro-pecuária e ambiental que certamente contribuíram e continuam a ter actualmente e no futuro, desde que bem monitorados, impactos positivos para a melhoria das condições de vida das populações.

Os investimentos programados anualmente cresceram de ano para ano, passando de aproximadamente 135 mil contos em 2001 para 316 mil contos em 2007 (gráfico nº1), tendo sido o sub-sector de conservação de solos e água o mais beneficiado.

Gráfico 1 - Variação dos investimentos de 2001 a 2007 no Fogo



Quadro 4 - Resumo sumário dos projectos em curso

Projecto	Financiamento	Orçamento	Objectivos	Acções	Área intervenção	Beneficiários	Duração
Protecção dos Recursos Naturais na Ilha do Fogo ( PRNF)	Externo e interno	Alemanha - Banco KFW: 4,7 milhões euros Cabo Verde : 2,25 mil euros Ass. comunitários 280 mil euros.	<b>Valorização sustentável dos recursos naturais, através do melhoramento dos sistemas de uso agro-silvo-pastoril do solo e do funcionamento do PNF</b> Melhoramento das condições de vida da população da região do Programa e para a preservação da diversidade biológica.	-Construção de medidas mecânicas e biológicas de conservação de Solos e Água, diversificação da produção agrícola e pecuária, bem como a transformação dos produtos; -Desenvolvimento do Parque Natural do Fogo, elaboração do Plano de Gestão do PNF, Melhoramento das infra-estruturas de acesso nas zonas de intervenção; Capacitação dos beneficiários e técnicos envolvidos - Implementação de sistema de seguimento e de avaliação do projecto.	A área de intervenção compreende a parte central e noroeste do Fogo, cobrindo cerca de 163 km² e abrangendo parcialmente os 3 concelhos da ilha.	2000 Famílias	Plurianual 2006-2008
Projecto Integrado de Desenvolvimento Agro-silvo-pastoril (PIDAS)	PI	7 mil contos – 2008	Melhoramento do uso agro-silvo-pastoril através da implementação de medidas mecânicas e biológicas de conservação de solo e água.	Construção de infra-estruturas de conservação de solo e água nas zonas semi-áridas e sub-húmidos da ilha do Fogo (banquetas, arretos, diques), plantação de espécies florestais e forrageiros.	Ilha do Fogo, com actividades focalizadas em função das prioridades nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas.	Populações associadas ou não das zonas de uso agro-silvo-pastoril	Anual
Projecto de Mobilização de Agua e Reservatórios (MAR)	PI	4 mil contos em 2008	Melhoramento da disponibilidade de agua para as actividades agro-pecuárias e criação de infra-estruturas de armazenamento de agua	- Construção de reservatórios para armazenamento de agua de escoamento superficial, recuperação e manutenção de sistemas hidráulicos e reservatórios - Distribuição de agua para fins agro-pecuários	Geralmente tem uma abrangência ao nível da ilha, com actividades focalizadas em função das prioridades	Populações associadas ou não das zonas de intervenção	Anual
Projecto de Gestão de Bacias hidrográfica e apoio à Agricultura – MCA	Externo	147 mil contos	- <i>Melhoramento da</i> gestão numa óptima sustentada de solos e água, desenvolvimento da capacidade produtiva nas zonas de intervenção e, valorização da produção agrícola e reforço da capacidade financeira dos parceiros	- Construção de infra-estruturas de correcção torrencial e mobilização de água superficial; Desenvolvimento da capacidade produtiva e valorização da produção agrícola; Construção duma unidade de tratamento pós-colheita; Melhoramento da capacidade técnica dos parceiros; Desenvolvimento do agro - negócios - linha de crédito.	Zonas húmidas e sub-húmidas dos Mosteiros bem como parte das zonas baixas, com actividades de correcção torrencial e áreas de demonstração.	População dos Mosteiros, agricultores do Fogo	Plurianual 2005 - 2010
Contribuição para o melhoramento e diversificação dos sistemas de produção dos produtores de Cabo Verde – SPA	Externo	9.000 Contos em 2008	Desenvolvimento rural durável baseado na valorização integrada e participativa dos recursos naturais específicos das zonas agro - ecológicas, o reforço do capital humano e socio-económico local,	Integração das culturas hortícolas, raízes e tubérculos e feijões diversos no sistema de produção dos camponeses; Difusão das novas tecnologias de produção hortícolas e frutícola Gestão participativa e responsável de agua; Melhoramento das técnicas pecuárias e sua divulgação no seio dos criadores familiares ou associados; Valorização dos produtos agrícolas e	Zonas baixas de S. Filipe e Conselho de S. Catarina	Grupo de horticultores e criadores seleccionados	2007-2009

				animais através de transformação, acondicionamento e comercialização de produtos; Reforço das capacidades técnicas, e metodológicas dos técnicos, e agricultores			
Intensificação e diversificação da produção horticultura em Cabo Verde	Externo		Contribuir para a melhoria das condições de existência durável das populações rurais das zonas de intervenção, visando a redução da pobreza rural e a diminuição simultânea da insegurança alimentar e nutricional, através da intensificação da produção hortícola nas zonas de vocação	Mobilização da água subterrânea com a realização e equipamento de um furo; Criação de um perímetro irrigado de 10 hectares; Construção de um reservatório de 200 m3 e distribuição de água de rega; Disponibilização de materiais de rega; Formação dos horticultores;	Zona de Genebra e Forno em S. Filipe	35 Famílias das zonas semi-áridas, das localidades situadas entre Vicente Dias a Saltos	2007-2009
Melhoramento da Produção de Café	PI	2.700 Contos em 2008	Melhoramento das técnicas culturais da cafeicultura e valorização do café através do incremento da transformação e melhoria do nível da organização e capacidade dos cafeicultores.	Construção de mediadas de conservação de solo e água nas zonas de plantação do café; produção e disponibilização de plantas de café; Formação dos cafeicultores; apoio dos produtores de café a associarem	Zonas altas dos Mosteiros	Cafeicultores dos Mosteiros	anual
Massificação de Rega	PI	3.000 contos em 2008	Gestão e racionalização do uso da água na agricultura pela massificação de técnicas de microirrigação a nível nacional, assim como a introdução de novas tecnologias de produção protegida, nomeadamente a hidroponia aeroponia nas culturas hortícolas.	Construção de reservatórios para rega, aquisição de cabeçais de rega, instalação de sistemas de rega, formação de horticultores.	Zonas com disponibilidade de água para a rega em toda a ilha	Horticultores	Anual
Campanha agrícola, fitossanitária e gestão de pesticidas	PI	2500 contos para 2008	Aumento da produção agrícola no sequeiro; Manutenção da população dos principais inimigos das culturas de sequeiro abaixo do nível que provoque danos económicos; Aumento do rendimento familiar e da melhoria das condições ambientais locais.	Aquisição e disponibilização de sementes de sequeiro, disponibilização de pesticidas e equipamentos de tratamento; Assistência técnica aos agricultores; Capacitação dos inspectores fitossanitários sobre as regras e a gestão correcta de stocks de pesticidas	Zonas agrícolas do Fogo	Agricultores e m geral	Anual
Apoio à produção de vinho na ilha do Fogo	Externo	500.000 euros	Intensificar e diversificar a produção vinícola na ilha do Fogo	Ampliação e equipamento da Adega de vinho de Chã das Caldeiras; Construção e equipamento da Adega de	A área de intervenção do projecto é Chã das	Viticultores de Chã das	2007-2008



			através da introdução de inovações técnicas e tecnológicas, reforço das técnicas de vinificação e extensão da capacidade de vinificação em Chã das Caldeiras e Achada Grande.	Achada Grande nos Mosteiros; formação de viticultores; Apoio na comercialização, marketing e; Apoio aos viticultores na organização em cooperativas de produção	Caldeiras, Achada Grande, Corvo e Relva e zonas conexas com produção vitícola.	Caldeiras e Achada Grande, Relva e Corvo	
Produção de vinha em Maria Chaves	Externo e PI		Diversificar a produção vinícola na ilha do Fogo em zonas alternativas e incremento da uva de mesa; criação de unidades produtivas duráveis e abastecimento do mercado com produtos nacionais	Construção de infra-estruturas de armazenamento, adução e distribuição de água; preparação de terreno para plantação de uvas brancas e pretas; instalação de sistema moderno de irrigação; construção de adega de vinho em S. Filipe; formação e capacitação	Maria Chaves e S. Filipe	Associação ASDE e agricultores de Maria Chaves	2007-2010
Apoio as associações e cooperativas locais no desenvolvimento de fileira sustentável e melhoria da segurança alimentar na ilha do Fogo	Externo- Universidade Turim Itália	30.000 euros para 2008	Desenvolvimento de fileiras produtivas sustentáveis com envolvimento de associações e cooperativas numa óptica de melhoria da segurança alimentar	Apoio na disponibilização de material vegetal melhorado; apoio na construção e equipamento de unidades de transformação de frutas e legumes; formação em técnicas agrícolas e de transformação e conservação de produtos	A área de intervenção do projecto localiza-se em As-Hortas, Ponta Verde, Curral Grande e Chã das Caldeiras.	Associações/ cooperativas de transformação de produtos agro-pecuários	2005-2008
Melhoramento de raças, produção forrageira e transformação e conservação de produtos	PI	1.500 contos em 2008	Aumento da produtividade do efectivo de ruminantes e suínos visando a exploração de um efectivo sustentável e implementação de técnicas e sistemas de gestão da reprodução para a selecção e melhoramento de raças:	Melhorar a capacidade da produção e produtividade do efectivo de bovinos e suínos; aumentar a produção dos recursos forrageiros; melhorar a qualidade higio - sanitária; capacitar e reciclar técnicos; assegurar as condições satisfatórias de abate de animais e da comercialização de carne	Ilha do Fogo, com intervenções localizadas para as infraestruturais pecuárias.	Agricultores e criadores seleccionados, grupos de criadores e publico em geral	Anual
Ordenamento florestal	PI	22.500 contos	Garantir a fiscalização/vigilância sistemática dos perímetros florestais, contribuir para a conservação de solos e água e recarga dos aquíferos; aumentar a disponibilidade/ oferta em produtos lenhosos e forrageiros.	Apoio institucional no pagamento dos salários do pessoal administrativo, equipa de vigilância florestal; disponibilização de materiais de manutenção florestal em Monte Velha	Ilha do Fogo, com intervenções localizadas no maior perímetro florestal do Fogo	Funcionários inscritos no programa de investimentos	Anual

### 7.3 - Análise do impacto dos projectos em curso

#### 7.3.1 - Agricultura de sequeiro

Segundo o RGA 1988 e 2004, a área agrícola, o número de explorações agrícolas e a área de sequeiro no Fogo registaram um aumento de 19,9%, 4,3% e 19,4% respectivamente. Estes acréscimos poderão ser explicados como impacto dos investimentos crescentes realizados no sector, proporcionando assim conquistas de novas áreas (quadro nº 5). No concernente à agricultura de sequeiro, apesar dos investimentos realizados, esforços devem continuar e ser empreendidos nos domínios de combate das pragas, sobretudo a tartaruga (*Nezara Viridula*), que tem vindo a causar anualmente prejuízos económicos significativos. A vertente melhoria da qualidade das sementes de sequeiro precisa ser urgentemente equacionada. Avanços foram conseguidos ao nível da produção de tubérculos com a introdução de material vegetal resistente e melhorado.

Quadro 5 - Variação das superfícies e exploração agrícola no Fogo

Ilha	Superfície total agrícola (L)		Taxa Variação
	RGA 1988	RGA 2004	(%)
Cabo Verde	413.827	443.588	7.2
<b>Fogo</b>	<b>58.502</b>	<b>70.145</b>	<b>19.9</b>
Ilha	Explorações Agrícolas (L)		Taxa Variação
	RGA 2004	RGA 1988	(%)
<b>Fogo</b>	<b>5.108</b>	<b>4.888</b>	<b>4.3</b>
Cabo Verde	35.145	32.183	8.2
Ilha	Área total de Sequeiro (L)		Taxa Variação
	RGA 1988	RGA 2004	(%)
Cabo Verde	386.039	402.948	4.4
<b>Fogo</b>	<b>58.502</b>	<b>69.857</b>	<b>19.4</b>

#### 7.3.2 - Fruticultura e Horticultura

No domínio da fruticultura, os projectos permitiram paulatinamente aumentar as áreas de fruteiras com recurso à rega de compensação através do sistema de micro - irrigação a partir dos reservatórios de armazenamento de água pluvial, bem como em áreas associadas com a horticultura irrigada. Relativamente à fixação de plantas fruteiras em regime pluvial feita através de contratos assinados com associações

comunitárias tem-se deparado com um constrangimento, isto é a taxa de pagamento tem ficado normalmente muito aquém do desejado. A produção e fixação de plantas fruteiras tem constituído uma aposta forte nos últimos anos, registando-se uma média de cerca de 47.000 plantas por ano (ver quadro nº6).

Quadro 6 – Plantas fruteiras fixadas de 2001-2007

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	<b>Média</b>
Plantas fruteiras produzidas e fixadas	35.924	35.479	51.103	40.656	55.516	41.270	69.908	<b>47.122</b>

A estratégia da promoção de uma fruticultura concentrada e irrigada com introdução de variedades mais produtivas e de melhor qualidade, bem como uma forte campanha de enxertia vem proporcionando resultados encorajadores quer seja em termos de quantidade e qualidade, quer seja no que concerne os resultados económicos conseguidos. A viticultura e vinificação ganharam avanços importantes, com o aumento considerável da produção vitivinícola, graças a plantações massivas levadas a cabo e aos investimentos para a ampliação da Adega de Chã das Caldeiras e para a construção e equipamento da Adega de Achada Grande. Vários viticultores foram envolvidos, o que significa uma contribuição importante para a melhoria do seu nível e condições de existência.

No que diz respeito a fileira do café não se tem registado avanços significativos embora investimentos têm vindo a ser anualmente feitos na vertente produção de plantas no domínio da conservação de solo e água nas zonas com potencialidades, exigindo por isso, uma atenção particular nos próximos tempos.

Quadro 7 -Evolução da agricultura irrigada em gota-a-gota no Fogo

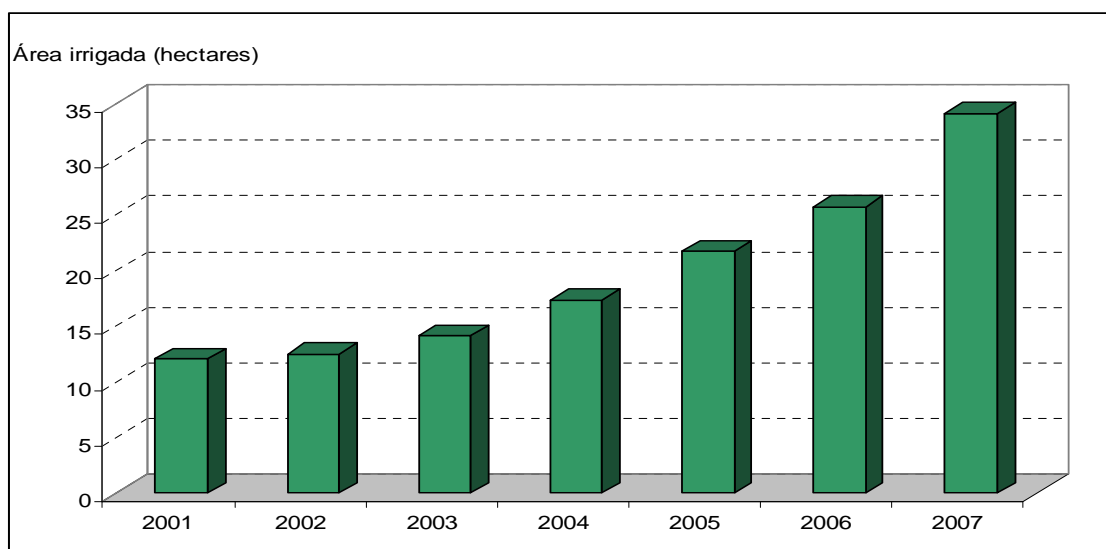
Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Área instalada por ano	3,54	0,5	1,6	3,2	4,4	4,02	9,34	23
Beneficiários directos	19	11	13	23	19	35	19	139
Reservatórios para rega	8	9	10	7	14	2	1	51
Área irrigada (hectares)	12,04	12,54	14,14	17	22	25,8	34,1	-

Na vertente da horticultura, apesar dos problemas ainda existentes em termos de disponibilidade e preço da água bem como de factores de produção, regista-se um aumento considerável da área irrigada, proporcionando, com efeito um aumento considerável da produção hortícola. A área irrigada através do sistema de gota-a-gota acusou um aumento importante, passando de 12,04 hectares em 2001 para 34,1 hectares em 2007 (quadro nº7). Durante este período cerca de 51 reservatórios para rega foram construídos com a participação dos horticultores. O aumento da disponibilidade de produtos horto - frutícolas é crescente, com impactos positivos ao nível da segurança alimentar das populações.

As actividades realizadas no quadro dos projectos têm maior ênfase nas acções viradas para o aumento da área irrigada, formação, sensibilização, gestão da água, em detrimento de acções orientadas para a melhoria da comercialização e para o escoamento dos produtos hortícolas.

Perspectiva-se a criação de cerca de 40 a 50 hectares de novas áreas irrigadas pelos projectos em curso, com potenciais impactos positivos na criação de auto-emprego, bem como no aumento da disponibilidade e acessibilidade aos produtos por parte da população. Perspectiva-se para breve a campanha de perfuração com a realização de vários furos cuja água mobilizada destina-se ao incremento da agricultura. Apesar dos avanços alcançados ainda persistem constrangimentos ligados à disponibilidade de água a um preço competitivo, problemas fundiários que inibem os investimentos a nível das explorações agrícolas, a fraca organização dos horticultores com vista a debelar os constrangimentos inerentes ao acesso aos factores de produção, programação dos ciclos de produção e comercialização dos produtos em condições propícias de forma a alcançar os mercados alternativos.

Gráfico 2 - Evolução da área irrigada na ilha do Fogo



### 7.3.3 - Pecuária

No domínio da pecuária foram intensificadas as actividades que propiciam o desenvolvimento pecuário na ilha com a construção de várias infra-estruturas familiares e colectivas, promoção de raças melhoradas na caprinicultura, bovinicultura, suinicultura e cunicultura (quadro nº 8) Convém realçar que os resultados das actividades ligadas à bovinicultura e cunicultura não foram cabalmente atingidos devido à indisponibilidade de reprodutores e adopção de técnicas de criação, muitas vezes inadequadas por parte dos beneficiários.

Quadro 8 - Evolução dos investimentos no domínio da pecuária

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Currais melhorados constr.	0	0	17	0	21	40	57	<b>135</b>
Pocilgas construídas	0	9	27	23	25	50	7	<b>141</b>
Leitões distribuídos	0	21	53	17	50	11	42	<b>194</b>
Reservatórios e bebedouros acoplados	0	2	12	1	1	0	1	<b>17</b>
Adução de água (m)	0	2.000	15.000	900	1500	2000	0	<b>21.400</b>
Plantas forr. fixadas (unid.)	8.221	4.052	14.300	32.119	19.504	25624	36.900	<b>140.720</b>

Nos domínios da caprinicultura e da avicultura registou-se um desenvolvimento notável, com realce para a caprinicultura nas zonas intermédias e altas do Concelho de S. Filipe, onde intervém o projecto PRNF. O alargamento das experiências e resultados obtidos na caprinicultura nas zonas altas para toda a ilha é indispensável. Nota-se uma maior incidência de empreendimentos privados sobretudo na avicultura e

suinicultura com o surgimento de pequenas empresas caracterizadas por um forte investimento com recurso ao crédito, cuja procura tem vindo a aumentar.

A suinicultura registou igualmente avanços consideráveis com a introdução e divulgação de raças melhoradas e o apoio na construção de pocilgas melhoradas em toda a ilha do Fogo. A procura de raça suína melhorada é crescente em toda ilha. A viragem para uma pecuária mais produtiva exige para além do aproveitamento dos currais melhorados construídos, animais mais produtivos divulgados, forte investimento no aumento da disponibilidade de forragens mediante a criação de campos de pastagem e fixação de espécies arbóreas forrageiras, bem como ainda formação, sensibilização e seguimento das áreas de intervenção dos projectos. As actividades ligadas ao aumento da produção forrageira nas zonas baixas não têm tido os impactos desejados devido ao pastoreio descontrolado e ao aumento da carga animal nessas zonas.

As acções tendentes a valorização dos produtos agro-pecuários saíram igualmente reforçadas, com a construção e equipamento de várias unidades familiares e algumas do tipo associativo. Decorrente do aumento da produção pecuária tem-se registado o aparecimento de unidades familiares cujo rendimento provém exclusivamente da actividade pecuária. Em várias zonas da ilha a caprinicultura já é tida como uma actividade económica importante.

#### **7.3.4 - Engenharia Rural e Silvicultura**

A nível da Engenharia Rural e Silvicultura, um forte investimento foi realizado, sobretudo nas zonas de intervenção dos projectos PRNF e MCA, com actividades de C.S.A, nomeadamente florestação, fixação de plantas forrageiras, construção de reservatórios e de cisternas familiares. Cerca de 415 famílias foram beneficiadas com cisternas familiares, com impactos directos na melhoria das suas condições de vida. No quadro nº 9 constam as principais realizações de 2001 a 2007.

#### **Quadro 9 – Principais realizações 2001-2007**

Anos	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Reserv. igual ou superior a 200 m3	1	2	6	5	5	1	0	<b>20</b>
Reserv. Inferior a 200 m3	0	1	1	4	2	7	1	<b>16</b>
Reser. Superior a 1000 m3 (recuperados)	0	0	9	3	3	0	0	<b>15</b>
Cisternas familiares	136	125	30	24	38	38	24	<b>415</b>
Diques, (unid.)	82	145	85	12	97	230	109	<b>760</b>
Arretos e murros de protecção, (metros)	62.762	55.378	44.247	79.110	81.700	110.801	80160	<b>514.158</b>
Banquetas, (metros)	75.000	16.490	14.900	60.400	20.400	98.905	8.250	<b>294.345</b>
Caldeiras, (unid.)	1.600	483	0	17.000	4.000	41.600	3143	<b>67.826</b>
Plantas florestais prod. e fixadas	47.527	44.187	63.265	60.564	70.060	65.958	63.111	<b>59.239</b>

Os projectos têm apostado igualmente nas acções de formação direccionadas aos agricultores e criadores, bem como no reforço do associativismo e do cooperativismo. Estas acções de capacitação vêm permitindo o desengajamento progressivo da Delegação da execução de obras passando a ser estas executadas pelas associações, proporcionando o envolvimento das comunidades na gestão das infra-estruturas rurais e o desenvolvimento do espírito empreendedor, embora ainda de forma muito incipiente. Convém realçar que o impacto dos programas de formação, informação e sensibilização ao nível de mudanças de algumas atitudes negativas sobretudo face à necessidade de conservação e preservação do ambiente, incluindo a conservação de obras de C.S.A, é ainda pouco notória.

A caprinicultura, a agricultura irrigada, a vitivinicultura, a suinicultura e a transformação do leite têm estado na linha de frente em matéria de criação de auto-emprego assim como emprego directo e indirecto.

### **7.3.5 - Recursos hídricos subterrâneas**

Os investimentos no domínio dos recursos hídricos por parte da Empresa Agua Brava têm privilegiado fundamentalmente o abastecimento de água para o consumo humano, em detrimento de actividades agrícolas de regadio e abeberamento de gado. A disponibilização de água para a rega foi durante esses anos muito reservada, tendo sido suspensa em 2007. Assiste-se uma prática diferenciada de preço de água, tendo agricultores que pagam cerca de 100 ECV/m3 e outros 50 ECV/m3. Um total de 4

furos para rega foram realizados pelo INGRH, sendo 2 em S. Filipe geridos pela Empresa Agua Brava e conectados na rede pública de abastecimento e 2 em Mosteiros em fase de ligação numa rede independente para disponibilização da água aos agricultores das zonas baixas dos Mosteiros gerida de forma associativa. O sistema de gestão e distribuição de água para rega encontra-se em análise, encarando a possibilidade duma separação da água de rega e abeberamento do gado dos outros usos. Uma campanha de perfuração encontra-se em curso, com um programa para mais 9 furos para abastecimento e rega, em toda a ilha.

### **7.3.6 - Ambiente**

No domínio ambiental a pressão sobre os recursos florestais mantém-se controlado, apesar de se registar alguns cortes abusivos esporádicos. As medidas mecânicas e biológicas de CSA têm tido um impacto que se considera positivo no combate à erosão dos solos. No entanto, os impactos reais dessas medidas precisam de ser estudadas e sistematizadas. As intervenções ambientais no quadro das actividades do Parque Natural do Fogo contribuíram significativamente para preservação e conservação da paisagem das zonas altas.

O pastoreio livre nessas zonas por cerca de 6.000 cabras deixou de existir e os animais em grande maioria foram estabulados ou semi-estabulados, no quadro de um programa alternativo para uma pecuária mais moderna desenvolvido pelo projecto PRNF. Várias outras acções de protecção e conservação do ecossistema das zonas altas e Chã das Caldeiras encontram-se em curso com o envolvimento das comunidades rurais.

Nesta componente ainda persiste alguma exploração desmesurada de materiais de construção, dentro do PNF e zonas vizinhas, bem como invasão de áreas de conservação por actividades agrícolas.

### **7.3.7 - Credito agro-pecuário**

Uma linha de crédito no âmbito do fundo do projecto PESA encontra-se disponível na CECV desde de 2003. As actividades pecuárias (caprinicultura, avicultura e suinicultura) foram as que mais acederam ao crédito em detrimento das actividades



agrícolas. O micro-crédito também foi disponibilizado pela SOLDIFOGO e OMCV, com alguma procura para o desenvolvimento de actividades agro-pecuárias e comercialização de produtos.

### 7.3.8 - Avaliação Global dos investimentos

Devido à falta de um sistema eficiente de seguimento e avaliação dos projectos realizados e em execução, torna-se difícil efectuar o balanço real dos impactos dos investimentos. Do conhecimento geral da situação da ilha e das opiniões recolhidas, apresenta-se no quadro abaixo uma avaliação comparativa dos investimentos realizados pelos principais actores de desenvolvimento rural.

Quadro 10 - Balanço da análise dos investimentos no sector da agricultura e ambiente

Sector	Investimento relativo ao sector			Outros Factores Influentes	Tendência Global da Pro (em 6 anos)
	Público	Privado	Associativo		
1- Disponibilização de recursos	3	1	1	Fraca capacidade financeira, crédito insuficiente	Para melhoramento
2 - Produção de sequeiro	2	2	1	A persistência da seca e qualidade de sementes	Aumento da área
3 - Produção de Regadio	2	2	1	Esforços no aumento de área, fraca dispob. de agua para a rega; preço elevado da agua, factores de produção deficientes no mercado, dificuldade no escoamento de produtos	Para aumentar, devido a de projectos hidro -agrícola motivação de agricultores
3.1 -Hortícolas;	2	2	1		
3.2 -Fruteiras;					
4 -Pecuária	1.5	1,5	0.5	A persistência da seca; investimento público na melhoria da raça e infra-estruturas	Melhoria no efectivo pecu nas instalações e sistem criação
-Tradicional	1	2	1		
-Intensiva/ Semi-industral	2	1	1		
5 - Silvicultura	3	0	0	A persistência da seca	Fraca progressão
6 - Ambiente	3	1	1	Aumento de consumo de prod. Transf., erosão, criação de área protegida, inform/ sensibilização	Alguma melhoria
7 - Engenharia Rural	3	1	1	Mobilização de água para consumo protecção do terreno	Melhoramento significativo
8 - Extensão Rural	2	0	1	Comunicação e informação dos programas e projectos	Melhoria de infra-estrut fraca melhoria da qualidade serviços

8 – Recursos Hídricos	2,5	1	0,5	Manutenção das infra-estruturas construídas, principalmente por parte dos beneficiários, deficiente distribuição de água para rega	Tendência para melhoria
8.1 – Abastecimento	3	1	0		
8.2 - Rega	2	1	0		
9 – Pesca	0,5	1,5	0	Deficiente representação de serviços da pesca; falta de peças e formação.	Piorou durante estes anos
9.1 – Artesanal	1	2	0		
9.2 – semi-industrial	0	1	0		

Legenda: Nulo (0), Fraco (1), Médio (2), Forte (3)

#### 7.4 - Propostas de enquadramento dos projectos em curso e a sua integração no Plano de Acção

Para o enquadramento dos projectos em curso no plano de acção foi efectuado uma análise dos domínios de actividade de cada projecto, os principais eixos de intervenção (quadro nº 11), bem como a análise das árvores dos problemas inventariados de forma participativa a partir dos contactos mantidos com os actores territoriais e tendo em devida consideração a harmonização dos projectos em curso com os programas e projectos propostos no Plano de Acção. Para os projectos PRNF, MCA e SPA, considerando as visões integradoras em domínios de actividade diferenciada, os objectivos preconizados enquadram-se nos programas 2 e 3 e 5 do Plano de Acção. O quadro nº11, resume o enquadramento dos projectos em curso no Plano de Acção.

Quadro 11 – Enquadramento dos projectos no Plano de Acção

PROGRAMA 2: Aumento da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para o desenvolvimento agrícola		
Projectos em curso		Projectos propostos no Plano de Acção
Designação	Recursos	
Mobilização de Água e Reservatórios (MAR)	PI	Mobilização e aproveitamento das águas pluviais e subterrâneas para o desenvolvimento agrícola
Mobilização de águas subterrâneas	PI	As acções enquadram nos objectivos do projecto: Mobilização e aproveitamento das águas pluviais e subterrâneas para o desenvolvimento agrícola
Intensificação e diversificação da	Externo	As acções enquadram-se nos objectivos do projecto:

produção hortícola em Cabo Verde		Mobilização e aproveitamento das águas pluviais e subterrâneas para o desenvolvimento agrícola
PROGRAMA3: Aumento da produção e produtividade agro-pecuária e silvícola para o desenvolvimento agrícola do Fogo		
Projecto Integrado de Desenvolvimento Agro-silvo-pastoril (PIDAS)	PI	Correcção torrencial e valorização das espécies florestais e forrageiras
Melhoramento da produção do Café	PI	Melhoramento da produção do Café
Massificação de Rega	PI	Massificação de rega localizada
Campanha agrícola fitossanitária e gestão de pesticidas	PI	Campanha agrícola fitossanitária e gestão de pesticidas
Ordenamento florestal	PI	Correcção torrencial e valorização das espécies florestais e forrageiras
Melhoramento de raças, produção forrageira, transformação e conservação de produtos	PI	Valorização dos produtos agrícolas e pecuários
		Melhoramento da exploração pecuária
Protecção dos Recursos Naturais na Ilha do Fogo (PRNF)	Externo	
Projecto de Gestão de Bacias Hidrográficas e apoio à Agricultura – MCA	Externo	
Contribuição para o melhoramento e diversificação dos sistemas de produção dos produtores de Cabo Verde – SPA	Externo	

## 8 - PLANO DE ACÇÃO

### 8.1 - Contexto

O Plano de Acção Regional para o Desenvolvimento da Agricultura da ilha do Fogo decorre das políticas e estratégias do Governo e da vontade dos parceiros de desenvolvimento em apoiar o desenvolvimento agrícola do país. O sector agrícola aparece neste sentido como um sector prioritário de desenvolvimento sócio-económico de Cabo Verde com enfoque para a luta contra a pobreza no mundo rural.

A partir dos resultados do Diagnóstico Territorial Participativo e Negociado ficou evidente que um conjunto de constrangimentos tem vindo a dificultar o desenvolvimento dos sectores agrícola e pesqueiro, nomeadamente a escassez de recursos naturais aliado ao fraco aproveitamento das potencialidades existentes, a aleatoriedade das precipitações, o difícil acesso aos factores de produção (água, terra, capital, etc.), a fragilidade do ambiente, a precariedade dos ecossistemas áridos e semi-áridos bem como o crescimento demográfico, levando a uma forte pressão sobre os recursos naturais. Constituem ainda constrangimentos, a falta de recursos humanos especializados, a fraca capacidade institucional e o carácter insular do país que origina elevados custos dos factores de produção.

A produção alimentar de base é deficitária. Neste âmbito, as medidas estratégicas para os sectores agrícola e pesqueiro devem ser direccionadas particularmente para as zonas e os segmentos populacionais mais vulneráveis.

O Plano de Acção integra uma visão de desenvolvimento agrícola e pesqueiro para a ilha do Fogo, cujos objectivos a atingir, as orientações estratégicas delineadas e os mecanismos de implementação visam a curto, médio e longo prazo inverter gradualmente a situação existente e gerir adequadamente as tendências constatadas nos diferentes domínios estratégicos de intervenção.

## 8.2 - Visão

A visão do desenvolvimento agrícola e pesqueiro da ilha do Fogo que se apresenta traduz o resultado da integração das visões dos diferentes actores abordados na fase de consulta participativa.

Fogo, um território com uma boa organização espacial das actividades agrícolas e conexas, com uma distribuição equilibrada das terras, com espaços agrícolas recuperados e conservados e transformado numa referência nacional pela sua excelência na produção do café e do vinho; com uma maior disponibilidade de água, um desenvolvimento agrícola assente no aproveitamento sustentável dos recursos ambientais, isto é, das potencialidades existentes e capaz de garantir o aumento da produtividade agro-pecuária e pesqueira bem como numa melhor valorização da produção, contribuindo para a segurança alimentar, geração de emprego, redução da pobreza e melhoria das condições de vida das populações, com uma dinâmica colectiva mais elevada.

## 8.3 - Objectivos e eixos estratégicos no horizonte 2009-2011

Face aos desafios que a ilha enfrenta nomeadamente a redução da pobreza, o combate ao desemprego, a melhoria dos níveis de segurança alimentar e a gestão sustentável dos recursos naturais, as novas estratégias do desenvolvimento rural a médio e longo prazo, deverão permitir reorientar e consolidar uma nova agricultura.

A partir dos principais problemas identificados para ilha (escassez de água, baixa produtividade agrícola, baixa produtividade pecuária, fraca produção haliêutica, deficiente prestação de serviços no domínio do turismo rural e a prevalência da propriedade privada da terra) e das principais causas destes problemas, formulou-se o objectivo geral e os objectivos específicos do Plano de Acção Regional para o Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro da ilha do Fogo para o horizonte 2009-2011.

### 8.3.1 - Objectivos

**Objectivo geral** - Aproveitamento sustentável dos recursos naturais para o aumento da produção e da produtividade agrícola e pesqueira da ilha do Fogo de forma a contribuir para o desenvolvimento sócio-económico da ilha, criando as condições de existência durável das

populações rurais, a redução da pobreza rural e o melhoramento da segurança alimentar e nutricional.

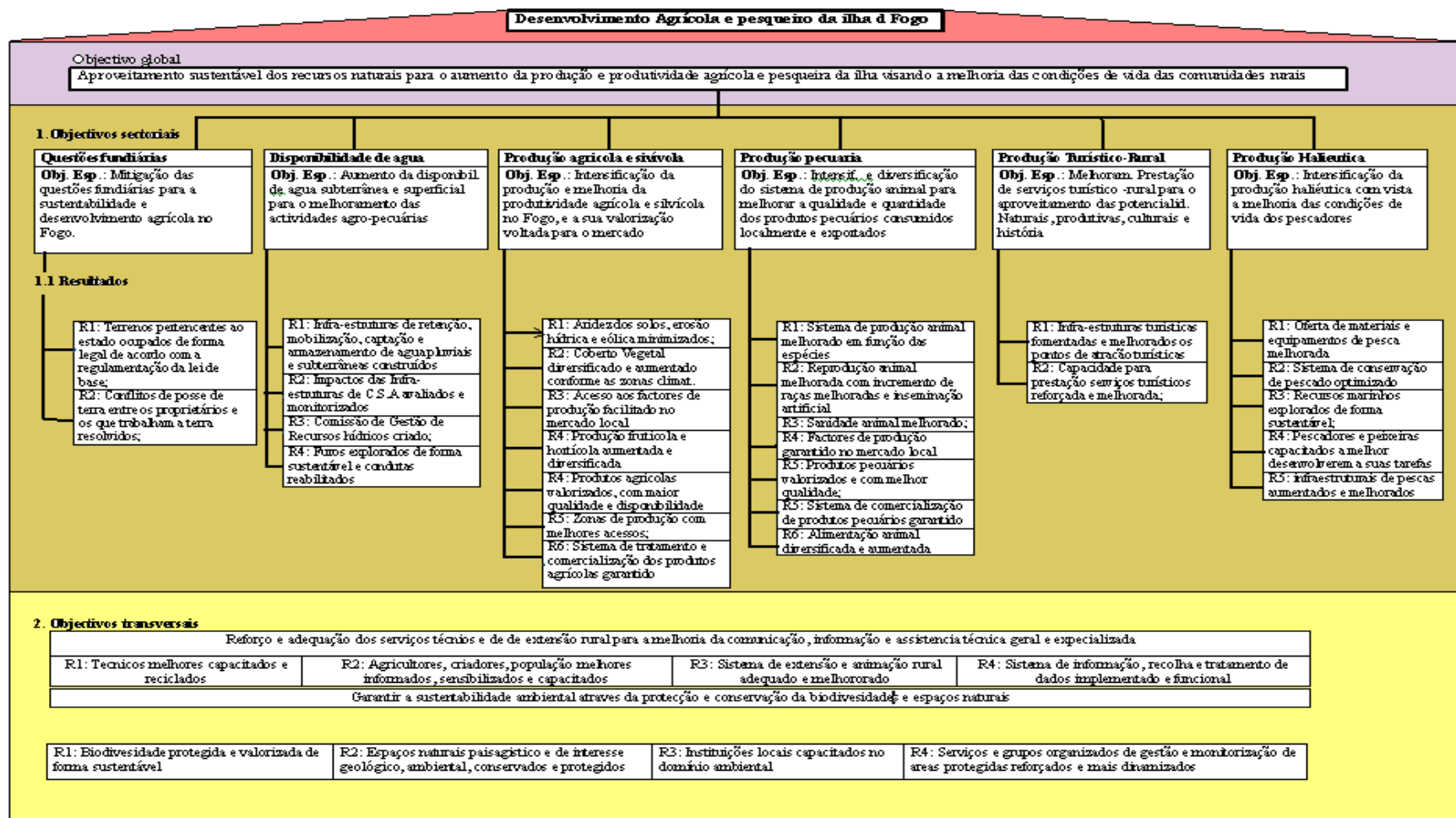
### **Objectivos específicos**

1. Aumentar a disponibilidade de água para o desenvolvimento da actividade agro-pecuária;
2. Aumentar a produtividade e rendimentos económicos nos sectores agrícola e silvícola;
3. Aumentar a produtividade e rendimentos económicos no sector pecuário;
4. Promover a produção pesqueira e a valorização do potencial haliêutico;
5. Promover a gestão e exploração sustentável dos recursos ambientais para uma melhor prestação de serviços no domínio do turismo rural;
6. Promover o aprofundamento de estudos e a gestão adequada das questões fundiárias.

O cabal cumprimento dos objectivos depende da criação de uma linha de crédito sustentável para o sector primário e o reforço institucional das instâncias de implementação.

Quadro nº ... – Árvore dos objectivos e resultados do desenvolvimento agrícola e pesqueiro (2009-2012)

Quadro nº ... – Árvore dos objectivos e resultados do desenvolvimento agrícola e pesqueiro (2009-2012)



**Desenvolvimento Agrícola e pesqueiro da ilha d Fogo**

Objectivo global

Aproveitamento sustentável dos recursos naturais para o aumento da produção e produtividade agrícola e pesqueira da ilha visando a melhoria das condições de vida das comunidades rurais

**1.Objectivos sectoriais**

Questões fundiárias	Disponibilidade de agua	Produção agricola e sívcola	Produção pecuaria	Produção Turístico-Rural	Produção Halieutica
<b>Obj. Esp.:</b> Mitigação das questões fundiárias para a sustentabilidade e desenvolvimento agrícola no Fogo.	<b>Obj. Esp.:</b> Aumento da disponibil. de agua subterrânea e superficial para o melhoramento das actividades agro-pecuárias	<b>Obj. Esp.:</b> Intensificação da produção e melhoria da produtividade agrícola e sílvcola no Fogo, e a sua valorização voltada para o mercado	<b>Obj. Esp.:</b> Intensif. e diversificação do sistema de produção animal para melhorar a qualidade e quantidade dos produtos pecuários consumidos localmente e exportados	<b>Obj. Esp.:</b> Melhoram. Prestação de serviços turístico -rural para o aproveitamento das potencialid. Naturais, produtivas, culturais e história	<b>Obj. Esp.:</b> Intensificação da produção haliéutica com vista a melhoria das condições de vida dos pescadores

**1.1 Resultados**

R1: Terrenos pertencentes ao estado ocupados de forma legal de acordo com a regulamentação da lei de base;  
R2: Conflitos de posse de terra entre os proprietários e os que trabalham a terra resolvidos;

R1: Infra-estruturas de retenção, mobilização, captação e armazenamento de agua pluviais e subterrâneas construídos  
R2: Impactos das Infra-estruturas de C.S.A avaliados e monitorizados  
R3: Comissão de Gestão de Recursos hídricos criado;  
R4: Furos explorados de forma sustentável e condutas reabilitados

R1: Aridez dos solos, erosão hídrica e eólica minimizados;  
R2: Coberto Vegetal diversificado e aumentado conforme as zonas climat.  
R3: Acesso aos factores de produção facilitado no mercado local  
R4: Produção frutícola e hortícola aumentada e diversificada  
R4: Produtos agrícolas valorizados, com maior qualidade e disponibilidade  
R5: Zonas de produção com melhores acessos;  
R6: Sistema de tratamento e comercialização dos produtos agrícolas garantido

R1: Sistema de produção animal melhorado em função das espécies  
R2: Reprodução animal melhorada com incremento de raças melhoradas e inseminação artificial  
R3: Sanidade animal melhorado;  
R4: Factores de produção garantido no mercado local  
R5: Produtos pecuários valorizados e com melhor qualidade;  
R5: Sistema de comercialização de produtos pecuários garantido  
R6: Alimentação animal diversificada e aumentada

R1: Infra-estruturas turísticas fomentadas e melhorados os pontos de atracão turísticas  
R2: Capacidade para prestação serviços turísticos reforçada e melhorada;

R1: Oferta de materiais e equipamentos de pesca melhorada  
R2: Sistema de conservação de pescado optimizado  
R3: Recursos marinhos explorados de forma sustentável;  
R4: Pescadores e peixeiras capacitados a melhor desenvolverem a suas tarefas  
R5: infraestruturais de pescas aumentados e melhorados

**2. Objectivos transversais**

Reforço e adequação dos serviços técnicos e de de extensão rural para a melhoria da comunicação, informação e assistencia técnica geral e especializada			
R1: Tecnicos melhores capacitados e reciclados	R2: Agricultores, criadores, população melhores informados, sensibilizados e capacitados	R3: Sistema de extensão e animação rural adequado e melhororado	R4: Sistema de informação, recolha e tratamento de dados implementado e funcional
Garantir a sustentabilidade ambiental através da protecção e conservação da biodiversidades e espaços naturais			
R1: Biodiversidade protegida e valorizada de forma sustentável	R2: Espaços naturais paisagistico e de interesse geológico, ambiental, conservados e protegidos	R3: Instituições locais capacitados no domínio ambiental	R4: Serviços e grupos organizados de gestão e monitorização de areas protegidas reforçados e mais dinamizados



## Quadro 12 - Quadro Lógico do PADA-FOGO

Lógica de Intervenção	Indicadores Objectivamente Verificáveis	Fontes de Verificação	Pressupostos
<p><b>1 - Finalidade</b> – Promover o desenvolvimento agrícola e pesqueiro, assegurando a participação e a responsabilização dos actores locais na promoção do seu próprio desenvolvimento através da sua capacidade de negociação e da sua responsabilização perante a gestão criteriosa e sustentável dos recursos disponíveis</p>	<p>Grau de participação dos actores no processo de implementação, seguimento e avaliação das acções do Plano, sua capacidade negocial e nível de responsabilização na gestão sustentável dos recursos disponíveis;</p> <p>Tipo de actores envolvidos;</p> <p>Grau de valorização, socialização de ideias e eficiência na gestão de consensos.</p>	<p>Documentos de seguimento e avaliação do Plano;</p> <p>Entrevistas e inquéritos aos actores envolvidos;</p> <p>Observação directa.</p>	<p>Apropriação da abordagem por todos os actores envolvidos no processo;</p> <p>Seguimento sistemático da implementação do Plano;</p> <p>Elaboração periódica de relatórios.</p>
<p><b>2 - Objectivo Geral</b> - Aproveitamento sustentável dos recursos naturais para o aumento da produção e produtividade agrícola e pesqueira da ilha do Fogo de forma a contribuir para o desenvolvimento socio-económico da ilha, criando as condições de existência durável das populações rurais, e promovendo a redução da pobreza rural e a melhoria da segurança alimentar e nutricional.</p>	<p>Produção e produtividade agro-pecuária e pesqueira;</p> <p>Estado de conservação dos recursos naturais;</p> <p>Nível de pobreza;</p> <p>Taxa de desemprego;</p> <p>Grau de equidade social;</p> <p>Situação alimentar e nutricional.</p>	<p>Relatórios do MADRRM e outros parceiros;</p> <p>Inquérito para avaliar as mudanças verificadas, tendo em referência o PND;</p> <p>Estatísticas nacionais;</p>	<p>Seguimento e monitorização dos objectivos e metas do Plano;</p> <p>Envolvimento, participação e articulação entre todos os actores implicados no Plano ;</p> <p>Seguimento estatístico e promoção do acesso as informações estatísticas.</p>
<p><b>3 - Objectivos Específicos</b></p> <p>3.1. Aumentar a disponibilidade de água para o desenvolvimento agro-pecuário;</p> <p>3.2. Aumentar a produtividade e rendimentos económicos no sector agrícola;</p> <p>3.3. Aumentar a produtividade e rendimentos económicos no sector pecuário;</p> <p>3.4. Intensificar a produção pesqueira;</p> <p>3.5. Promover a gestão e exploração</p>	<p>Quantidade de água anualmente mobilizada;</p> <p>Produção e produtividade agrícola (incluindo silvícola) pecuária e pesqueira;</p> <p>Rendimentos económicos gerados pelos sectores agrícolas (incluindo silvícola), pecuária e pesqueiro;</p> <p>Actividades de valorização da produção agrícola, silvícola, pecuária e pesqueira</p>	<p>Relatórios semestrais e anuais;</p> <p>Relatório de avaliação a meio percurso;</p> <p>Estatísticas agrícolas;</p>	<p>Disponibilização oportuna e satisfatória de meios financeiros e humanos para a implementação das acções do plano, bem como para a organização de um sistema de seguimento e avaliação dos programas e projectos;</p> <p>Educação ambiental das populações;</p> <p>Incremento do crédito destinado ao fomento</p>

<p>sustentável dos recursos ambientais para uma melhor prestação de serviços turísticos (turismo rural); 3.6. Mitigar as questões fundiárias.</p>			<p>de actividades geradoras de rendimento;  Reforço da capacidade e articulação institucional.</p>
<p><b>4 - Resultados Esperados</b></p> <p>Quantidade de água disponível para o desenvolvimento agrícola aumentada; Gestão e utilização sustentável e participativa dos recursos naturais assegurada; Produção e produtividade agro-pecuária aumentada; Recursos haliêuticos valorizados e produção pesqueira aumentada; Serviços prestados no domínio do turismo rural melhorados; Questões fundiárias melhor estudadas e nível de equidade social no acesso à terra melhorado.</p>	<p>Quantidade de água mobilizada (m3)/ano</p> <p>Produção agrícola por sub-setores (horticultura, fruticultura, cereais...)</p> <p>Produtividade das culturas</p> <p>Produção pecuária por sub-sector</p> <p>Produção silvícola</p> <p>Produção haliêutica</p> <p>Rendimento económico gerado pelos sectores agrícola, pecuário e pesqueiro</p> <p>Actividades de valorização da produção agrícola, pecuária e pesqueira promovidas e unidades de exploração funcionais</p> <p>Formas de exploração e utilização dos recursos naturais</p> <p>Nível de participação e envolvimento das comunidades na gestão, utilização e conservação dos recursos ambientais</p> <p>Tipo e qualidade de serviços prestados no domínio do turismo rural</p> <p>Estudos realizados sobre as questões fundiárias (temáticas e abrangência)</p> <p>Melhorias registadas em termos de equidade social e do acesso a terra)</p>	<p>Relatórios semestrais e anuais;</p> <p>Relatório de avaliação a meio percurso;</p> <p>Estatísticas agrícolas;</p> <p>Relatórios referentes ao estado dos recursos ambientais (solo, água, biodiversidade...)</p> <p>Contratos estabelecidos com os parceiros sociais;</p> <p>Programas radiofónicos e audio-visuais produzidos;</p> <p>Documentos produzidos;</p> <p>Resultados dos campos demonstrativos no campo dos produtores;</p>	<p>Disponibilização oportuna e satisfatória de meios financeiros e humanos para a implementação das acções do plano, bem como para a organização de um sistema de seguimento e avaliação dos programas e projectos;</p> <p>Educação ambiental das populações;</p> <p>Apropriação efectiva da Abordagem Participativa como filosofia de intervenção junto das comunidades rurais/reforço das capacidades institucionais neste domínio;</p> <p>Incremento do crédito destinado ao fomento de actividades geradoras de rendimento;</p> <p>Reforço da capacidade e articulação institucional.</p> <p>Desconcentração progressiva das responsabilidades de planificação para as estruturas regionais e locais;</p> <p>Incremento de acções complementares e desuporte ao desenvolvimento rurale agrícola, tais como estradas de acesso às zonas produtivas, melhoria dos sistemas de micro-finanças e crédito bancário, etc.</p>

### **8.3.2 - Eixos estratégicos de intervenção**

Visando a melhoria das condições de vida das populações rurais na base de um consenso social sobre a utilização durável dos recursos naturais e sócio-económicos disponíveis e a restauração das actividades de produção vegetal, animal, haliêutica entre outras, os resultados da pesquisa participativa apontam para a formulação de eixos estratégicos específicos de intervenção em torno dos quais giram as acções, medidas e orientações estratégicas a implementar, a seguir apresentados:

**Participação e responsabilização das populações:** o envolvimento dos actores focalizando os actores primários, nomeadamente agricultores, criadores e pescadores bem como as comunidades rurais de um modo geral é fundamental para a apropriação do seu papel no processo de desenvolvimento rural e agrícola adoptando estratégias capazes de conduzir a níveis cada vez mais elevados de participação bem como a efectiva responsabilização das populações na gestão, utilização e exploração dos recursos naturais os quais representam potencialidades em torno do qual gira o processo do desenvolvimento dos sectores produtivos.

**Mobilização e gestão sustentável dos recursos hídricos:** o aproveitamento, a gestão e a exploração sustentável dos recursos hídricos potencialmente mobilizáveis, é um eixo estratégico crucial, considerando a importância para o desenvolvimento do sector agrícola. As intervenções neste domínio deverão orientar para o aproveitamento racional das águas pluviais, mobilização de águas subterrâneas respeitando os limites de exploração situados dentro dos limites da sustentabilidade ambiental bem como a melhoria da eficiência no uso da água para rega. O aproveitamento mais racional dos recursos hídricos disponíveis permitirá o aumento da área irrigada e consequentemente a melhoria da situação e nutricional bem como do rendimento económico dos agricultores. O aumento da disponibilidade de água tem obviamente impactos positivos no sector da pecuária.

**Gestão sustentável e integrada dos recursos ambientais:** o ambiente constitui o suporte do desenvolvimento das actividades produtivas que dão corpo ao desenvolvimento rural e agrícola e à inerente melhoria das condições de existência durável das populações. Sendo assim, a gestão sustentável e integrada dos recursos ambientais é uma componente estratégica que não pode ser dissociada do conjunto dos eixos identificados e constitui um requisito básico para se atingir os objectivos maiores fixados para o presente Plano. Neste contexto e partindo da realidade ambiental da ilha, são de importância particular a gestão criteriosa e sustentável da Biodiversidade, Solo, Água e Recursos Geológicos. As medidas estratégicas no domínio ambiental deverão conduzir a redução da pressão antrópica exercida sobre os recursos.

**Intensificar, diversificar e valorizar a produção agrícola e da pesca:** a produção alimentar de base é estruturalmente deficitária e as medidas estratégicas nos sectores da agricultura e pesca deverão ser orientadas para as zonas e grupos populacionais mais vulneráveis. A intensificação, a diversificação e a valorização da produção agrícola e pesqueira permitirá aumentar os rendimentos médios inter-anuais, tanto no sequeiro como no regadio, com uma diversidade acrescida de produtos vegetais, aumentar a área com rega permanente, dos quais com micro-irrigação, para as culturas hortícolas intensiva de elevado valor acrescentado.

O sector da pecuária deverá ser integrado nos sistemas de produção agro-silvo-pastoril, intensivos, diversificados e adaptados às capacidades dos recursos naturais das diferentes ZAE. A valorização dos produtos pecuários proporcionará uma contribuição na cobertura das necessidades de consumo.

A pesca artesanal constitui também uma prioridade em termos de segurança alimentar e emprego. Para o efeito, a modernização da pesca artesanal, pela introdução de novas tecnologias e engenhos de pesca adaptados aos desafios para o sector, através da promoção da investigação e vulgarização.

**Promoção de actividades rurais geradoras de rendimento, incluindo o turismo rural:** os produtos e subprodutos agrícolas e da pesca serão valorizados (transformação e comercialização) e a sua qualidade certificada e controlada, contribuindo por uma melhor rentabilização do trabalho dos agricultores e/ou pescadores. As actividades rurais geradoras de rendimento, nomeadamente, artesanato, prestação de serviço e, sobretudo turismo rural (alojamento, restauração, organização de actividades de diversão, etc) serão promovidas de forma integrada.

**Acesso a terra** – o solo enquanto suporte das actividades agro-pecuárias é um recurso primordial, sem o qual não se torna possível a implantação das actividades produtivas sobre o território. Partindo ainda do pressuposto de que a partilha equilibrada dos benefícios sociais para a sociedade decorrente da gestão integrada das diferentes dimensões do sistema ambiental e na perspectiva de valorizar o paradigma da Sustentabilidade Ambiental torna-se evidente que a adopção gradual e a prazo de medidas capazes de levar a uma melhor equidade no acesso à terra cultivável é uma vertente que merece atenção particular face ao desenvolvimento estratégico do sector agro-pecuário, proporcionando o aproveitamento efectivo e racional dos recursos disponíveis.

**Integração da abordagem género:** as estratégias requerem (i) O reforço do estatuto da mulher rural e de grupos desfavorecidos através do acesso equitativo ao saber, aos recursos e aos meios de produção, com vista à sua participação nas decisões familiares e comunitárias e o acesso aos benefícios /produtos do desenvolvimento; (ii) A promoção do acesso da mulher ao saber, aos recursos, aos meios de produção e à informação, com o intuito de participar activamente na tomada de decisões; (iii) A sensibilização e a mobilização das comunidades sobre os papéis específicos das mulheres e dos homens no processo do desenvolvimento rural sustentável; (iv) A concertação intersectorial pela integração sistemática e a implementação da abordagem género a nível das estratégias, programas, projectos e actividades de seguimento do desenvolvimento do sector rural.

#### **8.4 - Prioridades e Actores implicados**

Do diagnóstico feito os actores priorizaram os problemas da “Escassez de Água”, da “Baixa produtividade agrícola e silvícola” e em terceiro lugar “Baixa produtividade pecuária”. Para os mesmos, o Plano de Acção deve igualmente priorizar as soluções que irão no sentido de minimizar, os referidos constrangimentos.

No âmbito da gestão durável desses recursos, os programas devem ser direccionados para a melhoria das condições de vida das comunidades rurais, nomeadamente a segurança alimentar.

A dependência da produção agrícola e da pesca, relativas aos recursos naturais e das condições climáticas irregulares, pesam grandemente na produção, pelo que os potenciais da produção são

fracamente valorizados. Ainda, as fraquezas estruturais, tais como o não respeito das vocações agro-ecológicas e a gestão durável dos recursos naturais, a não adaptação das propostas técnicas e a fraca valorização de produtos contribuem para as fraquezas dos sistemas de produção e as condições de existência precárias de uma grande parte de camponeses e pescadores.

No quadro do desenvolvimento local integrado, a identificação dos domínios prioritários de intervenção não deverá centrar apenas nas zonas de alto potencial de produção, mas igualmente visar a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento das zonas desfavorecidas. Os domínios prioritários de apoio a meio termo (2009 a 2012) são assim definidos:

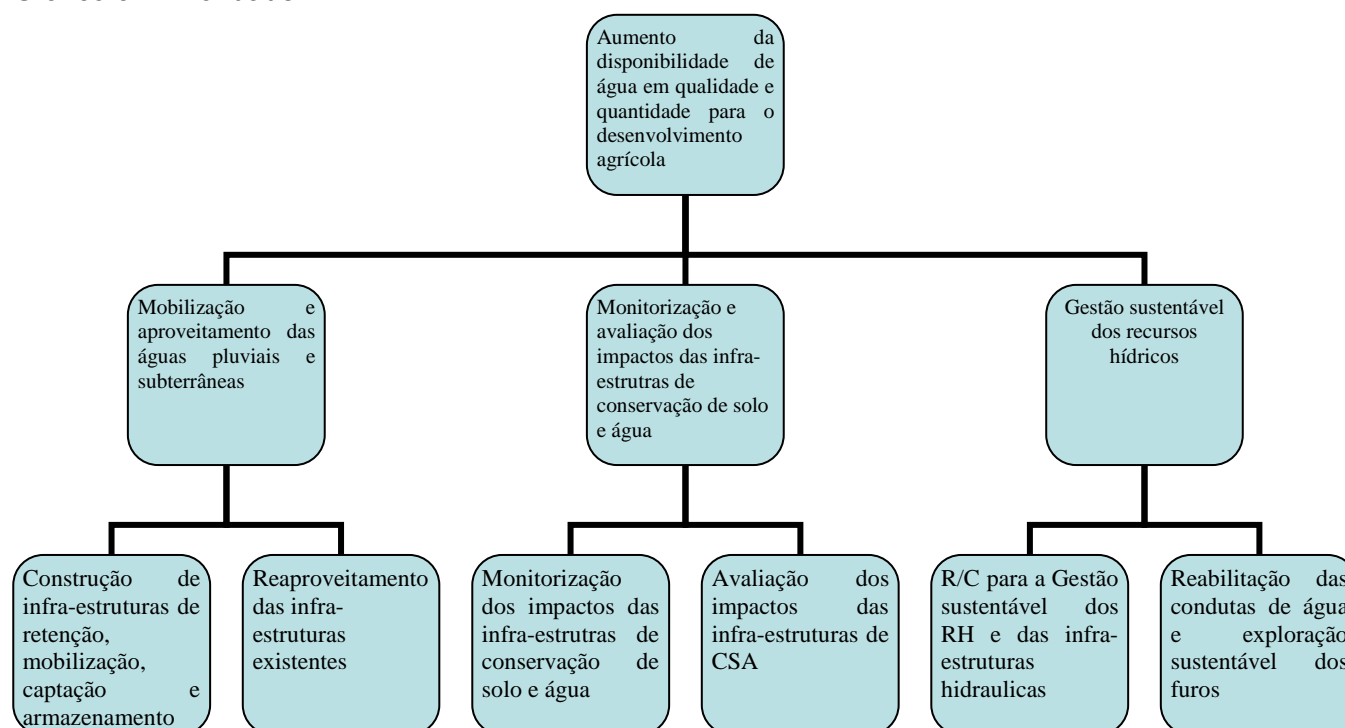
#### 8.4.1 - Prioridade1 “Aumento da Disponibilidade de Água”

Recursos hídricos em quantidade e qualidade para o desenvolvimento agrícola e silvícola da ilha do Fogo constituem uma das principais prioridades, a fim de rentabilizar a disponibilidade de solos com vocação para a agricultura tanto de regadio como de sequeiro, maximizando a produção tanto do café como da vinha, de hortícolas entre outros, a silvicultura através da valorização das áreas e parques naturais e a pecuária principalmente a intensiva.

O aumento da disponibilidade de água permitirá o incremento da valorização e transformação dos produtos agro-pecuários (vinho do Fogo, café do fogo, queijo, doces, licores, etc).

Neste âmbito, a mobilização do recurso “água” é uma prioridade que deve ser implementada de acordo com as orientações estratégicas e políticas dos poderes públicos, de acordo com o seguinte esquema:

Gráfico 3 – Prioridade 1



#### **a) Mobilização e aproveitamento das águas pluviais e subterrâneas**

A maioria dos actores contactados é de opinião de que é necessário desenvolver acções para o aumento da quantidade de água através da mobilização e aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos e de escoamento superficial proveniente da água das chuvas. As suas propostas vão no sentido da construção e reabilitação de reservatórios, furos, sistemas de captação, grandes reservatórios, da mobilização da água subterrânea através de furos e ainda trabalhos de conservação de solos e água com vista a combater a erosão e aumentar a infiltração das águas. Todas essas acções serão desenvolvidas no âmbito do Programa 1-Mobilização e aproveitamento das águas pluviais e subterrâneas para o desenvolvimento agrícola, cuja actuação a nível das bacias específicas terá em conta as especificidades das Zonas Agro-ecológicas Específicas.

#### **b) Monitorização e avaliação dos impactos das infra-estruturas de conservação de solo e água**

A monitorização e avaliação dos impactos das infra-estruturas de conservação de solo e água deve ser associada ao reforço das capacidades a todos os níveis nomeadamente, sistémico, institucional e individual, de forma a facilitar uma apropriação e capacidades em termos de se poder vir a passar a avaliar os impactos sócio-económico e ambiental das infra-estruturas, e a monitorizar os impactos tendo em conta as zonas mais desfavorecidas.

As acções preconizadas farão do Programa 1 - Mobilização e aproveitamento das águas pluviais e subterrâneas para o desenvolvimento agrícola.

#### **c) Gestão sustentável dos recursos hídricos**

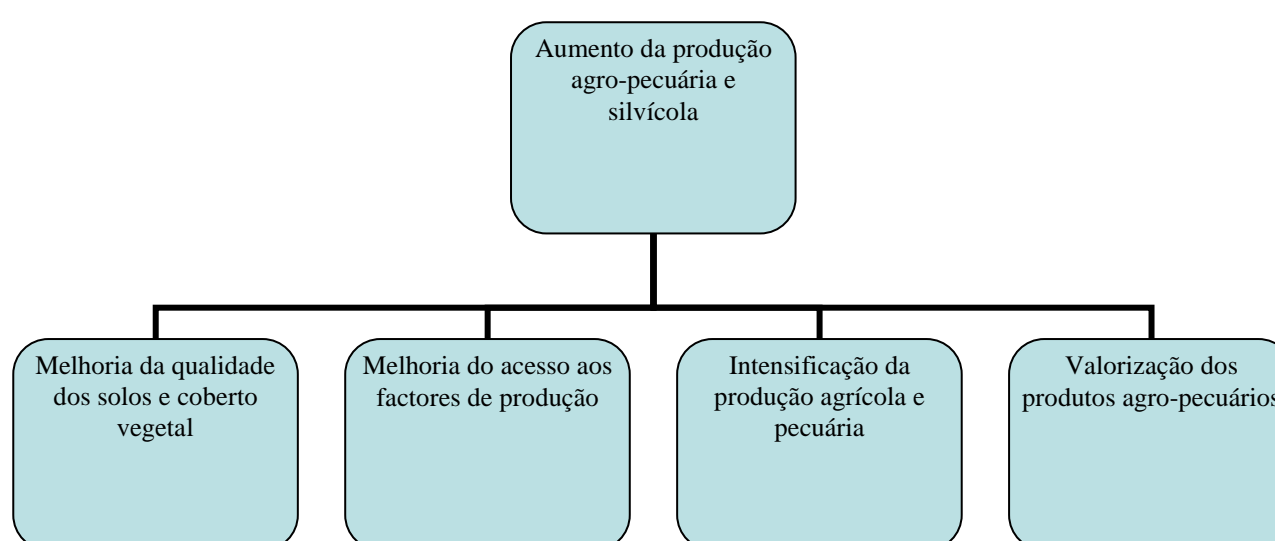
A gestão sustentável dos recursos hídricos tem como pressuposto a regulamentação do Código Nacional de Água que deverá ser da responsabilidade do Governo bem como a sensibilização dos agricultores para aceitar as medidas e as consequências advenientes. Esta acção é tida pelos actores como sendo de elevada importância, pois irá influenciar de forma positiva o sucesso das metas estabelecidas em termos de para além da água, ser mobilizada mais terrenos, pois segundo a opinião de parte significativa dos actores, tem-se que lançar na transformação de terrenos de sequeiro em regadio. As acções referidas enquadram-se no Programa 1 - Mobilização e aproveitamento das águas pluviais e subterrâneas para o desenvolvimento agrícola que visa entre outras finalidades o aumento da disponibilidade de água através de uma melhoria na gestão dos recursos hídricos.

O leque de actores a ser implicado nessas mudanças é muito vasto, entretanto temos como principais: O MADRRM, As Câmaras Municipais, os proprietários, os agricultores, os Criadores, as Associações comunitárias, as ONGs e os Privados.

#### 8.4.2 - Prioridade 2 “Aumento da Produção Agro-pecuária e Silvícola”

O aumento da produção agro-pecuária e silvícola pressupõe a recuperação e a valorização das terras e do coberto vegetal, de acordo com as suas vocações próprias, facilitando um melhor acesso à terra por parte dos utilizadores deste recurso, proporcionando assim a criação de riqueza e a redução da pobreza. Traduz-se fundamentalmente, na intensificação da produção agro-pecuária e silvícola através do aumento das áreas disponíveis para a prática do agrosilvopastoralismo, na melhoria do acesso a factores de produção, numa maior disponibilidade de pasto para o gado, na melhoria das raças tornando-as mais produtivas, na manutenção e criação de novas áreas florestais e na valorização dos produtos agro-pecuários.

Gráfico 4 – prioridade 2



##### **Melhoria da qualidade dos solos e coberto vegetal**

A situação em termos de qualidade dos solos e cobertura vegetal é caracterizada pela prevalência de solos degradados nas encostas e pela fraca cobertura vegetal. A inversão desse quadro passa pela instalação de estruturas mecânicas de conservação de solos e água nas encostas das zonas agro-ecológicas III e IV através da fixação de plantas fruteiras e florestais a um ritmo aceitável por ano,



visando o aumento da cobertura vegetal e da produção frutícola e silvícola. Isto pressupõe o reforço dos montantes financeiros afectados aos sub-sectores frutícola e silvícola.

#### **Melhoria do acesso aos factores de produção**

O acesso aos factores de produção a um nível satisfatório e compatível com as melhorias que se pretende introduzir em matéria de desenvolvimento agrícola é um pressuposto fundamental e imprescindível para se conseguir atingir as metas fixadas. Neste contexto, impõe-se criar as condições para garantir a funcionalidade assim como a sustentabilidade das unidades de venda de factores de produção ao nível dos diferentes concelhos da ilha.

#### **Intensificação da produção agrícola e pecuária**

Os constrangimentos que têm vindo a dificultar a melhoria dos níveis de intensificação da produção agrícola e pecuária encontram-se associados essencialmente à deficiente disponibilidade de água, por vezes, ao fraco envolvimento dos agricultores, à utilização de sementes e material vegetal nem sempre de boa qualidade, ao recurso às culturas tradicionais às vezes, em detrimento das novas variedades melhoradas aliada a fraca diversidade de culturas utilizadas, ao baixo nível de exploração das potencialidades das zonas agro-climáticas e sistemas de produção agro-silvo-pastoril e também ao recurso a raças animais de baixa produtividade. No domínio da pecuária a fraca diversidade de espécies animais constitui também um elemento a considerar.

Para inverter o cenário descrito propõe-se: a implementação de acções que visam o aumento da disponibilidade de água nas zonas de altitude (zonas agro-ecológicas III e IV), com vocação hortícola e frutícola; a criação de campos demonstrativos nas diferentes zonas agro-ecológicas e em cada Concelho, bem como o reforço da informação dos agricultores sobre matérias diversas e de particular interesse agro-pecuário; a selecção e divulgação de sementes de sequeiro e de material vegetal melhorado; o aumento da produção de frutas e hortaliças no sequeiro; o aumento da área irrigada com sistemas de compensação nas zonas húmidas e sub-húmidas; a introdução de inovações tecnológicas a título piloto nos estratos agro-climáticos II e III, abrangendo as zonas de cobertura dos Centros de Extensão Rural e ainda especificamente nos domínios da horticultura de altitude, fruticultura compensada e irrigada assim como pecuária intensiva; criar redes de agricultores de referência por zonas agro-ecológicas e por Centros de Extensão Rural.

Ainda neste contexto, é de particular importância: direccionar grande parte dos investimentos agrícolas de sequeiro para as zonas húmidas e sub-húmidas e os investimentos no domínio da pecuária para as zonas agro-silvo-pastoris; lançar anualmente sementes de pasto nas zonas baixas e intermédias (zonas agro-ecológicas I e II); promover a cobertura de uma parte significativa das terras e em função da sua

vocação, com espécies florestais forrageiras e a cultura do feijão congo; aumentar e valorizar a produção do café e da videira; reconverter nas zonas húmidas as áreas ocupadas pelas culturas do milho e feijões por áreas de cultivo de hortaliças e tubérculos; promover a adopção de novas tecnologias de exploração de caprinos e bovinos assim como a melhoria das infra-estruturas pecuárias nas zonas baixas (estratos I e II); dinamizar a criação de centros familiares para produção e divulgação da raça cunícola; criar campos de pastagem; promover a organização dos criadores ligados à pecuária melhorada e assegurar a despistagem de doenças animais atingindo a maioria dos criadores.

A intensificação e diversificação da produção agrícola e pecuária estão intimamente articuladas com os seguintes pressupostos: aumento dos investimentos no sector agro-pecuário; promoção da motivação e capacitação dos agricultores; capacitação dos serviços técnicos; reforço do sector da Extensão Rural em termos de equipamentos e recursos humanos.

### **Valorização dos produtos agro-pecuários**

O cenário existente no que concerne a valorização dos produtos agro-pecuários é caracterizado pela falta de um sistema eficiente de conservação dos produtos e tratamento pós-colheita, por sistemas de transporte e comercialização deficientes, por técnicas de colheita muitas vezes inadequadas, pela fraca qualidade de apresentação dos produtos, pela forma desorganizada de venda de produtos típicos da ilha e ainda devido ao baixo nível de conhecimentos dos actores envolvidos nesta vertente e ainda pela existência de zonas com grande produção, mas de difícil acesso.

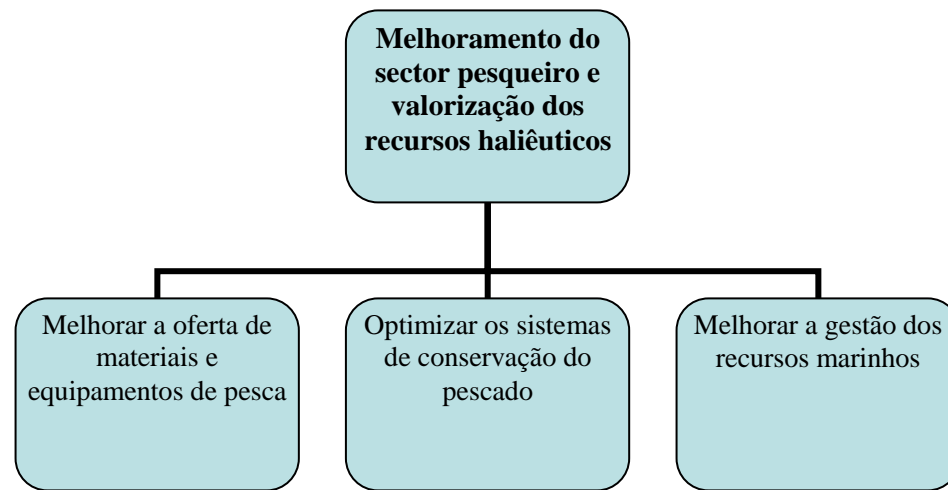
Uma melhor valorização dos produtos agro-pecuários e com base na situação que caracteriza a ilha nesta matéria, torna-se importante: a criação de centros de tratamento pós-colheita e de um sistema de selecção junto dos horticultores; a promoção de centros de transformação de frutas nas localidades de Chã, As Hortas e Campanas de Baixo; a melhoria da qualidade e apresentação do queijo produzido em centros familiares e/ou colectivos; a promoção do engarrafamento e pasteurização de grande parte do leite comercializado; a promoção de um sistema moderno de colheita e transporte de produtos agro-pecuários pelos agricultores e criadores; a formação dos actores implicados; a melhoria do acesso às zonas encravadas; a realização de um estudo de mercado; a promoção da organização de grupos ligados à comercialização; a melhoria das condições de acondicionamento e embalagem dos produtos e ainda a promoção das fileiras de comercialização do vinho e do café, em particular, assim como, do queijo, dos doces, dos licores, dos feijões, etc.

A introdução de melhorias no domínio da valorização dos produtos agro-pecuários requer a implementação de um sistema estatístico de recolha e tratamento de dados funcional, a organização dos criadores bem como o reforço da capacitação e motivação dos Serviços de Extensão Rural.

### 8.4.3. – Melhoria do sector pesqueiro e valorização dos recursos haliêuticos

O melhoria do sector pesqueiro e a valorização dos recursos marinhos na ilha pressupõem melhorar a oferta de materiais e equipamentos de pesca, otimizar o sistema de conservação do pescado e melhorar a gestão dos recursos marinhos, como a seguir se apresenta.

Gráfico 5 – Prioridade 3



#### **Melhorar a oferta de materiais e equipamentos de pesca**

A deficiente oferta de materiais e equipamentos de pesca decorre da falta de um sistema sustentável de crédito para o sector, da insuficiência de materiais e equipamentos disponíveis na ilha bem como do desconhecimento das reais necessidades do mercado em factores de produção pesqueira.

Nesta vertente impõe-se a criação de um sistema de crédito sustentável para o sector das pescas, a elaboração de um estudo de mercado e a promoção da criação de postos de venda de factores de produção.

#### **Otimizar o sistema de conservação do pescado**

Verifica-se a necessidade de optimização do sistema de conservação do pescado em resultado da falta de infra-estruturas de frio e de um sistema eficiente de conservação do pescado.

Torna-se necessário a criação de condições para a conservação do pescado em frio, o que se pode conseguir através da construção de um centro de produção de gelo em Mosteiros, do fomento da disponibilização de arcas de congelação e refrigeração para a maioria das peixeiras e da formação dos pescadores e peixeiras.

#### **Melhorar a gestão dos recursos marinhos**

A deficiente gestão dos recursos marinhos advém da fraca capacidade dos pescadores, de um sistema fiscalização pouco eficaz, do conhecimento insuficiente dos bancos de pesca, da existência de embarcações sem instrumentos de navegação e ainda da fraca capacidade institucional.

Para a melhoria da gestão dos recursos marinhos é pertinente a capacitação dos pescadores, a fiscalização dos recursos haliêuticos e orla costeira, a prospecção e monitorização dos bancos de pesca, a dotação da maioria das embarcações com instrumentos de navegação assim como o reforço da capacidade institucional dos serviços com intervenção no sector das pescas.

De um modo geral figuram como pressupostos ao melhoramento do sector pesqueiro e à valorização dos recursos marinhos, a conservação e exploração durável dos recursos marinhos, o reforço das instituições implicadas no sector, focalizando a necessidade de melhoria dos mecanismos de afectação de recursos. A dinamização dos Serviços de Extensão Rural é uma componente também de importância relevante no conjunto dos pressupostos.

### 8.5 - Metas

Para se atingir os objectivos traçados para cada programa que integra o Plano, e partindo da situação actual, foram fixadas metas específicas e formulados os indicadores correspondentes, as fontes de verificação do cumprimento das metas e os pressupostos, ou seja, as condicionantes para o alcance dos objectivos e metas, os quais encontram-se sistematizados no quadro, a seguir:

Quadro 13 – Metas do PADA-Fogo

Programa	Objectivos	Metas	Indicadores	Fontes de verificação	Pressupostos
2. Mobilização e aproveitamento das águas pluviais e subterrâneas para o desenvolvimento agrícola	Aumentar as infra-estruturas de mobilização de água	6 Reservatórios de armazenamento de água pluviais construídos;	Nº Reservatórios de 200 -400 m3 construídos;	Relatório da Delegação;	Aumento de áreas irrigadas;
		22 Furos construídos;	- Nº de furos realizados;		Aumentar da produção frutícola e hortícola;
		15 Reservatórios de distribuição de água dos furos construídos;	- Nº de pequenos reservatórios de distribuição de água;	Registo das fichas de seguimento	Maior infiltração de água e retenção de água das chuvas
		6 Sistemas de captação de água pluvial construídos;			
		Construção de 250 diques	- Nº de diques construídos		
		Recuperação 100% dos reservatórios existentes	nº de reservatórios recuperados		
	Monitorização e avaliação dos impactos das infra-estruturas de Conservação de solos e água	Avaliar o impacto de retenção de 30% das infra-estruturas existentes;	Nº de infra-estruturas avaliadas e seguidas;	-Melhoria na programação e implementação das infra-estruturas de C.S.A.;	
		Monitorizar todas as infra-estruturas construídas a partir de 2008	Nº de sistemas sob gestão da população;		

		Reabilitar 80% de todas as infra-estruturas de água degradadas existentes;	Nº de sistemas reabilitadas e funcionais;	Relatório da Delegação;	Maior retenção de material sólido e infiltração de água	
		Definir a gestão associativa de todas as infra-estruturas para a água;	Nº de reserva. Sub gestão associativa	Fichas de seguimento e registo.		
		50% dos diques desassoreados	Nº de diques desassoreados			
	Gestão sustentável dos recursos hídricos	Afectar os furos de rega para a gestão associativa;	Nº de furos geridos pelas associações;	Relatórios técnicos e de execução;	Menos perdas de água e maiores áreas irrigadas;	
		Criar 4 condutas apropriadas para a rega sem perdas importantes nas zonas de genebra, Mosteiros, Forno e As-Hortas	Nº de condutas e metros de tubos colocados;		Agricultores mais motivados e com melhores condições para aumentar e diversificar a produção;	
		Seguimento da bombagem de todos os furos com criação de registo das bombagens;	Fichas de seguimento preenchidos;	Fichas de seguimento;	Mais postos de trabalho e actividades geradoras de rendimento;	
		Aumento da área irrigada;	Nº de hectares instalados por concelho		Económica a crescer menos desemprego	
		Formar 3 associações sobre a gestão de água de furos;	Nº de pessoas formadas			
		Formar 200 horticultores sobre a gestão responsável das infra-estruturas	Nº de novos horticultores;			
		Aumentar em 30% o volume de água explorado/ano para agricultura	Volume de água explorada			
3. Aumento da produção e produtividade agro-pecuária e silvícola	Melhoria da qualidade dos solos e coberto vegetal	Construção de medidas mecânicas de C.S.A nas encostas das zonas produtivas, para fixação de 15.000 plantas fruteiras/ano e 20.000 plantas florestais/ ano	Metros de arretos e banquetas construídos;	Relatórios anuais;	Aumento da cobertura vegetal e da produção frutícolas e silvícola	
			Nº de caldeiras construídas;	Auto de recepção e Fichas de registo;		
			Nº de plantas plantadas			
			Taxa de pegamento das plantas;	Relatórios anuais		
	Melhoria do acesso aos factores de produção;	1 Unidade de venda de factores de produção em S. Filipe funcional	Nº de Unidades criadas e em funcionamento	Relatórios anuais	documentos do estudo	Factores de produção disponível no mercado local
		1 Unidade de venda de factores de produção nos Mosteiros funcional				
		Um estudo do mercado sobre a demanda de factores de produção realizado	Estudo apresentado			
	Intensificação e diversificação da produção agrícola e pecuária	Informar e formar 50% dos agricultores de cada zona agro-climática	nº agricultores formadas e sensibilizados	relatórios trimestral e anual	relatórios trimestral e anual	Investimentos locados; agricultores mais capacitados e motivados, serviços técnicos mais capacitados, Extensão Rural forte e motivado
		Criar 3 campos demonstração em cada zona agro-climática e em cada Concelho;	nº de campos criados			
		Aumentar a disponibilidade de água em mais 30% para as zonas de altitude com vocação hortícolas e frutícolas	capacidade de reservatórios construídos e caudal de furos realizados	relatórios trimestral e anual	Investimentos locados	

		Seleção e divulgação de sementes de sequeiro de qualidade para 25% dos agricultores de cada CER;	Nº de agricultores apoiados com sementes	fichas preenchidas e relatórios de actividades	Investimentos locados, mais produtividade das culturas de sequeiro, serviços técnicos mais capacitados, Extensão Rural forte e motivado
		Aumento da produção de frutas e hortaliças de sequeiro em cerca de 30%;	% do aumento da produção	Relatórios de actividades, Fichas de agricultores preenchidos	CER melhor equipados e extensionistas formados, produção mais moderno e voltada para o mercado
		Aumento da área irrigada em sistema de compensação em cerca de 60% nas zonas húmidas e sub-húmidas;	Nº de hectares implantados		
		Introdução de inovação tecnologia piloto nos extractos agro-climáticos 2 por zonas de cobertura dos CER. (horticultura de altitude, fruticultura compensada e irrigada, pecuária intensiva com animais melhorados);	nº de unidades de exploração criado por CER		
		Divulgar material vegetal melhorado para 25% de agricultores de área de cobertura dos CER;	Nº de agricultores apoiados e quantidade de estacas e enxertias realizados		
		Criar redes de 5 agricultores de referência por zonas agro-climáticas, num total de 25 por cada CER.	Nº de agricultores enquadrados, seguidos e áreas implantadas		
		Focalizar 60% dos investimentos agrícolas de sequeiro para as zonas húmidas e sub-húmidas ou de clima especial e 80% dos investimentos pecuárias nas zonas agro-silvo-pastoril ;	% do orçamento investido em cada estrato climático;		
		Lançamento de cerca de 15.000 litros/ano de sementes de pastos nas zonas baixa e intermédia;	Litros de sementes lançados e áreas cobertas		
		Cobertura de 80 hectares com espécies florestais forrageiras e feijão Congo	Plantas fixadas e áreas cobertas		
		Aumento da produção do café em cerca de 30%	Plantas fixadas e áreas cobertas		
		25% de agricultores das zonas húmidas com actividade de reconversão da cultura de milho e feijões em hortaliças e tubérculos	% de agricultores de sequeiro produzirem hortícolas e tubérculos em terras de milho e feijões		
		30% de criadores das zonas baixas com adopção de novas técnicas de exploração de caprinos e bovinos	% de criadores com novas técnicas de exploração		
		60% dos criadores com animais de raça melhorada nas zonas de maior vocação	Nº de criadores que beneficiaram de animais de raça;	Relatórios anuais e fichas de recepção e seguimento	Condições para aumentar a produtividade pecuárias criadas e

		50 % dos criadores com altos rendimento da pecuária com melhores infra-estruturas pecuárias;	% de criadores que beneficiaram de infra-estruturas pecuárias		produção pecuária aumentada e diversificada, serviços técnicos mais capacitados, Extensão Rural forte e motivado
		Introdução de 3 pontos de monta para bovinos; e 5 centros familiares/ grupos de produção e divulgação de leitões de raça melhorada;	Nº de pontos criados e nº de famílias a produzir e vender animais		
		promoção de pelo menos 2 centros familiares para produção e divulgação da raça cunicola	Nº de centros criados		
		Criação de cerca de 6 campos de pastagem por ano em cada CER;	Nº de campos criados e áreas implantadas		
		80% dos criadores organizados a ministram ração aos animais	Nº de exploração que mostram ração aos animais		
		Despistagem de doenças em animais de 75% dos criadores;	Nº de animais assistidos ano		
		Criação de um centro de inseminação artificial;	Nº de centro criado		
	Valorização dos produtos agrícolas e pecuários	Criação de pelos menos 2 centros de tratamento pós-colheita e sistema de selecção junto de 50% dos horticultores	Nº de sistema de tratamento pós-colheita criado	Relatórios, fichas de seguimento e registo da produção e produtores	Sistema estatístico de recolha e registo de dados criados e funcional, produtos mais valorizados e agricultores e criadores organizados em grupos; comercialização facilita e e melhorada, serviços técnicos mais capacitados, Extensão Rural forte e motivado
		Promoção de 3 Centro de transformação de frutas (Chã, As-hortas e Campanas de baixo); produzidos	Nº Centros de transformação criados e quantidade de produtos produzidos		
		75% do queijo produzido em centros familiares ou colectivos e de boa qualidade e apresentação	% de queijo produzido nos centros		
		80% de leite comercializado engarrafado e pasteurizado.	Quantidade de leite produzido e vendido em embalagem		
		50% de agricultores e criadores com sistema moderno de colheita e transporte de produtos	Nº de agricultores e criadores com sistema moderno de colheita e transporte de produtos		
		80% de actores formados por eixo de actividades	Nº de actores formados por eixo de actividades		
		Cerca de 50%de zonas encravadas com acesso melhorado	Nº de vias de acesso melhorado		
		Um estudo do mercado realizado	Estudo apresentado		
		Promover a organização de grupos ligados à comercialização	Nº de grupos organizados para a comercialização promovido;		
		60% dos produtos acondicionados e embalados para a venda	Quantidade de produtos acondicionados		

		Promoção de 4 fileiras de comercialização ( carnes, queijo, feijões, e leite,)	Nº de fileiras criadas e funcionais		
		Plantação de 1500 plantas endémicas por ano nas zonas mais degradadas	Nº Plantas e espécies fixadas por zonas		
		Elaboração e implementação do Plano de Gestão do PNFe implementação do serviços de gestão e seguimento	Plano apresentado e implementado		
		Sensibilizar e formar 80% dos sócios das associações nas zonas limítrofes do PNF	% de sócios das associações formadas		
		Formar e sensibilizar 80% dos pescadores, camionistas sobre o ambiente	% dos pescadores sensibilizados e formados		
		Proibir a 100% de apanha de inertes em espaços protegidos	nº de casos de registados		
		Reduzir acções de produção a 5% em espaços protegidos e degradados	nº de casos existentes em relação ao total anterior		
		Conduzir programas informação e sensibilização em 80% das escolas, associações	Nº de encontros realizados		
5. Melhoramento do sector pesqueiro e valorização dos recursos marinhos	Melhorar a oferta de materiais e equipamentos de pesca	Criação duma linha de crédito para a pesca	Linha de crédito Criado e funcional	Relatórios, e créditos disponibilizados	Afectação de recursos, melhoria significativa no sector pesqueiro e conservação do ambiente marinho no Fogo, serviços técnicos mais capacitados, Extensão Rural forte e motivado
		Elaborar um estudo do mercado	Estudo apresentado	Relatórios	
		promover a criação de um espaço de venda de equipamentos	Espaço criado e funcional		
	Optimizar o sistema de conservação de pescado	Construção 1 centro de produção de gelo ( Mosteiros)	Centro criado e funcional	Fichas de seguimento e registo, relatórios	
		80% das peixeiras com arcas para conservação	% de peixeiras com arcas de Conservas		
		80% dos pescadores e peixeiras formados	Nº de pescadores e peixeiras formados		
		80% do pescado conservado em frio	Quantidade de pescado e gelo produzido		
	Melhoria da gestão de recursos marinhos	90% dos pescadores capacitados	nº de pescadores formados		
		Fiscalização em todos os portos de pescas	nº de portos de pescas sob vigilância		
		Prospecção de todos bancos de pescas e das quantidade exploráveis	Documento produzidos		
		Dotação de 90% dos botes com instrumentos mínimos de navegação	Nº de botes com instrumento de navegação		
		Reforço dos serviços das pescas, com mais quadros	nº de quadros afectos no Fogo		



## 8.6 – Programas e projectos prioritários

A implementação do Plano de Acção e dos programas prioritários que integra, passa pela execução de um conjunto de projectos prioritários, através de uma abordagem que permite responsabilizar à partida os diferentes actores e intervenientes no processo e garantir um certo grau de flexibilidade, de modo a facilitar a devida integração das prioridades locais com os aspectos e critérios considerados relevantes para os financiadores.

### ***Programa 1 – Aumento da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para o desenvolvimento agrícola***

Neste âmbito prevê-se para o horizonte 2009 a 2012, a execução dos seguintes projectos:

- ❖ Mobilização e aproveitamento das águas pluviais e subterrâneas para o desenvolvimento agrícola da ilha do Fogo;
  
- ❖ Gestão sustentável dos Recursos Hídricos da ilha do Fogo

### ***Programa 2 – Aumento da produção agro-pecuária e silvícola***

- ❖ Projecto desenvolvimento dos sistemas de produção silvo-pastoris nas ZAE I e II – nos Concelhos de São Filipe e Santa Catarina (correção torrencial e melhoramento do coberto vegetal);
- ❖ Projecto desenvolvimento dos sistemas de produção agro-florestais nas zonas ZAE III e IV – nos Concelhos de Mosteiros, Santa Catarina e São Filipe;
- ❖ Projecto de valorização da fileira do vinho;
- ❖ Projecto de valorização da fileira do café;
- ❖ Projecto de valorização da Biodiversidade e protecção dos espaços naturais;
- ❖ Projecto de valorização dos produtos agro-pecuários (apoio na transformação e comercialização dos produtos agro-pecuários visando interessados privados -individual, familiar e colectivo-);
- ❖ Projecto de incentivos ao sector privado (ex: factores de produção) em parceria com o MCA e PNLP.

### ***Programa 3 – Gestão e valorização dos recursos halieuticos para uma pesca sustentável***

- ❖ Projecto de reforço institucional para melhorar a oferta de materiais e equipamentos de pesca e otimizar o sistema de conservação do pescado;

- ❖ Projecto de reforço das capacidades dos operadores, pescadores e peixeiras para uma melhor gestão dos recursos.

### **8.7 - Medidas de Acompanhamento**

Outros investimentos nas vertentes humana e financeira e as estratégias de desenvolvimento rural, visam evitar eventuais estrangulamentos aos níveis da formulação e da execução do projecto, de modo a promover a rentabilidade dos investimentos e consolidar o desenvolvimento durável e equitativo, pelo que cabe ao Governo dinamizar, organizar, reforçar e formar pessoal implicado na execução dos programas prioritários e de se proceder às reformas necessárias a uma boa execução do quadro estratégico, destacando nomeadamente: (i) Adaptação do direito fundiário, principalmente para garantir o usufruto do investimento no melhoramento no sector agro – pecuário; (ii) a responsabilização das comunidades locais e das municipalidades no quadro dos planos de ordenamento local; (iii) o reforço das ACB e do seu papel político e económico (representatividade local); (iv) a valorização dos recursos e produtos agrícolas e haliêuticos em termos da sua qualidade; (v) a valorização das actividades rurais geradoras de rendimento AGR, incluindo os serviços ecológicos e do turismo rural; (vi) o reforço dos serviços financeiros rurais para promover o investimento nas actividades económicas rentáveis; (vii) o reforço das capacidades humanas dos serviços públicos, da sociedade civil e sobretudo das capacidades dos beneficiários mais vulneráveis.

As intervenções de acompanhamento dos programas compreendem: a reestruturação dos serviços técnicos agrícolas e da pesca (pesquisa para o desenvolvimento e promoção/vulgarização), que consiste em reorganizar os serviços de apoio técnico para melhor responderem às necessidades dos sistemas de produção dos camponeses e dos pescadores; o apoio aos serviços financeiros rurais (Bancos e IMF) para estimular o investimento económico nos sectores rurais rentáveis; Melhoramento das Infra-estruturas Rurais; Valorização dos Recursos Institucionais e Políticas em Apoio ao Desenvolvimento Rural.

As estratégias de integração da abordagem género requerem: (i) O reforço do estatuto da mulher rural e de grupos desfavorecidos através do acesso equitativo ao saber, aos recursos e aos meios de produção, com vista à sua efectiva participação nas decisões familiares e comunitárias e o acesso aos benefícios /produtos do desenvolvimento; (ii) A promoção do acesso da mulher ao saber, aos recursos, aos meios de produção e à informação, com o intuito de fomentar a sua participação activa na tomada de decisões; (iii) A sensibilização e a mobilização das comunidades sobre os papeis específicos das mulheres e dos homens no processo do desenvolvimento rural sustentável; (iv) A concertação intersectorial pela integração sistemática e

a implementação da abordagem género a nível das estratégias, planos de acção, programas, projectos e actividades de seguimento do desenvolvimento do sector rural.

## **8.8 – Critérios de Escolha dos Projectos**

Os projectos elegíveis no âmbito do Plano de Acção, devem estar sintonizados com as prioridades estratégicas do PEDDA e as opções estratégicas do MADRRM, principalmente as definidas no PANA II. Estes projectos deverão responder a certos critérios relativos à sustentabilidade ambiental e à viabilidade económica e social. Os critérios seleccionados tidos em conta foram:

- A compatibilidade com as estratégias de desenvolvimento do Governo;
- A sustentabilidade económica e ambiental: todo o projecto deve ter em conta a sustentabilidade, que visa a valorização dos recursos naturais ou os objectivos previstos e a alcançar no fim do projecto no sentido de garantir a perenização dos saberes/experiências;
- A viabilidade técnica e económica:
- A aceitabilidade social e capacidade de absorção pelos actores;
- A responsabilização e implicação dos actores locais;
- A sinergia com outros projectos e programas;

## **8.9 – Estimativas das necessidades financeiras**

### **8.9.1 – Em Funcionamento**

As despesas de funcionamento suportam o pagamento dos técnicos envolvidos directamente na execução, fiscalização e seguimento dos programas e projectos locais. Uma boa parte dessas despesas serão cobertas com fundos suplementares mobilizados no quadro dos programas e projectos do plano e para a sua execução física e financeiras e deve mobilizar para o quadriénio 2009 a 2012 o montante de **1.186.970.000\$00**.

Está previsto para uma fase posterior o desengajamento do Estado de determinadas funções e a responsabilização das associações e da sociedade civil, assim como a reestruturação gradual

dos serviços técnicos e administrativos do MADRRM, para uma melhor utilização dos meios financeiros disponíveis no orçamento de funcionamento.

### **8.9.2 – Em Investimento (2009 a 2012)**

As estimativas das necessidades de investimentos foram feitas com base nos seguintes parâmetros:

- Os programas prioritários identificados;
- Os programas e projectos propostos;
- Os estudos sectoriais realizados e a serem realizados para uma melhor integração do plano;
- As proporções sectoriais do PND;
- Os centros de interesses dos financiadores tradicionais;
- A análise da capacidade de absorção dos diferentes actores e instituições com base nas disponibilidades dos orçamentos executados;

Os projectos foram identificados em função das metas definidas e dos recursos possíveis de serem mobilizados, em termos financeiros nos próximos três anos, a nível interno e externo, bem como a capacidade de execução dos diferentes actores a nível descentralizado.

Assim, se prevê para o horizonte 2009 a 2012 um orçamento de **1.186.970.000\$00** para o desenvolvimento agro-pecuário e pescas da ilha do Fogo de forma a beneficiar as comunidades rurais, especialmente os mais carenciados e vulneráveis.

Quadro 14 – Proposta Orçamental dos Programas e Projectos (em escudos cabo-verdianos)

Programas e Projectos	Financiamento	2009	2010	2011	2012	Total	%
<b>Programa 1 – Aumento da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para o desenvolvimento agrícola</b>		<b>39.000.000,00</b>	<b>138.000.000,00</b>	<b>139.300.000,00</b>	<b>109.700.000,00</b>	<b>426.000.000,00</b>	<b>35,88%</b>
1.1 – Projecto de mobilização e aproveitamento das águas pluviais e subterrâneas para o desenvolvimento agrícola da ilha do Fogo (CSA, reservatórios)	PI, MCA	25.000.000,00	120.000.000,00	120.000.000,00	90.000.000,00	<b>355.000.000,00</b>	
1.2 – Gestão sustentável dos Recursos Hídricos da ilha do Fogo (massificação de rega)	MCA, PI, Público e privado	12.000.000,00	15.000.000,00	15.800.000,00	16.200.000,00	<b>59.000.000,00</b>	
1.3 – Projecto de reestruturação, organização e reforço da capacidade institucional da Delegação do MADRRM de acordo com a Orgânica e as opções das políticas agrárias definidas pelo Ministério e harmonizadas com os objectivos e eixos estratégicos do PEDAF (de modo a facilitar o cumprimento dos objectivos e metas do PAF-Fogo).	PI, MCA	2.000.000,00	3.000.000,00	3.500.000,00	3.500.000,00	<b>12.000.000,00</b>	
<b>Programa 2 – Aumento da produção agro-pecuária e silvícola</b>		<b>205.200.000,00</b>	<b>231.590.000,00</b>	<b>162.980.000,00</b>	<b>95.000.000,00</b>	<b>694.770.000,00</b>	<b>58,53%</b>
2.1 – Projecto desenvolvimento dos sistemas de produção Agro-silvo-pastoris nas ZAE I e II – nos Concelhos de São Filipe e Santa Catarina (correção torrencial e melhoramento do coberto vegetal) e ordenamento florestal.	PANA II – ETMA PI, MCA	22.000.000,00	25.000.000,00	25.000.000,00	22.000.000,00	94.000.000,00	
2.2. Projecto desenvolvimento dos sistemas de produção agro-florestais nas zonas ZAE III e IV – nos Concelhos de Mosteiros, Santa Catarina e São Filipe (intensificação da produção hortícola e florestal);	PI, MCA, externo	10.000.000,00	12.000.000,00	12.000.000,00	10.000.000,00	44.000.000,00	
2.3. Projecto de apoio a produção de vinha e valorização da fileira do vinho;	PI, externo	15.000.000,00	15.000.000,00	13.000.000,00	11.000.000,00	54.000.000,00	
2.4. Projecto de melhoramento e valorização da fileira do café;	PI, externo	3.700.000,00	4.000.000,00	4.200.000,00	4.500.000,00	16.400.000,00	
2.5. Projecto de valorização da Biodiversidade e protecção dos recursos naturais na ilha do Fogo (PRNF);	Alemanha Banco KFW,	75.000.000,00	55.000.000,00	50.000.000,00	30.000.000,00	210.000.000,00	

	Ass. Com.						
2.6. Projecto de melhoramento de raças, produção forrageira e valorização dos produtos agro-pecuários (apoio na transformação, conservação e comercialização dos produtos agro-pecuários visando interessados privados (individual, familiar e colectivo);	PI, externo	3.000.000	4.000.000,00	4.000.000,00	3.000.000,00	14.000.000,00	
2.7. Projecto de incentivos ao sector privado (ex: factores de produção) e associações cooperativas locais no desenvolvimento de fileira sustentável e melhoria da segurança alimentar, em parceria com o MCA e PNLP.	Univ.Turim Externo, PI	5.000.000,00	5.000.000,00	4.000.000,00	3.000.000,00	17.000.000,00	
2.8. Projecto de gestão integrada de Bacias Hidrográficas e apoio à agricultura.	MCA	60.000.000,00	99.590.000,00	38.780.000,00		198.370.000,00	
2.9. Campanha agrícola fitossanitária e gestão de pesticidas.	PI	2.500.000	3.000.000,00	3.000.000,00	2.500.000,00	11.000.000,00	
2.10. Projecto para o melhoramento e diversificação dos sistemas de produção dos produtores de Cabo Verde - SPA		9.000.000,00	9.000.000,00	9.000.000,00	9.000.000,00	36.000.000,00	
<b>Progama 3 - Gestão e valorização dos recursos haliêuticos para uma pesca sustentável</b>		<b>14.500.000,00</b>	<b>20.000.000,00</b>	<b>15.200.000,00</b>	<b>15.500.000,00</b>	<b>65.200.000,00</b>	<b>5,49%</b>
3.1. Projecto de reforço institucional para melhorar a oferta de materiais e equipamentos de pesca e otimizar o sistema de conservação do pescado;	MCA,CM,PI	10.000.000,00	15.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	45.000.000,00	
3.2. Projecto de reforço das capacidades dos operadores, pescadores e peixeiras para uma melhor gestão dos recursos.		4.500.000,00	5.000.000,00	5.200.000,00	5.500.000,00	20.200.000,00	
<b>TOTAL</b>						<b>1.186.970.000,00</b>	<b>100%</b>

### **8.9.3 – Fontes de Financiamento**

Os programas e projectos serão financiados pelo MCA, Banco KFW, Universidade de Turim, FIDA, através da Luta Contra a Pobreza, conforme indicados no quadro nº 14, sendo outros financiados com Fundos de Contrapartida – FCP e Programas Adicionais de Emprego Público para o Desenvolvimento.

### **8.10 – Responsabilidades institucionais**

O Ministério do Ambiente, Agricultura e Recursos Marinhos, é o supervisor do sector agrícola e o responsável institucional pela organização de seguimento e avaliação dos programas, que devem ser assegurados pela DEGPOG e em parceria operacional com a DGASP, o INGRH, o INIDA e Direcção Geral das Pescas, as ONGs, OSCs, Privados, sendo as responsabilidades repartidas em dois níveis:

- ❖ A nível local a Delegação do MADRRM assegura a execução e o seguimento participativo das acções de desenvolvimento, em estreita colaboração com os produtores primários (agricultores, criadores e pescadores) e as associações, envolvendo também outras estruturas desconcentradas e descentralizadas, tais como as Câmaras Municipais, ETMA, Saúde, Educação, Privados, etc.
- ❖ A nível nacional pela DGEPOG e Direcção Geral das Pescas, podendo essas responsabilidades serem exercidas em colaboração com a DGASP ou os Institutos tutelados pelo Ministério, em termos operacionais e em áreas específicas. A nível Nacional será criada uma Comissão de Coordenação dos PADA de forma a assegurar a participação de todos os actores e a transparência.

Todos os Programas e Projectos a serem desenvolvidos devem ter uma Ficha de Seguimento e Avaliação, que define os objectivos, as actividades, os resultados e as metas devidamente quantificadas, bem como os indicadores da viabilidade técnica, financeira e social do projecto.

## 9– RISCOS E CONDIÇÕES DE ÊXITO DO PLANO DE ACÇÃO

O Plano de Acção tem por objectivo superior o aceleração do crescimento do sector de agricultura e pesca, em função das estratégias definidas e aos investimentos a serem realizados em termos de crescimento económico para a redução da pobreza.

Por esta razão, os diferentes constrangimentos evocados anteriormente devem ser progressivamente considerados para aumentar as chances do êxito, assim como as principais reformas que parecem ser necessárias para ultrapassar esses constrangimentos no domínio institucional, dos quais se destacam os seguintes:

- ❖ O reforço das capacidades aos níveis sistémico, institucional e individual em prol do desenvolvimento sustentável da agricultura e da pesca da ilha do Fogo;
- ❖ O aceleração das reformas transversais inerentes a segurança fundiária, a promoção do crédito a médio prazo e a equidade no acesso aos recursos, constituem bloqueios ao desenvolvimento rural a médio e longo prazo;
- ❖ A melhoria da rede viária e as ligações marítimas com outras ilhas do país, especialmente com a ilha de Santiago;

Outras medidas de organização e metodologia de trabalho são também indispensáveis para o êxito do Plano de Acção, tais como:

- ❖ O melhoramento da coordenação dos apoios externos de maneira a evitar as duplicações de acções/actividades e assegurar desde o início as vantagens da sinergia entre os diversos financiamentos;
- ❖ O dinamismo do sector privado e associativo no aumento dos fluxos financeiros e económicos orientados para o sector rural;
- ❖ O dimensionamento dos projectos das infra-estruturas de acordo com a capacidade de apropriação e de manutenção das organizações locais;

Os factores de risco estão sempre presentes como se descreve:



- ❖ O trinómio ambiente, insegurança alimentar e pobreza;
- ❖ A utilização dos recursos no espaço e no tempo;
- ❖ A escassez dos recursos em solo, água e o seu acesso de forma desigual;
- ❖ A fraca responsabilidade e adesão das populações rurais;
- ❖ A vulnerabilidade em geral da agricultura e pesca cabo-verdiana;

## 10 - MECANISMOS DE IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO

### 10.1 - Enquadramento

O Plano de Acção define um programa de actividades que requer a participação dos actores governamentais, não governamentais, organizações comunitárias de base, agricultores, criadores, pescadores, cidadãos, sector privado e parceiros de desenvolvimento. **O Plano de Acção contempla três (3) Programas** cujos projectos serão implementados no espaço temporal de **4 anos**.

A implementação do Plano de Acção requer como pressupostos básicos o engajamento político ao mais alto nível no sentido de facilitar o engajamento de verbas para a sua materialização, e a definição de regras de participação igualitária de todos os actores / parceiros. O Plano de Acção na sua integridade ou parcialmente, será convertido em proposta global ou propostas de projectos que serão submetidas aos diferentes dispositivos e mecanismos financeiros para implementação sustentável das acções.

O Desenvolvimento Agrícola da ilha do Fogo, de acordo com os diferentes actores envolvidos no processo da elaboração do Plano de Acção, abrange diferentes aspectos, nomeadamente:

- Uma boa preparação do processo;
- Estabelecimento de parcerias e assumpção de papéis;
- Confirmação das prioridades agrícolas estratégicas;
- Avaliação aprofundada das necessidades de desenvolvimento agrícola de acordo com as prioridades;
- Planificação dum programa de acção para o desenvolvimento agrícola do Fogo;
- Aprovação e apoio para implementação do PA

### 10.2 - Estratégia de Implementação

A Estratégia de implementação deverá basear-se nos seguintes pressupostos:

- Definir as responsabilidades dos actores / parceiros chaves;
- Identificar os actores / parceiros chaves;
- Elaborar o plano de implementação;

e ter em conta os requisitos seguintes :

- Adoptar os procedimentos de gestão do plano
  - Controle, supervisão, administração
  - Comunicação, seguimento, relatório
  - Avaliação, revisão

### **10.3 - Planificação da Implementação**

Um elemento chave para garantir a implementação é a participação. Os vários actores e intervenientes devem estar engajados no processo desde a fase de planificação, à fase de desenvolvimento da estratégia e à fase da implementação. Isso será útil para gerar ideias e obter a apropriação e compromisso para implementar o plano de acção resultante.

A implementação do Plano de Acção terá que estar ligado às actividades das instituições chaves e deve incluir um plano de financiamento para garantir a sua implementação. Isso sugere a importância de se envolver as instituições governamentais e locais chaves no desenvolvimento do Plano, de modo a que o mesmo passe a constituir uma prioridade nas próprias agendas. É também importante envolver o sector privado e as organizações da sociedade civil, neste processo, esclarecendo o papel e a responsabilidade de cada actor na implementação do Plano.

### **10.4 - Estratégia de monitorização e avaliação**

#### **10.4.1- Monitorização**

A monitorização é um elemento essencial da implementação e revisão do Plano. O objectivo principal do sistema de monitorização do Plano é assegurar que a sua implementação a nível local, seja efectiva. Para que isso aconteça é necessário que haja um envolvimento e apropriação a todos os níveis e sejam encontrados os incentivos estimulantes do processo.

O sistema de monitorização a ser implementado deve ser transparente e com uma ampla divulgação dos resultados, para facilitar uma aprendizagem contínua, de todos os actores / parceiros chaves, sobre os aspectos e as modalidades de implementação do Plano.

O sistema de monitorização a ser estabelecido e implementado terá que ter em conta as duas vertentes:

- **Monitorização do progresso**, as actividades, os avanços de programas e projectos específicos de desenvolvimento agrícola nos domínios prioritários, o envolvimento dos actores/parceiros chaves, são seguidos periodicamente, de forma sistemática e registados através dos relatórios de progresso. Os planos de trabalho, incluindo os cronogramas e matrizes dos indicadores de progresso, servirão de base para a monitorização.

- **Monitorização do impacto**, as acções de desenvolvimento rural nos diferentes níveis devem contribuir a gestão ambiental sustentável.

No quadro da implementação do Plano devem ser definidos indicadores que irão apoiar a medição do impacto do Desenvolvimento Agrícola no reforço da Segurança alimentar e combate a pobreza no Fogo bem como no Desenvolvimento sustentável de Cabo Verde.

#### **10.4.2 - Avaliação**

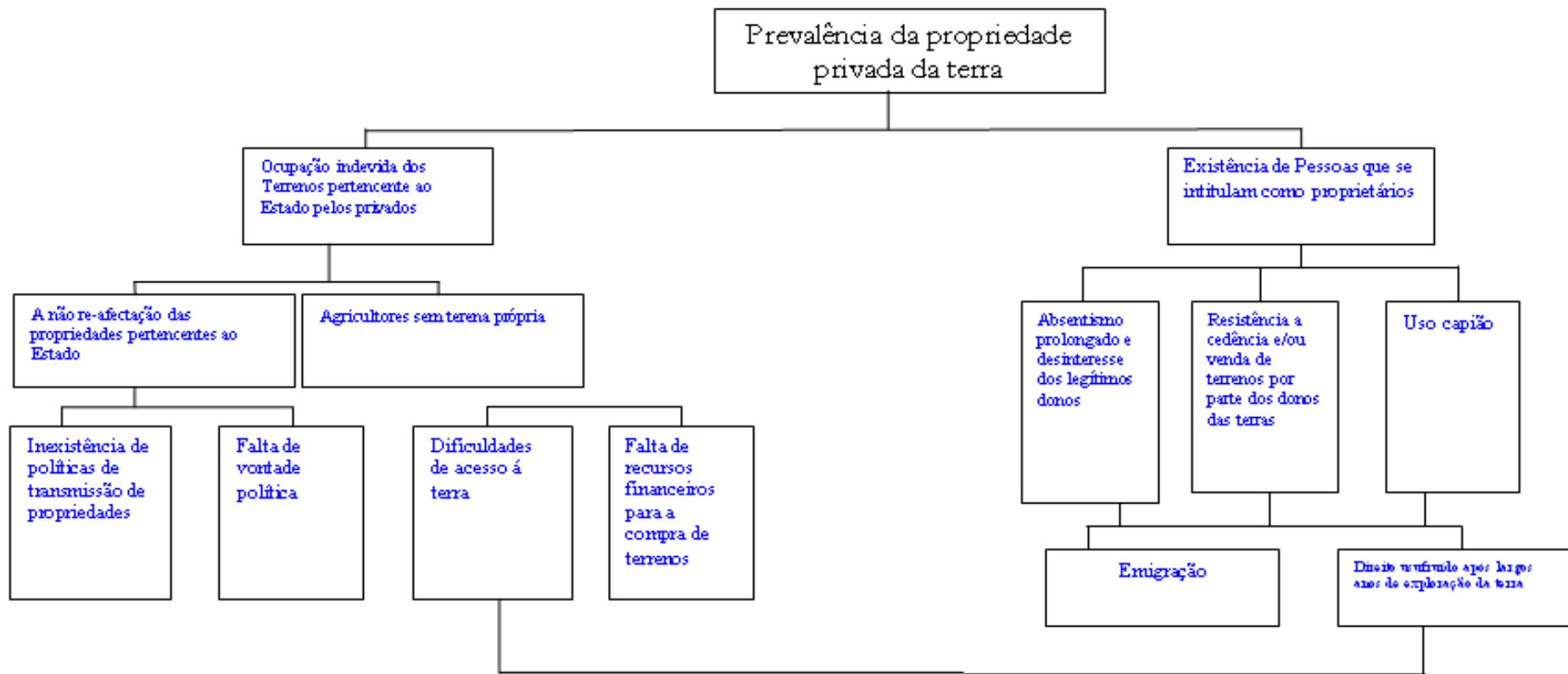
Cada programa e projecto, será objecto de uma avaliação contínua. Nesta avaliação, os resultados de monitorização serão comparados com os objectivos identificados no Plano. A avaliação continua do Plano de Acção ajudará a determinar os aspectos da implementação do processo, incidindo nos factores de êxito ou de insucesso da execução, incluindo o aspecto da sustentabilidade, isto é se os resultados dos projectos foram conseguidos, o impacto sobre as populações se estes respondem as suas necessidades, etc. Para tal devem ser definidos indicadores pertinentes.

## 11 – CONCLUSÕES

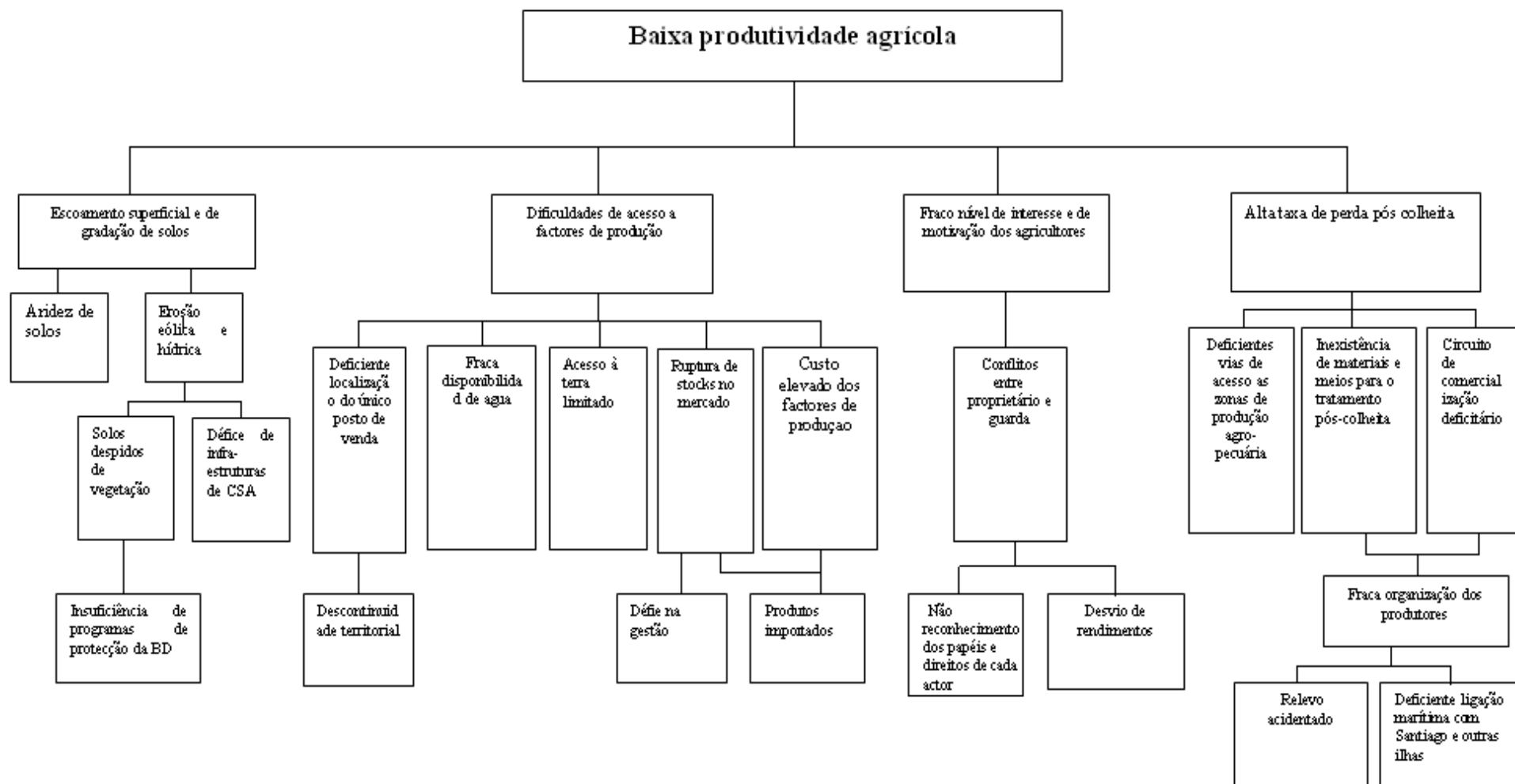
A Delegação do MADRRM Entidade Responsável para coordenar e assegurar a implementação do Plano, em concertação com os diferentes actores locais, deverá ser também responsabilizada para assegurar o seguimento sistemático e o *reporting*. Os relatórios anuais deverão ser elaborados incluindo uma análise da performance em relação aos indicadores, assim como uma avaliação do envolvimento sinérgico dos actores / parceiros chaves e também a performance da execução do orçamento.

## BIBLIOGRAFIA

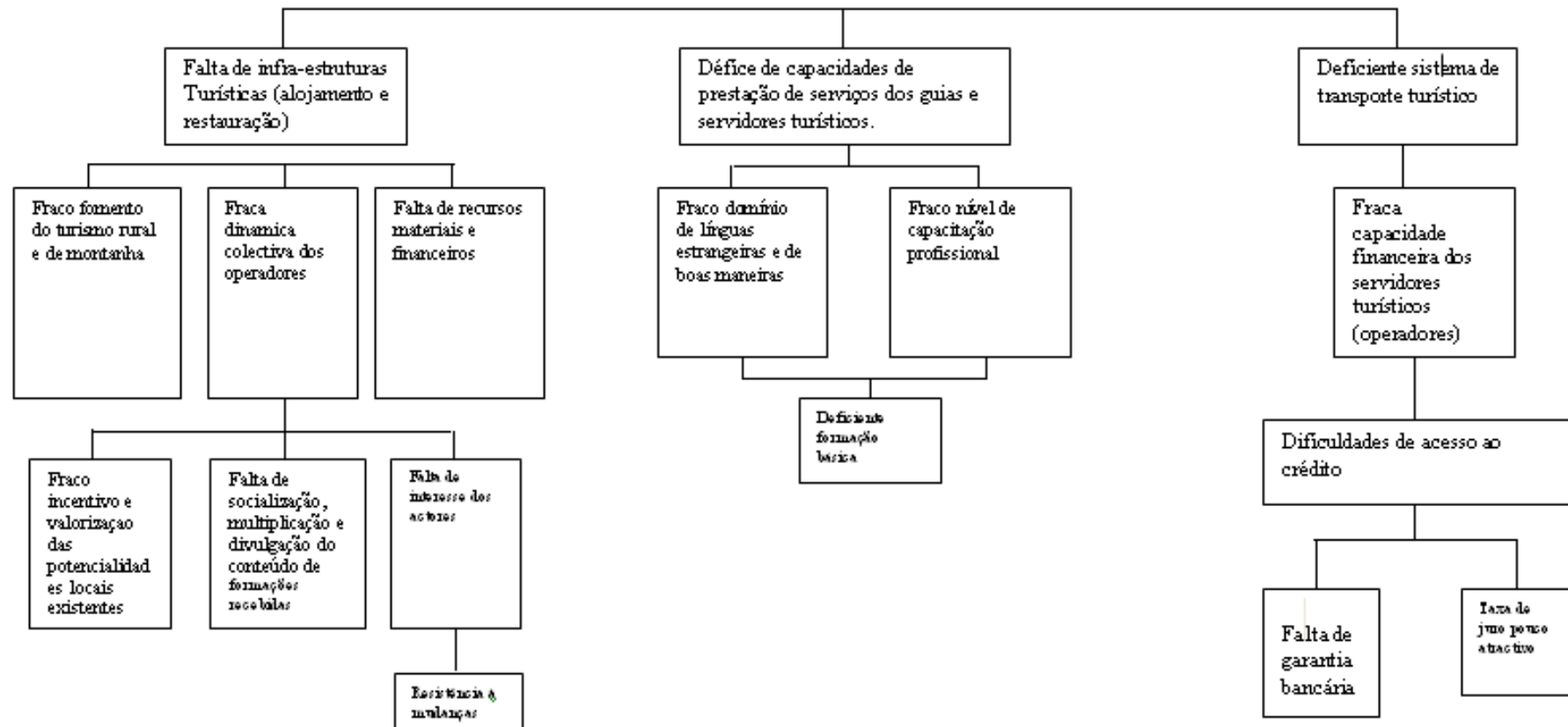


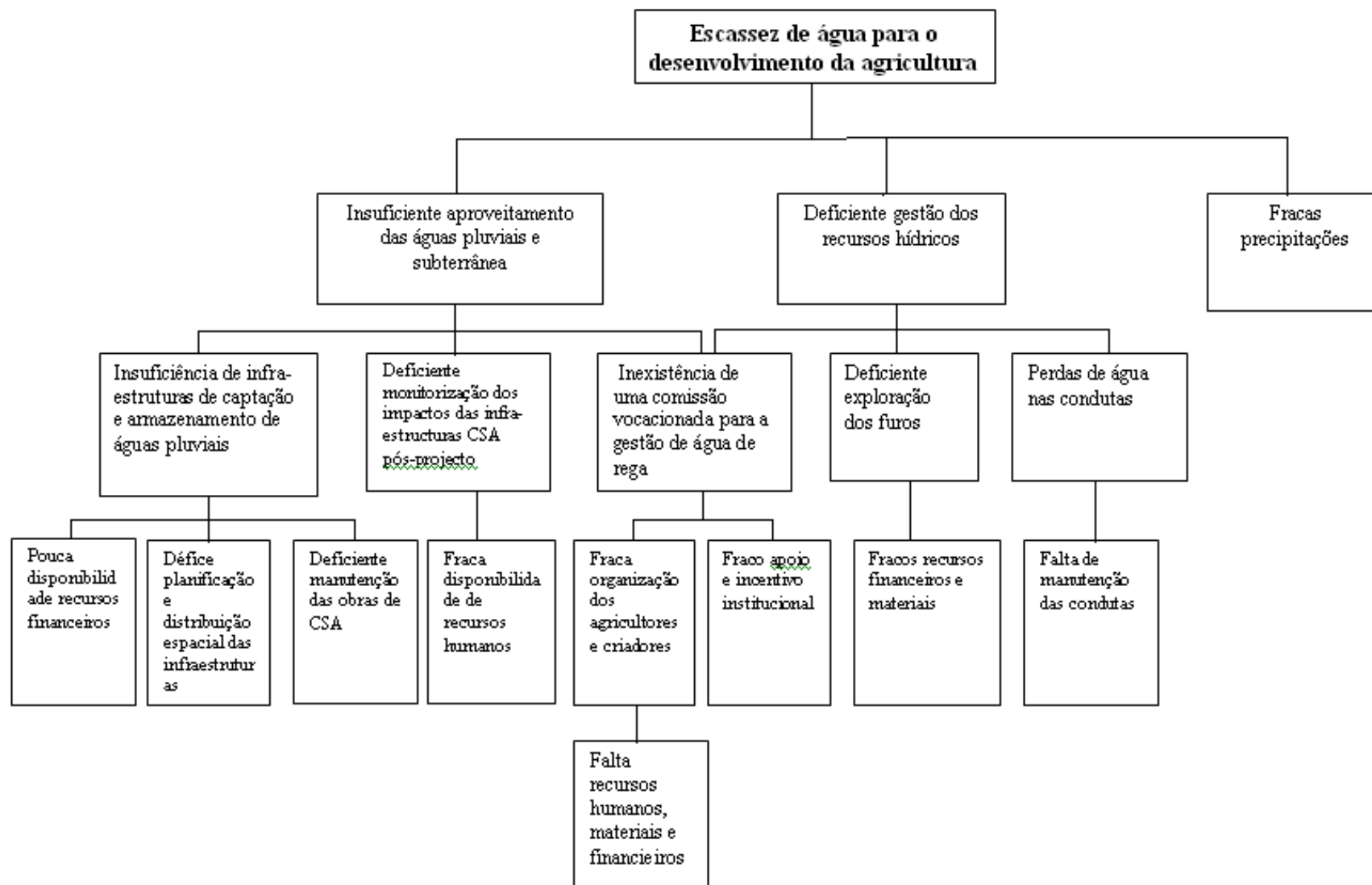


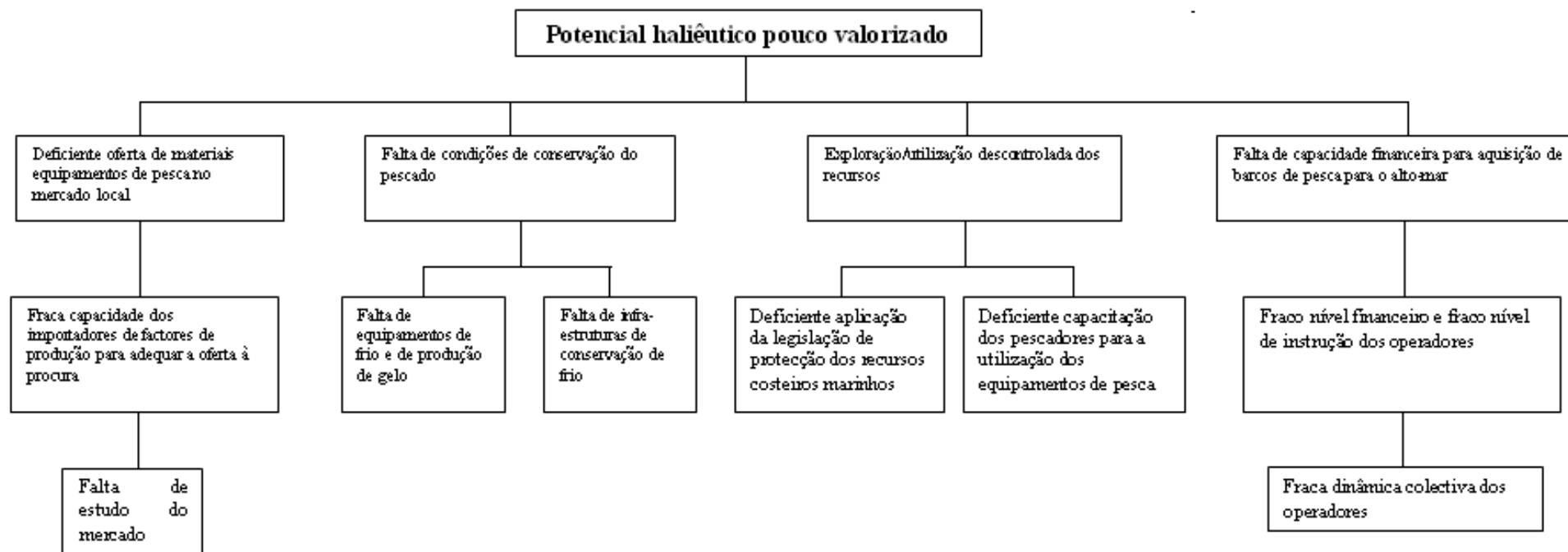


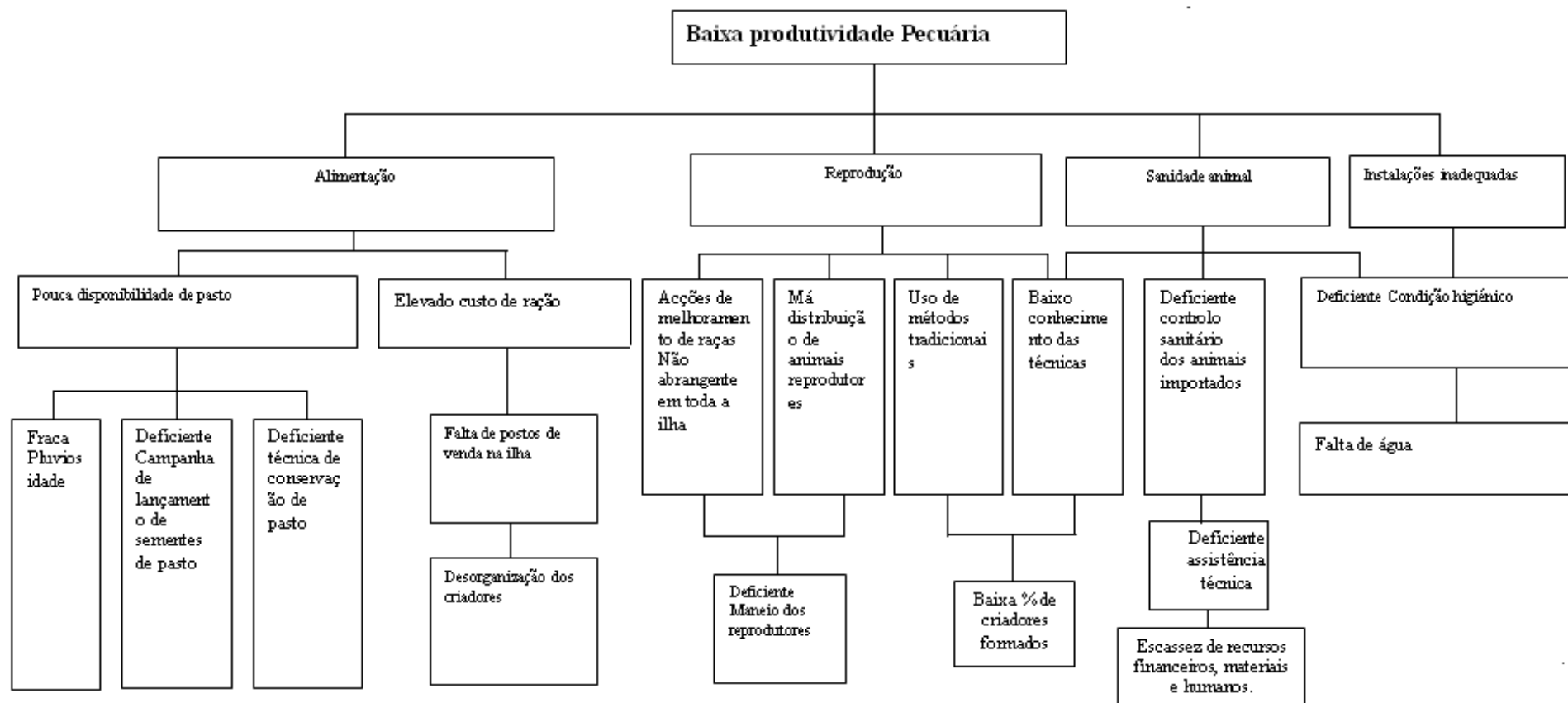


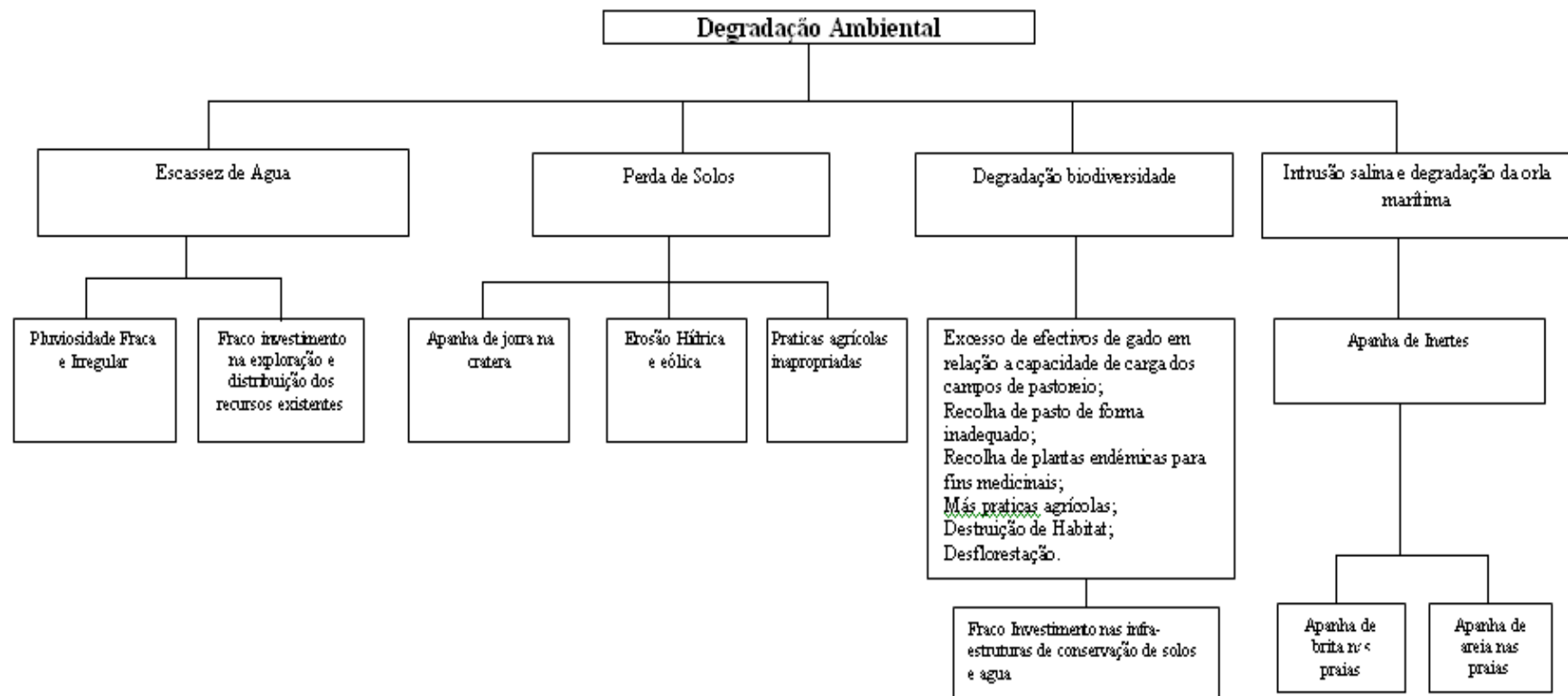
## Deficiente prestação de serviços no domínio do turismo













Programa	Objectivos	Situação actual	Metas	Indicadores	Fontes de verificação	Pressupostos
1. Mitigação das questões fundiárias	Valorização e re-affectação de propriedades estatais;	Ocupação indevida dos terrenos;	50 % Das terras do estado reafectados e melhores explorados	Nº de hectares de terras do estado reafectados;	Relatório da Delegação;	Aumento da produção e medidas de C.S.A..
		Exploração deficiente das terras				
	Gestão de conflitos para uma agricultura durável	Proprietários de terreno desinteressados;	Lei do solo regulamento e aplicado	Lei publicada	Boletim Oficial	Aumento e diversificação da produção pelos cultivadores de terra , investimento melhorado e facilitado
		Exploradores sem interesse em investir nas terras				
2.Mobilização e aproveitamento das águas pluviais e subterrâneas para o desenvolvimento agrícola	Aumentar as infra-estruturas de mobilização de agua	Poucas infra-estruturas de mobilização agua existentes tendo em conta as necessidades	6 Reservatórios de armazenamento de agua pluviais construídos;	Nº Reservatórios de 200 -400 m3 construídos;	Relatório da Delegação;	Aumento de áreas irrigadas;
			22 Furos construídos;	- Nº de furos realizados;		Aumentar da produção frutícola e hortícola;
			15 Reservatórios de distribuição de agua dos furos construídos;	- Nº de pequenos reservatórios de distribuição de agua;	Registo das fichas de seguimento	Maior infiltração de agua e retenção de agua das chuvas
		Infra-estruturas existentes mal aproveitadas	6 Sistemas de captação de agua pluvial construídos;			
			Construção de 250 diques	- Nº de diques construídos		
			Recuperação 100% dos reservatórios existentes	nº de reservatórios recuperados		
	Monitorização e avaliação dos impactos das infra-estruturas de Conservação de solos e água	Infra-estruturas construídas sem conhecer os impactos na natureza;	Avaliar o impacto de retenção de 30% das infra-estruturas existentes;	Nº de infra-estruturas avaliadas e seguidas;	Relatório da Delegação;	-Melhoria na programação e implementação das infra-estruturas de C.S.A.;
		Construção sem ter em conta as zonas mais necessitadas	Monitorizar todas as infra-estruturas construídas a partir de 2008	Nº de sistemas sob gestão da população;		
		Infraestruturais existentes degradados e mal geridas;	Reabilitar 80% de todas as infra-estruturas de água degradadas existentes;	Nº de sistemas reabilitadas e funcionais;	Fichas de seguimento e registo.	Maior retenção de material sólido e infiltração de agua
			Definir a gestão associativa de todas as infra-estruturas para a água;	Nº de reserva. Sub gestão associativa		
	Grande quantidade de diques associados	50% dos diques desassoreados	Nº de diques desassoreados			
	Gestão sustentável dos recursos hídricos	Agua de rega gerida de forma deficiente;	Afectar os furos de rega para a gestão associativa;	Nº de furos geridos pelas associações;	Relatórios técnicos e de execução;	Menos perdas de agua e maiores áreas irrigadas;
		Perdas importantes nas condutas;	Criar 4 condutas apropriadas para a rega sem perdas importantes nas zonas de genebra, Mosteiros, Forno e As-Hortas	Nº de condutas e metros de tubos colocados;		Agricultores mais motivados e com melhores condições para aumentar e diversificar a produção;
		Furos sub – explorados;	Seguimento da bombagem de todos os furos com criação de registo das bombagens;	Fichas de seguimento preenchidos;	Fichas de seguimento;	Maiores postos de trabalho e actividades geradoras de rendimento;
			Aumento da área irrigada;	Nº de hectares instalados por concelho		Económica a crescer menos desemprego
		Capacidade limitada na gestão comunitárias de agua e infra-estruturas hidráulicas	Formar 3 associações sobre a gestão de água de furos;	Nº de pessoas formadas		
Formar 200 horticultores sobre a gestão responsável das infra-estruturas			Nº de novos horticultores;			



		Água insuficiente para a rega	Aumentar em 30% o volume de água explorado/ano para agricultura	Volume de água explorada			
3. Aumento da produção e produtividade agro-pecuária e silvícola	Melhoria da qualidade dos solos e coberto vegetal	Solos das encostas degradados;	Construção de medidas mecânicas de C.S.A nas encostas das zonas produtivas, para fixação de 15.000 plantas fruteiras/ano e 20.000 plantas florestais/ ano	Metros de arretos e banquetas construídos;	Relatórios anuais;	Aumento da cobertura vegetal e da produção frutícola e silvícola	
		Fraca cobertura de vegetação;		Nº de caldeiras construídas;	Auto de recepção e Fichas de registo;		
				Nº de plantas plantadas	Relatórios anuais		
				Taxa de pegamento das plantas;			
	Melhoria do acesso aos factores de produção;	Falta de factores de produção no mercado;	1 Unidade de venda de factores de produção em S. Filipe funcional	Nº de Unidades criadas e em funcionamento	Relatórios anuais	Factores de produção disponível no mercado local	
		Importação da Praia ou outros mercados	1 Unidade de venda de factores de produção nos Mosteiros funcional				
		Custo elevado dos factores de produção;	Um estudo do mercado sobre a demanda de factores de produção realizado	Estudo apresentado	Documento do estudo		
	Intensificação e diversificação da produção agrícola e pecuária	Fraco interesse dos agricultores;	Informar e formar 50% dos agricultores de cada zona agro-climática	nº agricultores formadas e sensibilizados	Relatórios trimestral e anual	Investimentos locados; agricultores mais capacitados e motivados, serviços técnicos mais capacitados, Extensão Rural forte e motivado	
			Criar 3 campos demonstração em cada zona agro-climática e em cada Concelho;	nº de campos criados	Relatórios trimestral e anual		
		Disponibilidade deficiente de água,	Aumentar a disponibilidade de água em mais 30% para as zonas de altitude com vocação hortícolas e frutícolas	Capacidade de reservatórios construídos e caudal de furos realizados	Relatórios trimestral e anual	Investimentos locados	
		Sementes de fraca qualidade;	Seleção e divulgação de sementes de sequeiro de qualidade para 25% dos agricultores de cada CER;	Nº de agricultores apoiados com sementes	fichas preenchidas e relatórios de actividades	Investimentos locados, mais produtividade das culturas de sequeiro, serviços técnicos mais capacitados, Extensão Rural forte e motivado	
		Tradicionalidade das culturas praticadas e produção pouco diversificada	Aumento da produção de frutas e hortaliças de sequeiro em cerca de 30%;	% do aumento da produção	Relatórios de actividades, Fichas de agricultores preenchidos	CER melhor equipados e extensionistas formados, produção mais moderno e voltada para o mercado	
			Aumento da área irrigada em sistema de compensação em cerca de 60% nas zonas húmidas e sub-húmidas;	Nº de hectares implantados			
			Introdução de inovação tecnologia piloto nos extractos agro-climáticos 2 por zonas de cobertura dos CER. (horticultura de altitude, fruticultura compensada e irrigada, pecuária intensiva com animais melhorados);	nº de unidades de exploração criado por CER			
			Divulgar material vegetal melhorado para 25% de agricultores de área de cobertura dos CER;	Nº de agricultores apoiados e quantidade de estacas e enxertias realizados			
				Criar redes de 5 agricultores de referência por zonas agro-climáticas, num total de 25 por cada CER.	Nº de agricultores enquadrados, seguidos e áreas implantadas		

3. Aumento da produção e produtividade agro-pecuária e silvícola	Zonas agro-climáticas e agro-silvo-pastoril pouco explorada;	Focalizar 60% dos investimentos agrícolas de sequeiro para as zonas húmidas e sub-húmidas ou de clima especial e 80% dos investimentos pecuárias nas zonas agro-silvo-pastoril ;	% do orçamento investido em cada estrato climático;	Relatórios anuais e fichas de recepção e seguimento	Zonas agro-ecológicas melhores exploradas e mais produtivas, serviços técnicos mais capacitados, Extensão Rural forte e motivado	
		Lançamento de cerca de 15.000 litros/ano de sementes de pastos nas zonas baixa e intermédia;	Litros de sementes lançados e áreas cobertas			
		Cobertura de 80 hectares com espécies florestais forrageiras e feijão Congo	Plantas fixadas e áreas cobertas			
		Aumento da produção do café em cerca de 30%	Plantas fixadas e áreas cobertas			
		25% de agricultores das zonas húmidas com actividade de reconversão da cultura de milho e feijões em hortaliças e tubérculos	% de agricultores de sequeiro produzirem hortícolas e tubérculos em terras de milho e feijões			
		30% de criadores das zonas baixas com adopção de novas técnicas de exploração de caprinos e bovinos	% de criadores com novas técnicas de exploração			
	Fraca produtividade e diversidade pecuária	60% dos criadores com animais de raça melhorada nas zonas de maior vocação	Nº de criadores que beneficiaram de animais de raça;	Relatórios anuais e fichas de recepção e seguimento	Condições para aumentar a produtividade pecuárias criadas e produção pecuária aumentada e diversificada, serviços técnicos mais capacitados, Extensão Rural forte e motivado	
		50 % dos criadores com altos rendimento da pecuária com melhores infra-estruturas pecuárias;	% de criadores que beneficiaram de infra-estruturas pecuárias			
		Introdução de 3 pontos de monta para bovinos; e 5 centros familiares/ grupos de produção e divulgação de leitões de raça melhorada;	Nº de pontos criados e nº de famílias a produzir e vender animais			
		promoção de pelo menos 2 centros familiares para produção e divulgação da raça cunicola	Nº de centros criados			
		Criação de cerca de 6 campos de pastagem por ano em cada CER;	Nº de campos criados e áreas implantadas			
		80% dos criadores organizados a ministram ração aos animais	Nº de exploração que mostram ração aos animais			
		Despistagem de doenças em animais de 75% dos criadores;	Nº de animais assistidos ano			
		Criação de um centro de inseminação artificial;	Nº de centro criado			
	Valorização dos produtos agrícolas e pecuários	Falta de sistema eficiente de conservação, tratamento pós-colheita	Criação de pelos menos 2 centros de tratamento pós-colheita e sistema de selecção junto de 50% dos horticultores	Nº de sistema de tratamento pós-colheita criado	Relatórios, fichas de seguimento e registo da produção e produtores	Sistema estatístico de recolha e registo de dados criados e funcional, produtos mais valorizados e agricultores e criadores organizados em grupos; comercialização facilitada e melhorada, serviços técnicos mais capacitados, Extensão Rural forte e motivado
			Promoção de 3 Centro de transformação de frutas (Chã, Ashortas e Campanas de baixo); produzidos	Nº Centros de transformação criados e quantidade de produtos produzidos		

			75% do queijo produzido em centros familiares ou colectivos e de boa qualidade e apresentação	% de queijo produzido nos centros		
			80% de leite comercializado engarrafado e pasteurizado.	Quantidade de leite produzido e vendido em embalagem		
		Sistema de colheita, transporte deficiente	50% de agricultores e criadores com sistema moderno de colheita e transporte de produtos	Nº de agricultores e criadores com sistema moderno de colheita e transporte de produtos		
		Actores do processo com fraca conhecimento técnico e pratico	80% de actores formados por eixo de actividades	Nº de actores formados por eixo de actividades		
		Algumas zonas com grande produção com acesso complicado	Cerca de 50% de zonas encravadas com acesso melhorado	Nº de vias de acesso melhorado		
		Sistema de comercialização deficiente	Um estudo do mercado realizado	Estudo apresentado		
			Promover a organização de grupos ligados à comercialização	Nº de grupos organizados para a comercialização promovido;		
		produtos com fraca apresentação	60% dos produtos acondicionados e embalados para a venda	Quantidade de produtos acondicionados		
Produtos típicos de Fogo comercializados de forma desorganizada	Promoção de 4 fileiras de comercialização ( carnes, queijo, feijões, e leite.)	Nº de fileiras criadas e funcionais				
4. Valorização da biodiversidade e protecção dos espaços naturais	Protecção e conservação da biodiversidade e conservação de espaços naturais	Espécies endémicas ameaçados e sem monitorização	Seguimento e monitorização de todas as zonas com espécies endémicas	Zonas monitorizadas e seguidas	relatórios e fichas de seguimento	Seguimento e avaliação do impacto constante, Equipa de gestão ambiental criado e em actividade, ambiente melhor protegido, serviços técnicos mais capacitados, Extensão Rural forte e motivado
			Plantação de 1500 plantas endémicas por ano nas zonas mais degradadas	Nº Plantas e espécies fixadas por zonas		
		Recusos naturais em áreas protegidas pouco valorizados e mal exploradas	Elaboração e implementação do Plano de Gestão do PNFe implementação do serviços de gestão e seguimento	Plano apresentado e implementado		
		População pouco sensibilizada em relação ao ambiente	Sensibilizar e formar 80% dos sócios das associações nas zonas limítrofes do PNF	% de sócios das associações formadas		
			Formar e sensibilizar 80% dos pescadores, camionistas sobre o ambiente	% dos pescadores sensibilizados e formados		
		Extracção desenfreada de inertes	Proibir a 100% de apanha de inertes em espaços protegidos	nº de casos de registados		
		Actividades agro-pecuárias em espaços protegidos	Reduzir acções de produção a 5% em espaços protegidos e degradados	nº de casos existentes em relação ao total anterior		
Instituições locais pouco informado sobre o ambiente	Conduzir programas informação e sensibilização em 80% das escolas, associações	Nº de encontros realizados				
5. Melhoramento do sector pesqueiro e valorização dos recursos marinhos	Melhorar a oferta de materiais e equipamentos de pesca	Falta de linha de crédito para a pesca	Criação duma linha de crédito para a pesca	Linha de crédito Criado e funcional	Relatórios, e créditos disponibilizados	Afectação de recursos, melhoria significativa no sector pesqueiro e conservação do ambiente marinho no Fogo, serviços técnicos mais capacitados, Extensão Rural forte e motivado
		Desconhecimento das necessidades do mercado	Elaborar um estudo do mercado	Estudo apresentado	Relatórios	
		Falta de equipamento e materiais no mercado	Promover a criação de um espaço de venda de equipamentos	Espaço criado e funcional		

	Optimizar o sistema de conservação de pescado	Falta de infra-estruturas de frio	Construção 1 centro de produção de gelo (Mosteiros)	Centro criado e funcional	Fichas de seguimento e registo, relatórios
		Sistema de conservação de pescado deficiente	80% das peixeiras com arcas para conservação	% de peixeiras com arcas de Conservas	
			80% dos pescadores e peixeiras formados	Nº de pescadores e peixeiras formados	
			80% do pescado conservado em frio	Quantidade de pescado e gelo produzido	
	Melhoria da gestão de recursos marinhos	Fraca capacidade dos pescadores	90% dos pescadores capacitados	nº de pescadores formados	
		Fiscalização deficiente	Fiscalização em todos os portos de pescas	nº de portos de pescas sob vigilância	
		Conhecimento deficiente de banco de pescas	Prospecção de todos bancos de pescas e das quantidade exploráveis	Documento produzidos	
		Embarcações sem instrumentos de navegação	Dotação de 90% dos botes com instrumentos mínimos de navegação	Nº de botes com instrumento de navegação	
		Fraca capacidade institucional	Reforço dos serviços das pescas, com mais quadros	nº de quadros afectos no Fogo	
6. Melhoramento da prestação dos serviços turísticos ruais	Fomento da construção de infraestruturas turísticas, reforço das capacidades para um turismo rural de qualidade	Fraca incentivo ao turismo rural	Pacotes de incentivos ao turismo rural criado	Nº de pacotes de incentivo ao turismo rural e regulamentação da lei	Boletim Oficial, relatórios
		Operadores associativos e individuais desorganizados	Operadores organizados em associações (guias, etc.)	Nº de associações criadas e organização de operadores fomentado	Relatórios, estatutos publicados
		Falta de sistema de crédito ao sector	Sistema de financiamento criado e funcional	% de operadores que recorrem ao crédito	Relatório
		Produtos turísticos pouco valorizado	Pontos e circuitos turísticos assinalados, produtos confeccionados para fins turísticos (artesanato, culinária, café, vinho, etc.)	Nº de pontos e circuitos assinalados, carta turística publicada, nº de produtos melhorados para turistas	
			Espaços naturais publicitados - bordeira, vulcão, etc. ( Webside, audiovisuais, etc.)	Webside criado, e manerias publicitárias no mercado	Acesso ao Webside
		Fraca capacidade dos operadores	100% dos actores turísticos capacitados	Nº de actores formados	Fichas de seguimento, relatório
	reforço das capacidades para um turismo rural de qualidade	Guias turísticos capacitados	100% dos Guias turísticas capacitados	nº de guias formados	
		Conhecimento deficiente das potencialidades turísticas	Estudo das potencialidades turísticas da Ilha	Estudo apresentado	
		Formação profissional no campo do turismo rural deficiente	Pelo menos 1 curso profissional realizado sobre o turismo rural	Nº de curso realizado	
		Condições de alojamento desfavoráveis nas famílias que albergam turistas	Apoiar 50% de famílias na melhoria da habitação para os turistas	Nº de famílias que receberam apoios	

